

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MONICA CARGNIN

**A TERRITORIALIDADE DA ATIVIDADE COOPERATIVA E A
PRODUÇÃO DE SOJA NO PLANALTO GAÚCHO**

TESE DE DOUTORADO

PORTO ALEGRE, RS, BRASIL.

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MONICA CARGNIN

**A TERRITORIALIDADE DA ATIVIDADE COOPERATIVA E A
PRODUÇÃO DE SOJA NO PLANALTO GAÚCHO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura

PORTO ALEGRE, RS, BRASIL.

2017

MONICA CARGNIN

**A TERRITORIALIDADE DA ATIVIDADE COOPERATIVA E A
PRODUÇÃO DE SOJA NO PLANALTO GAÚCHO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cesar de David (PPGGeo/UFSM)

Prof. Dr. Glauco Schultz (FCE/UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (POSGea/UFRGS)

CIP - Catalogação na Publicação

Cargnin, Monica

A territorialidade da atividade cooperativa e a produção de soja no Planalto gaúcho. / Monica Cargnin. -- 2017.
208 f.

Orientador: Luiz Fernando Mazzini Fontoura.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Geografia Rural. 2. Território. 3. Cooperativa Agropecuária. 4. Lavoura de soja. 5. Desenvolvimento Socioeconômico . I. Mazzini Fontoura, Luiz Fernando , orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, pela estrutura física e humana que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de pesquisa.

Ao professor e orientador Luiz Fernando Mazzini Fontoura por compartilhar seus conhecimentos, pela confiança, compreensão, que foram ferramentas importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às cooperativas agropecuárias do planalto do Rio Grande do Sul, pelas informações prestadas, fundamentais para a pesquisa.

Ao meu esposo, Fabiano, pelo carinho, compreensão, durante o convívio ou na ausência dele, pelas conversas sobre cooperativismo, importantes para a pesquisa.

A Deus, por estar comigo e guiar os meus passos todos os dias de minha caminhada.

De maneira especial à minha filha, Carolina, que deu novo significado à minha vida.

A todos os amigos e amigas que me auxiliaram de alguma forma.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”. (Albert Einstein)

RESUMO

A presente investigação traz para a discussão a dinâmica das cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul e seu papel com o desenvolvimento socioeconômico dos locais onde atuam. Este trabalho tem como propósito principal analisar a atuação das cooperativas agropecuárias no Planalto gaúcho e sua relação com a cadeia produtiva da soja, verificando a continuidade da atividade delas, no recorte espacial estudado. Para compreender a dinâmica do cooperativismo agropecuário, a pesquisa foi estruturada tendo por base os seguintes objetivos: a) estudar a evolução da atividade cooperativa agropecuária no Rio Grande do Sul e sua continuidade no contexto atual; b) investigar as mudanças na atividade cooperativa do Planalto gaúcho após a inserção do agronegócio da soja; c) averiguar o ponto de inflexão da atividade cooperativa considerando os aspectos políticos e econômicos no Rio Grande do Sul; d) analisar as transformações socioeconômicas e espaciais ocorridas no Planalto gaúcho e qual o papel das cooperativas agropecuárias na estruturação da cadeia produtiva da soja, como a modernização agrícola, a infraestrutura e a comercialização. A escolha em desenvolver a pesquisa nessa região do RS deveu-se a três fatores: a) pela expressiva área destinada à lavoura de soja e por estar localizada nessa parte do estado; b) por ser a parte do RS em que é expressiva a atuação socioeconômica das cooperativas agropecuárias; c) pelo cooperativismo agropecuário ter surgido no Planalto gaúcho. A pesquisa fornece informações que fundamentam as hipóteses de que as cooperativas agropecuárias são os principais responsáveis por fornecer suporte ao desenvolvimento da cadeia produtiva da soja no planalto do Rio Grande do Sul e por apresentarem capacidade de armazenamento e garantirem os negócios da produção agrícola para seus associados. Além disso, a pesquisa confirma que na década de 1970 iniciaram-se as crises no cooperativismo agropecuário gaúcho, entretanto, foi na década de 1980 que essa atividade passou a desestruturar-se economicamente pela abertura ao mercado externo, favorecida pela globalização. Essa nova situação forçou as cooperativas agropecuárias a reorganizarem a forma de gerenciar e conduzir a atividade frente à nova dinâmica do mercado. As cooperativas agropecuárias conquistaram seu espaço e reconhecimento de seu papel na cadeia produtiva da soja. Constatou-se que o cooperativismo agropecuário gaúcho se encontra em período de redefinição e retomada da atividade, após ter superado o período de maior instabilidade e endividamento nas décadas de 80 e 90. Além disso, as cooperativas agropecuárias fazem a intermediação entre as atividades desenvolvidas no espaço urbano e rural, sendo esse tipo de cooperativa considerada um indicador de desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Geografia rural. Cooperativa agropecuária. Lavoura de soja. Organização espacial. Desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

The present investigation discusses the dynamics of agricultural cooperatives from Rio Grande do Sul and their role in relation to the socioeconomic development of the locations they function. This paper aims mainly at analyzing the performance of agricultural cooperatives at Rio Grande do Sul's Plateau and its relation with soy production chain, verifying the continuity of their activities at the region selected. In order to understand the dynamics of agricultural cooperativism, the research was structured based on the following objectives: a) to study the evolution of agricultural cooperative activity in Rio Grande do Sul and its continuity in the current context; b) to investigate changes in the cooperative activity from Rio Grande do Sul's Plateau after soy agribusiness insertion; c) to determine the inflection point of cooperative activity considering political and economic aspects in Rio Grande do Sul; d) to analyze socioeconomic and spatial transformations occurred at Rio Grande do Sul's Plateau and what role agricultural cooperatives play at the soy production chain structure, such as agricultural modernization, infrastructure and marketing. The choice of developing the research at this region of RS was due to three reasons: a) the vast area designated to soy farming and its localization at this part of the state; b) it is the region of RS in which the socioeconomic performance of agricultural cooperatives is significant; c) the agricultural cooperativism arose at Rio Grande do Sul's Plateau. The research provides information that bases the hypotheses that agricultural cooperatives are mainly responsible for providing support for the soy production chain development at Rio Grande do Sul's Plateau and that they present storage capacity and guarantee their associates agricultural production businesses. Besides, the research confirms that crises emerged in the RS agricultural cooperativism in the 1970's, however, in the 1980's this activity began to disassemble economically because its opening to external market, favored by globalization. This new situation forced agricultural cooperatives to reorganize the way of managing and conducting the activity in the face of the new market dynamics. Agricultural cooperatives conquered their space and acknowledgement for their role in soy production chain. We noted that RS agricultural cooperativism is in a redefinition and activity resumption phase, after having overcome the biggest instability and debt period in the 1980's and 1990's. Furthermore, agricultural cooperatives intermediate activities developed in urban and rural areas, and this kind of cooperative is considered a socioeconomic development sign.

Keywords: Rural geography. Agricultural cooperative. Soy farming. Spatial organization. Socioeconomic development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Mapa de localização dos municípios com cooperativas agropecuárias em estudo.	20
Figura 2 – Mapa geomorfológico do Rio Grande do Sul com localização dos municípios com cooperativas em estudo.....	27
Figura 3 – Fotografia de lavoura de soja implantada pelo sistema de plantio direto no município de Júlio de Castilhos/RS.	41
Figura 4 – Processo histórico de ocupação da imigração no território gaúcho.	43
Figura 5 – Representação do projeto integrado do sistema CCGL.....	50
Figura 6 – Complexo Portuário Termasa e Tergrasa da CCGL respectivamente.	51
Figura 7 – Esquema das interações no Complexo Agroindustrial Soja.	75
Figura 8 – Quantitativo de cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2016.	89
Figura 9 – Ano de fundação das cooperativas do grupo de entrevistas.	96
Figura 10 – Tempo de atuação dos gestores em cooperativa agropecuária.	97
Figura 11 – Composição dos gestores das cooperativas agropecuárias do grupo de entrevistas.....	98
Figura 12 – Grau de qualificação dos gestores das cooperativas do grupo de entrevistas.	99
Figura 13 – Gestão das cooperativas e a relação com a situação do cooperativismo gaúcho.	100
Figura 14 – Mapa de localização de unidades de recebimento e armazenamento de grãos das cooperativas agropecuárias em estudo.	107
Figura 15 – Etapas do agronegócio desde antes da porteira até depois da porteira do estabelecimento rural.	108
Figura 16 – Variáveis relacionadas à continuidade do cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul.	113
Figura 17 – Indicadores de avaliação da continuidade do cooperativismo agropecuário no RS.	115
Figura 18 – Fatores que demonstram a visibilidade e importância do Cooperativismo na sociedade.	137
Figura 19 – Relacionamento das cooperativas agropecuárias com a sociedade....	140

Figura 20 – Mapa da distribuição da produção de soja no Brasil no mês de maio de 2016.	145
Figura 21 – Evolução da área plantada e produção da lavoura de soja no Rio Grande do Sul, no período de 1990 a 2014.	146
Figura 22 – Área plantada de soja nos municípios do Rio Grande do Sul nos anos de 1990, 2000 e 2013.....	148
Figura 23 – Silos de uma unidade de recebimento de grãos da Cotripal Cooperativa agropecuária no Rio Grande do Sul.	150
Figura 24 – Silo metálico para armazenamento da produção agrícola em estabelecimento agropecuário no município Júlio de Castilhos/RS.....	150
Figura 25 – Armazenamento temporário em Silo Bolsa para grãos.....	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia de fatos históricos, políticos e econômicos que envolveram o Cooperativismo no Rio Grande do Sul – período de 1610 a 1941.....	33
Quadro 2 – Cronologia de fatos históricos, políticos e econômicos que envolveram o Cooperativismo no Rio Grande do Sul - período de 1952 a 1964.	35
Quadro 3 – Cronologia de fatos históricos, políticos e econômicos que envolveram o Cooperativismo no Rio Grande do Sul - período de 1970 a 1980.	37
Quadro 4 – Cronologia de fatos históricos, políticos e econômicos que envolveram o Cooperativismo no Rio Grande do Sul - período de 1994 a 2008.	39
Quadro 5 – Primeiras cooperativas agropecuárias na Região Sul do Brasil.....	45
Quadro 6 – Cinco axiomas importantes na relação de poder entre atores.	54
Quadro 7 – Os sete princípios que conduzem o cooperativismo.	90
Quadro 8 – Diferenças entre organização cooperativa e empresa privada.	92
Quadro 9 – Condições estabelecidas pelo RECOOP para cooperativas agropecuárias.	94
Quadro 10 – Situação dos fatores financeiros e gestão nas cooperativas pesquisadas.....	102
Quadro 11 – Objetivos específicos do Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras.	112
Quadro 12 – Relação da produção de soja com a revitalização da atividade cooperativa agropecuária no Planalto gaúcho.	118
Quadro 13 – Fatores históricos que interferiram na atividade cooperativa agropecuária de acordo com os entrevistados.....	122
Quadro 14 – Localização da sede de um grupo de cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul e distribuição da população urbana e rural residente no município.	126
Quadro 15 – Produtos agrícolas recebidos em 2013 para o grupo de cooperativas entrevistadas.....	128
Quadro 16 – Relacionamento entre cooperado e cooperativa de acordo com os representantes de cooperativas agropecuárias.....	132
Quadro 17 – Mecanismos adotados pelas cooperativas agropecuárias para captação e permanência dos sócios.	135

Quadro 18 – Fatores que contribuíram para a expansão da soja na região sul do Brasil.....	143
Quadro 19 – Espaço das cooperativas agropecuárias na cadeia produtiva da soja de acordo com os entrevistados.....	154
Quadro 20 – Estratégias adotadas pelas cooperativas para manter-se no mercado.....	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da população urbana e rural no Brasil no censo demográfico 2010.	77
Tabela 2 – Relação de dez cooperativas agropecuárias com mais de cinquenta anos de atuação no RS.....	85
Tabela 3 – Quantitativo de cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul, com cadastro ativo na OCERGS/RS, no período de 2001 a 2016.....	87
Tabela 4 – Área de atuação das cooperativas em estudo, com unidades de recebimento de grãos.	106
Tabela 5 – Destino da produção agrícola recebida pela cooperativa agropecuária em 2013.	117

LISTA DE SIGLAS

AGROPAN – Cooperativa Agrícola Tupanciretã Ltda.
ASCOOPER – Associação das Cooperativas Sul Riograndenses
CAAL – Cooperativa Agroindustrial Alegrete Ltda.
CAI – Complexo Agroindustrial
CAMNPAL – Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda.
CCGL – Cooperativa Central Gaúcha Ltda.
CESA – Companhia Estadual de Silos e Armazéns.
COAGRISOL – Cooperativa Agroindustrial
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
COOPATRIGO – Cooperativa Triticola Regional Sãoluizense Ltda.
COOPASSO – Cooperativa Triticola de Passo Fundo
COOPERMIL – Cooperativa Mista São Luiz Ltda.
COOPLANTIO – Cooperativa dos Agricultores de Plantio Direto Ltda.
COTRIBÁ – Cooperativa Agrícola General Osório Ltda.
COTREL – Cooperativa Triticola Erechim Ltda.
COTRIEL – Cooperativa Triticola de Espumoso Ltda.
COTRIJAL – Cooperativa Agropecuária e Industrial
COTRIJUC – Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos
COTRIPAL – Cotripal Agropecuária Cooperativa
COTRISAL – Cooperativa Triticola Sarandi Ltda.
COTRISOJA – Cooperativa Triticola Taperense Ltda.
CPR – Cédula de Produto Rural
CPTT – Complexo Portuário Termasa e Tergrasa
EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FECOAGRO – Federação das Cooperativas Agropecuárias
FECOTRIGO – Fundação das Cooperativas de Trigo
FUNDACEP – Fundação Centro de Pesquisas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa em Estatística Aplicada
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR – Organização das cooperativas do Paraná

OCERGS – Organização das Cooperativas do estado do Rio Grande do Sul

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP – Programa de Valorização da Produção Rural

RECOOP – Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

SPD – Sistema Plantio Direto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
2 A TRAJETÓRIA E A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO	30
2.1 A atividade cooperativa no decorrer dos tempos.....	30
2.2 A territorialização do cooperativismo agropecuário no sul do Brasil	42
2.3 Cooperativismo e a CCGL	48
2.4 Concepções referentes ao território e à atuação cooperativa.....	52
2.5 Território e construção da identidade	58
2.6 Território, cultura e a construção da identidade do cooperativismo gaúcho.	61
3 COOPERATIVA: A INTERFACE DAS RELAÇÕES CAMPO E CIDADE	64
3.1 Cooperativas agropecuárias e a modernização na agricultura	70
3.2 A lavoura de soja e a relação com a atividade cooperativa	79
4 GESTÃO: ASPECTO RELEVANTE PARA O COOPERATIVISMO	84
4.1 A gestão nas cooperativas	84
4.2 Educação para o cooperativismo	93
4.3 A formação e a atuação dos gestores nas cooperativas agropecuárias	95
4.4 Fatores financeiros e gestão nas cooperativas agropecuárias	101
5 CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO GRUPO DE ENTREVISTAS.....	105
5.1 Perspectivas do cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul	110
5.2 Influências políticas no cooperativismo agropecuário.....	120
5.3 Reprodução social de cooperados e cooperativas agropecuárias.....	124
6 RELACIONAMENTO ENTRE COOPERATIVAS E SOCIEDADE	130
6.1 Relacionamento de cooperados com cooperativa	130
6.2 A relação do cooperativismo agropecuário com a sociedade	135
7 ESPAÇO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NA CADEIA PRODUTIVA DA SOJA	142
7.1 Cooperativas agropecuárias: Capacidade de armazenamento e expansão da produção de soja.	142
7.2 Formas de armazenagem para grãos	149
7.3 Participação das cooperativas na cadeia produtiva da soja.	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157

BIBLIOGRAFIAS.....	170
APÊNDICES	180
APÊNDICE A - Roteiro de questões para entrevista - cooperativas	181
APÊNDICE B - Área de atuação com unidades de recebimento e armazenamento de grãos de algumas cooperativas do RS.....	187
APÊNDICE C - Distribuição de unidades de armazenamento de algumas cooperativas agropecuárias do RS, demonstrando áreas de sobreposição.	188
APÊNDICE D – Principais atividades de negócios desenvolvidas pelas cooperativas do grupo de entrevistas.....	191
ANEXOS.....	192
ANEXO A - Dificuldades financeiras de cooperativas e cerealistas deixam produtor receoso.	193
ANEXO B - SESCOOP: Sistema utilizado no Paraná será estendido para outros estados.	196
ANEXO C – Joana Colussi: crise faz Cooplantio reestruturar negócio.	198
ANEXO D – Presidente da Cotrijuí fala da atual Situação da Cooperativa.	200
ANEXO E – Após tumulto, associados da Cotrijuí aprovam moratória da cooperativa.	202
ANEXO F – Cotrijuí quer prazo de 20 anos para pagar credores.....	203
ANEXO G – Sistema Ocergs-Sescoop/RS inicia Programa de Autogestão das Cooperativas Agropecuárias.	205
ANEXO H – Contribuições do Cooperativismo para a sociedade.....	206
ANEXO I – Empregos nas cooperativas gaúchas.	207
ANEXO J – Distribuição da Capacidade por Entidade no Brasil.....	208

INTRODUÇÃO

O contexto de organização no espaço rural após o processo de industrialização estabeleceu uma nova ordem na relação entre a cidade e o campo. As formas e as relações de trabalho no campo passam a compreender a lógica de organização da sociedade urbano/industrial.

Essa lógica está baseada na inserção do capital que possibilita que determinados locais se organizem e/ou se reorganizem, pois o mesmo ocorre de forma desigual no espaço. Assim, de acordo com a demanda do mercado considerando as escalas local, nacional e internacional é que os lugares se diferenciam. Conseqüentemente, de acordo com a técnica e a presença de novos arranjos econômicos, tem-se a dinâmica dos mesmos.

Nesse contexto, o agronegócio brasileiro, mais especificamente, o agronegócio gaúcho tem se destacado como o setor mais dinâmico da economia brasileira. O Brasil situa-se, no contexto atual, como o celeiro mundial em termos de agronegócio de grãos. Para isso, houve mudanças no perfil da pauta das exportações brasileiras, aumentando a participação das *commodities* primárias de 41% para 51% no total de produtos entre 2007 e 2010 (NASSIF, 2011).

Para dar sustentação ao agronegócio gaúcho, as cooperativas agropecuárias destacam-se no Rio Grande do Sul e desempenham importante função estratégica no desenvolvimento socioeconômico nas regiões onde estão estabelecidas. Através da relação entre o cooperativismo agropecuário e a agricultura pode-se compreender as transformações que ocorrem na sociedade. Por isso, ao conhecer a história de uma cooperativa, pode ser possível também compreender a evolução de uma comunidade ou sociedade local. A organização social através de cooperativas revela como a sociedade desde os primórdios se organizava e como o aspecto cultural interferiu e ainda interfere na atividade cooperativa agrícola gaúcha.

No Rio Grande do Sul, historicamente, há uma forte relação entre as cooperativas agropecuárias e o desenvolvimento do agronegócio, visto que esse tipo de segmento cooperativo surgiu nesse estado. Esse sistema cooperativo e do agronegócio foi responsável pela formação e organização da infraestrutura de armazenagem, transporte e comercialização de grãos. Além disso, o sistema

cooperativo organizou terminais portuários suprimindo parcialmente a necessidade do escoamento da produção agropecuária.

O cooperativismo agropecuário apresenta-se na atualidade como uma forma de organização da produção e coordenação dos sistemas agroindustriais visando melhorar a eficiência, eficácia produtiva e a inserção competitiva em mercados dinâmicos e exigentes.

Esse sistema cooperativo é o mais conhecido e talvez o mais utilizado pela sociedade agropecuária brasileira e tem participação significativa no segmento das exportações, o que faz aumentar o saldo da balança comercial e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. As cooperativas prestam diversificadas opções de serviços, desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados.

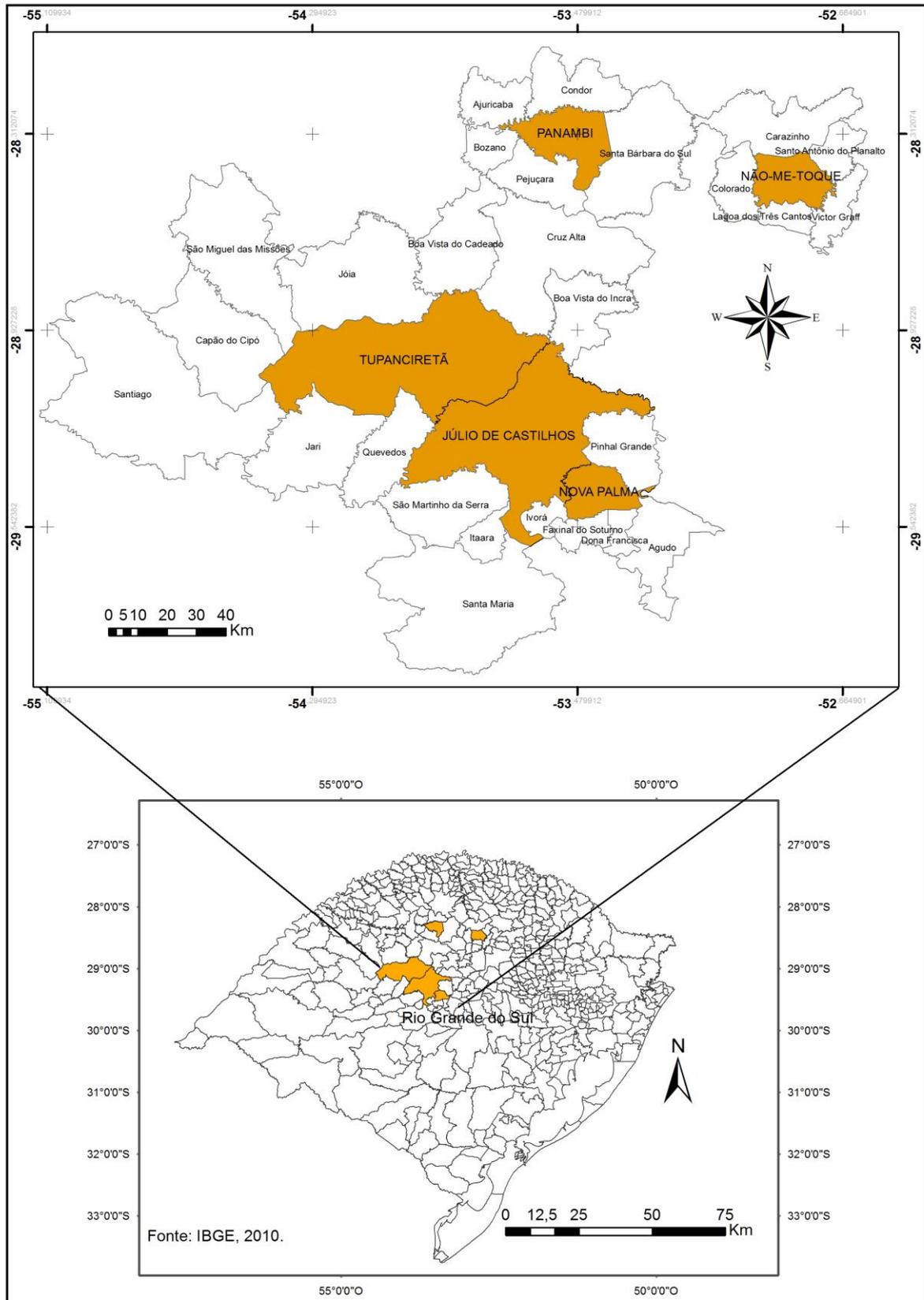
Nesse sentido, a presente pesquisa apresenta como foco de estudo algumas cooperativas agropecuárias do planalto do Rio Grande do Sul, selecionadas de acordo com três critérios: a) buscou-se as cooperativas agropecuárias cadastradas na OCERGS¹, b) que tenham recebimento e armazenamento de soja no estado e, c) localizadas no Planalto gaúcho (Figura 1).

Esta pesquisa tem como preocupação central analisar de que forma as cooperativas agropecuárias oferecem suporte para o agronegócio da soja para o norte do estado. Sabe-se que o Rio Grande do Sul foi o berço das cooperativas agrícolas no Brasil, sendo o carro-chefe no ramo da atividade cooperativa, por isso, buscou-se averiguar a evolução histórica e econômica de tal atividade para se chegar ao entendimento da atual situação desse segmento no estado. Procurou-se também investigar a relação da continuidade da atividade cooperativa agropecuária com a expansão do agronegócio da soja (lavoura de soja) no Planalto gaúcho.

A atividade cooperativa agropecuária faz a intermediação da atividade agrícola com as atividades que se desenvolvem no espaço urbano. Dessa forma, quando ocorrem mudanças na atividade agropecuária também influenciam na dinâmica do espaço urbano.

¹ Sociedade civil de natureza privada, sem fins lucrativos, com abrangência e base territorial no Estado do Rio Grande do Sul, integrada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) como representante da Categoria das Cooperativas (<http://www.sescoops.coop.br>, acesso em nov. 2016).

Figura 1– Mapa de localização dos municípios com cooperativas agropecuárias em estudo.



Fonte: IBGE, 2010.
Org.: CARGNIN, M.; REIS, J., 2016.

Nesse contexto, a pecuária no estado do Rio Grande do Sul tornou-se mais moderna passando a ser mais produtiva em menor área e disponibilizando o excedente de terras de campo para a agricultura. Esse processo de modernização da pecuária deve-se em parte ao modelo capitalista agroexportador, que provocou um reordenamento produtivo visando ao mercado externo e a maximizar a monocultura através da lavoura empresarial.

Essa substituição de atividade de parte de áreas antes ocupadas pela pecuária, passando para a atividade lavoureira iniciou-se após a Revolução Verde na década de 1950 e também foi nesse período que o cooperativismo agrícola tomou novo impulso no Rio Grande do Sul.

A partir da década de 70, o setor agrário brasileiro passou por um processo de modernização mais intenso, impulsionado pelas atividades urbanas e foi nesse período que a cultura da soja ganhou impulso no ramo do agronegócio gaúcho.

Dentre as *commodities* agrícolas, a soja em grão é o principal produto de exportação gaúcho. Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento no Rio Grande do Sul

Além das boas condições meteorológicas dessa safra, o material genético, maquinário moderno e a tecnologia empregada foram responsáveis pelo aumento da produtividade alcançada, fazendo com que essa seja a maior safra de soja no estado, com uma produção de 18,2 milhões de toneladas, cerca de 12,4% superior à observada na safra passada. CONAB (2017, p. 104).

O aumento da produção da soja no Rio Grande do Sul nas últimas safras agrícolas contribuiu significativamente para a primarização das *commodities* brasileiras destinadas à exportação. Importantes fatores favoreceram o cultivo da soja no estado gaúcho tais como o aproveitamento da mesma área destinada às outras culturas como o trigo e o arroz, a possibilidade de total mecanização das lavouras e a expansão da agroindústria nacional. E, para isso, as cooperativas desempenham a intermediação entre os produtores agrícolas (cooperados) e a indústria, ou seja, as cooperativas fazem a ponte entre o fornecimento dos insumos necessários para as lavouras, o recebimento e a comercialização da produção agrícola aos cooperados.

A produção da leguminosa, soja, apresenta uma importante função no desempenho econômico do Rio Grande do Sul, a qual vem ocupando lugar de destaque na produção nacional e intensa influência no mercado mundial. Para alguns municípios gaúchos, a produção e a industrialização do grão, garantem a sobrevivência e desenvolvimento socioeconômico de famílias, tanto do segmento rural quanto do urbano, sendo considerada uma nova moeda, “a saca de soja” e amplamente utilizada na compra de terras e maquinários agrícolas. Foi também a cultura da soja a principal responsável pela introdução do conceito de agronegócio, no contexto nacional.

Considerando esses fatores positivos para o setor primário gaúcho e o bom momento nas exportações de grãos, verifica-se, no entanto que algumas cooperativas agropecuárias gaúchas estão passando por período de crise, levando ao encerramento das atividades em alguns casos. De acordo com alguns estudos, atribui-se a esses fatos alguns conflitos no campo das estratégias coletivas do sistema cooperativo, especialmente a fragilidade da gestão e a concorrência entre cooperativas e empresas particulares, que influenciam na definição do território de ação desses empreendimentos.

Desse modo, justifica-se a realização da pesquisa pensando-se na relevância do tema, uma vez que por meio deste trabalho, procurou-se contribuir para o entendimento das questões relativas às transformações espaciais, econômicas e as perspectivas frente ao dinamismo da cultura da soja para o agronegócio do Rio Grande do Sul tendo como suporte para o seu desenvolvimento as cooperativas agropecuárias.

A presente pesquisa parte de um problema geral baseado na desestruturação econômica da atividade cooperativa agropecuária no Rio Grande do Sul. Dessa forma, buscou-se comprovar as hipóteses que estão alicerçadas nos seguintes questionamentos: as cooperativas agropecuárias são as principais responsáveis por dar sustentação ao agronegócio da soja no planalto do Rio Grande do Sul, por apresentarem capacidade de armazenamento e garantir os negócios aos seus associados? A desestruturação econômica e comercial ocorrida no âmbito do cooperativismo agropecuário começou a ocorrer na década de 1980, com a abertura da economia ao mercado externo expondo o sistema cooperativo ao mercado e à concorrência com empresas particulares, e isso tem provocado crise na atividade cooperativa? A consolidação do agronegócio da soja no mercado de *commodities*

repercutiu fundamentalmente no fortalecimento de algumas cooperativas agropecuárias? Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe a responder às questões mencionadas anteriormente fornecendo subsídios para melhor compreender a atividade cooperativa agropecuária e suas contribuições na organização socioeconômica nos locais em que estão atuando.

O objetivo central dessa investigação é analisar a ação das cooperativas agropecuárias na organização socioeconômica e espacial do Rio Grande do Sul, contribuindo, dessa forma, para a ciência geográfica, especialmente para a Geografia Agrária. Complementando o propósito principal, busca-se, compreender a dinâmica entre o agronegócio da soja e a continuidade da atividade cooperativa no Planalto gaúcho e averiguar a sua influência na organização do espaço rural.

A pesquisa tem por objetivos específicos: a) Estudar a evolução da atividade cooperativa agropecuária no Rio Grande do Sul e sua continuidade no contexto atual; b) Investigar as mudanças na atividade cooperativa agropecuária do Planalto gaúcho após a inserção do agronegócio da soja; c) Averiguar o ponto de inflexão da atividade cooperativa considerando os aspectos políticos e econômicos no Rio Grande do Sul; d) Analisar as transformações socioeconômicas e espaciais ocorridas no Planalto gaúcho e qual o papel das cooperativas agropecuárias na estruturação da cadeia produtiva da soja, como a modernização agrícola, a infraestrutura e a comercialização.

Para esta investigação a abordagem metodológica utilizada está baseada na abordagem qualitativa. De acordo com Godoy (1995, p. 62) esta abordagem considera que:

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e situação que está sendo estudada.

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e obter informações e é adequada para auxiliar no entendimento sobre a dinâmica que o ser humano ou uma organização atribuem à organização de determinado recorte espacial. Na pesquisa qualitativa, encontram-se diversos tipos de investigação que envolvem diferentes quadros de orientação teórica e metodológica como a etnometodologia, o materialismo dialético e a fenomenologia (GODOY, 1995).

Dessa forma, o método dialético auxiliou na compreensão dos fatos que envolvem a história do cooperativismo para dar subsídios na análise da organização da forma como o cooperativismo se encontra na atualidade. Esse método auxilia na análise do papel das cooperativas agropecuárias na transformação, na reorganização e na dinâmica do espaço como um todo não havendo corte temporal, ou seja, os fenômenos são estudados desde sua gênese. Através desse método, apreende-se que as transformações espaciais ao longo do tempo são decorrentes da organização técnica em que cada sociedade se encontra e que deixam impresso no espaço em que vivem. O método dialético trata-se do estudo de uma realidade por meio da investigação de sua ação recíproca. Entende-se que o método dialético é visto como algo em constante mudança, o conhecimento assim como os fenômenos, não são estáticos e passam constantemente por transformações.

Para Severino (2007, p.116), a dialética serve como base para as pesquisas e:

Essa tendência vê a reciprocidade sujeito/objeto eminentemente como uma interação social que vai se formando ao longo do tempo histórico. Para esses pensadores, o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação à prática política dos homens, ou seja, nunca é apenas questão de saber, mas também de poder. Daí a priorizarem a práxis humana, a ação histórica e social, guiada por uma intencionalidade que lhe dá um sentido, uma finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições de existência da sociedade humana.

Dessa forma, os fenômenos são analisados considerando desde a sua gênese até a atualidade. Pode-se compreender melhor a atividade cooperativa agropecuária analisando, por exemplo, como as mudanças de cultivos agrícolas realizados pelos produtores rurais ou as políticas governamentais interferem na organização desse sistema.

O método dialético auxilia-nos a compreender as contradições que existem no cooperativismo atual. A exemplo disso, pode-se destacar o distanciamento que as cooperativas agropecuárias de hoje têm em relação à filosofia que lhes deram origem. De acordo com Serra (1987, p.57),

Em função das vantagens, das contradições e dos distanciamentos, muitos autores têm ultimamente, estabelecido verdadeiras polêmicas, ora criticando, ora defendendo a maneira de ser das entidades ou empresas cooperativistas, no mundo moderno em que estão inseridas.

A maioria das cooperativas no Rio Grande do Sul estão organizadas como empresas diferenciando-se das demais apenas por dois aspectos: a) distribuição das sobras entre seus associados e b) gestão participativa do cooperado. De um modo geral, não existem modelos cooperativistas em si, mas estruturas cooperativistas articuladas a sistemas de classes, a um sistema de vida e de cultura, a uma organização política do estado, a uma modalidade de crescimento da economia, entre outros fatores que modelam essas estruturas cooperativistas (SERRA, 1987). A forma como estão organizadas as estruturas cooperativistas hoje contradizem a filosofia de que se originaram.

Com esses subsídios teóricos, passou a ser organizada a pesquisa bibliográfica sendo uma das etapas de singular importância no desenvolvimento de uma pesquisa científica. Buscou-se resgatar algumas concepções para auxiliar na compreensão da interação dos empreendimentos cooperativistas com as atividades no espaço agrário no estado gaúcho. Buscou-se o entendimento sobre a organização socioespacial do Rio Grande do Sul, mais especificamente sobre a expansão do agronegócio da soja e sua relação com a evolução da atividade das cooperativas agropecuárias no Planalto gaúcho até a atualidade. Nessa etapa, fez-se o aprofundamento teórico-metodológico através de bibliografias específicas.

Definidas as conceituações e reflexões teóricas, delineou-se a parte prática da pesquisa relacionada à coleta de dados provenientes de fontes secundárias, como dados do quantitativo de cooperativas agropecuárias existentes no planalto do Rio Grande do Sul, de censos agropecuários, de pesquisa de estoques do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes às cooperativas agropecuárias e ao agronegócio do estado.

Além dessas fontes, buscou-se informações junto ao Sindicato e Organização das Cooperativas do estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), assim como em cooperativas agropecuárias selecionadas.

A pesquisa de campo foi outro momento importante, destinada à coleta de informações necessárias para aprimorar e delinear alguns pontos sobre a organização do espaço rural por meio da atividade cooperativa, dessa forma evidenciando as áreas mais expressivas sob a atuação das cooperativas agropecuárias. Incumbiu a essa etapa a realização das entrevistas estruturadas, realizadas diretamente pela pesquisadora em cada cooperativa selecionada. O roteiro das entrevistas no apêndice A, foi elaborado também buscando sugestões na

tese de Lago, (2009), o qual desenvolveu a pesquisa sobre o relacionamento intercooperativo no cooperativismo agropecuário.

Foram realizadas entrevistas com representante da OCERGS e das cooperativas agropecuárias. Para realizar as entrevistas, estabeleceu-se que o respondente fosse um representante da cooperativa que possuísse um adequado conhecimento da organização. O respondente poderia ser um gestor integrante da direção (presidente ou vice-presidente) ou gestor (diretores ou gerentes de setores administrativos) das cooperativas selecionadas. Para a seleção do grupo de cooperativas, observou-se três aspectos: a) buscou-se as cooperativas agropecuárias cadastradas na OCERGS, b) que tenham recebimento e armazenamento de soja no estado e, c) localizadas no Planalto gaúcho².

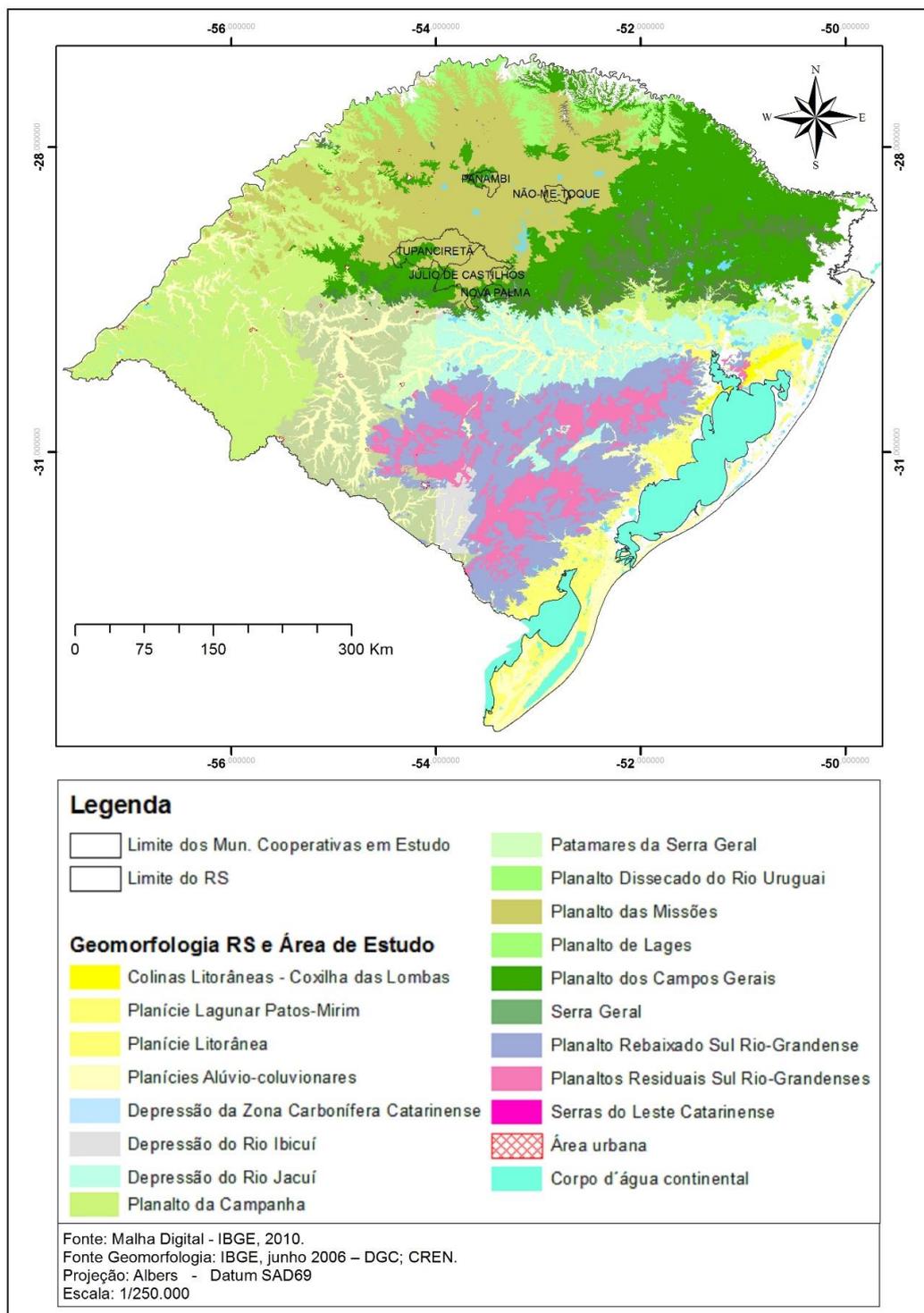
Selecionou-se sete (7) cooperativas agropecuárias no Planalto gaúcho, algumas instaladas em municípios vizinhos, próximo da área da ação da outra cooperativa, enquanto outras, localizadas mais distantes entre elas. Desse grupo de cooperativas, em duas (2), não se obteve sucesso na realização das entrevistas (Figura 2).

A escolha por pesquisar as cooperativas agropecuárias do Planalto gaúcho deveu-se a 3 motivos principais: a) pela expressiva área destinada à lavoura de soja e por estar localizada nessa região do estado; b) por ser a parte do estado em que é expressiva a atuação socioeconômica das cooperativas agropecuárias; c) pelo cooperativismo agropecuário ter surgido no Planalto gaúcho.

A entrevista foi estruturada de forma que contemplou um roteiro de questões objetivas, sendo destinadas para os entrevistados responderem verbalmente. Essas entrevistas seguiram um padrão, a fim de garantir maior rigor na pesquisa.

² O Planalto do Rio Grande do Sul encontra-se no sul da Bacia Sedimentar do Paraná. Buscou-se subsídios em Jurandyr Ross, o qual destaca que: “Os Planaltos em Bacias sedimentares são quase que inteiramente circundados por depressões periféricas ou marginais. Estas unidades também se caracterizam por apresentar nos contatos (planaltos-depressões) os relevos escarpados caracterizados por frentes de Cuestas. [...]. Os Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná englobam terrenos com idades desde o Devoniano ao Cretáceo, bem como extensa ocorrência principalmente no sul da bacia, das rochas vulcânicas básicas e ácidas do Jura-Cretáceo.” (<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47094/50815>, acesso em jan. 2017)

Figura 2 – Mapa geomorfológico do Rio Grande do Sul com localização dos municípios³ com cooperativas em estudo.



Fonte: IBGE, 2010.

Org.: CARGNIN, M.; REIS, J., 2016.

³ De acordo com informações obtidas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Diretoria de Geociências – DGC e Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais – CREN, o município de Nova Palma encontra-se localizado a maior parte do seu território no Planalto do Rio Grande do Sul.

As informações obtidas nos questionários, juntamente com os dados coletados nas distintas fontes, ou seja, as primárias e as secundárias foram importantes para auxiliar no entendimento do tema pesquisado. Esses dados serviram de base para construção de gráficos, tabelas e mapas os quais facilitaram a visualização das informações coletadas, que foram de fundamental importância para a melhor compreensão de como se desenvolve a atividade cooperativa no Planalto gaúcho.

A última etapa da pesquisa foi dedicada para a análise, interpretação e elaboração da redação da tese final, bem como a estruturação dos capítulos.

Através desta pesquisa, buscou-se analisar a influência das cooperativas agropecuárias como suporte ao desenvolvimento da cadeia produtiva da soja, uma das *commodities* de relevância nas exportações e seu papel na organização socioeconômica do associado cooperativista, assim como, a continuidade da atividade cooperativa.

A atividade cooperativa onde está inserida tem a capacidade de promover mudanças na disseminação das técnicas e das tecnologias utilizadas no desenvolvimento da atividade agrícola, assim como, ser geradora de empregos e renda. Dessa forma, as cooperativas agropecuárias atuam na modernização dos locais onde atuam.

Foi possível então, apreender que estas transformações são decorrentes da prática política do homem no espaço que ocupa e tem como consequência a organização espacial vista pelos distintos estágios técnicos e as marcas que determinados atores econômicos impõem ao espaço. Esses fazem com que o mesmo se reestruture e, conseqüentemente, reorganize o espaço produtivo de acordo com as políticas do país e as exigências do mercado global.

Então, a partir do levantamento investigativo foi possível observar as transformações na atividade cooperativa e a relação com a lavoura de soja no planalto do Rio Grande do Sul, analisando as perspectivas, entraves, obstáculos e dificuldades para o cooperativismo agropecuário e a relação com a atividade rural no estado gaúcho. Dessa forma, buscou-se o melhor entendimento sobre a reorganização do espaço agrário desse recorte espacial por meio da reprodução da atividade cooperativa do ramo agropecuário.

O desenvolvimento da pesquisa está estruturado em 7 capítulos. Neste capítulo introdutório foi realizada a contextualização da problemática, sendo

apresentados os objetivos, as hipóteses e a metodologia utilizada. Também foi elaborada uma estrutura da pesquisa e dos conceitos desenvolvidos em cada capítulo.

No capítulo 2, foi aprofundado o contexto histórico da evolução e da construção territorial e da identidade da atividade cooperativa agropecuária no espaço agropecuário do Planalto do Rio Grande do Sul.

O capítulo 3, foi destinado ao estudo das relações que se estabelecem entre as atividades que envolvem o campo e a cidade. Buscou-se aprimorar o debate sobre as contribuições das cooperativas agropecuárias na modernização na agricultura e as transformações decorrentes desta modernização que se complementam no campo e na cidade. Também foi enfatizado, nesse capítulo a relação das cooperativas agropecuárias com a lavoura de soja no Planalto do Rio Grande do Sul.

No capítulo 4, foi abordado sobre como ocorre a gestão nas cooperativas agropecuárias e as dificuldades para uma gestão mais profissionalizada. Da mesma forma este capítulo contemplou discussões sobre os fatores financeiros e a educação para o cooperativismo, implantado após a criação do RECOOP – 2001; e sobre a formação e a atuação dos gestores nos empreendimentos cooperativos.

O capítulo 5, teve por finalidade discutir sobre a construção territorial das cooperativas agropecuárias pesquisadas e o que essa organização territorial representa para a continuidade da atividade cooperativa no Rio Grande do Sul.

No capítulo 6, enfatizou-se sobre o relacionamento das cooperativas agropecuárias com os cooperados e, com a sociedade. Discutiu-se sobre a importância dos aspectos culturais na construção da identidade e o vínculo que se estabelece com este tipo de empreendimento.

O capítulo 7, teve por objetivo argumentar sobre a importância da atuação das cooperativas agropecuárias na estruturação da cadeia produtiva da soja quanto à capacidade de armazenamento, incentivo ao aumento das áreas para lavoura de soja. Abordou-se também sobre a capacidade e as formas de armazenamento da produção agrícola do Rio Grande do Sul.

Posteriormente foram redigidas as considerações finais sobre os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos e as hipóteses desta investigação. E, por fim a pesquisa encerra-se com as bibliografias, os apêndices e os anexos.

2 A TRAJETÓRIA E A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

Para compreender a dinâmica da atividade cooperativa fez-se um resgate dos principais fatos históricos, políticos e econômicos do cooperativismo agropecuário no Brasil e, mais especificamente no Rio Grande do Sul.

O presente capítulo discute os principais conceitos utilizados para estruturar a matriz teórica. Destacam-se os conceitos de território, cultura e identidade das organizações cooperativas gaúchas, os princípios do cooperativismo, entre outros que são fundamentais para a compreensão da atividade cooperativa agropecuária no Rio Grande do Sul.

2.1 A atividade cooperativa no decorrer dos tempos

Ao realizar uma análise espacial, leva-se em consideração distintos elementos que favorecem a leitura da organização econômico-social do espaço geográfico. Para isso, como defende Ruy Moreira, (2011, p. 61) “ a geografia serve para desvendar máscaras sociais”, a leitura do espaço geográfico revela o porquê da localização e da existência ou da permanência dos distintos elementos nos arranjos espaciais.

A razão de determinado elemento compor um local está baseada principalmente no contexto histórico, conforme Moreira (2011, p. 63) destaca que

A fábrica moderna, por exemplo, jamais seria um objeto espacial encontrado na paisagem de uma formação econômico-social feudal. Qualquer objeto espacial, a exemplo da fábrica, só pode ser apreendido quando visto no interior da totalidade social de que faz parte. Desligado dessa contextualidade, perde completamente sua expressão e seu valor analítico.

Para compreender melhor a existência e a permanência desses elementos no espaço geográfico, recorre-se à contextualização das categorias de análise do espaço geográfico de Milton Santos, tendo por base os conceitos de “estrutura”, “processo”, “função” e “forma”.

Para entender a relação dessas categorias de análise com a sociedade, é necessário buscar a contextualização histórica do momento estudado, reforçando a ideia resgatada anteriormente por Moreira, sendo reafirmada por Santos, (2012, p. 67) o qual coloca que:

[...] sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas. Todavia, se examinarmos apenas uma fatia do tempo homogêneo, careceremos de um contexto em que possamos basear nossas observações, uma vez que a estrutura varia conforme os diferentes períodos históricos.

Nesse sentido, faz-se necessário buscar o contexto histórico da atividade cooperativa para compreender a atual configuração dessa forma na organização socioeconômica no espaço geográfico e a situação do segmento cooperativo agropecuário no Rio Grande do Sul.

O contexto socioeconômico do surgimento da atividade cooperativa na Europa, esteve relacionado à insatisfação da classe proletária e aos problemas que o capitalismo estava causando. Já no Brasil, considerando a base econômica predominantemente agrícola voltada para a exportação, um segmento do cooperativismo surgiu como uma promoção das elites políticas e econômicas (RIOS, 2007).

No Brasil, as ideias de cooperativismo importadas da Europa, que eram cooperativas de consumo, foram adaptadas ao contexto histórico político vivenciado. Assim Rios (2007, p. 28) afirma que

No Brasil o cooperativismo, como movimento de elites, conservador, se localizará sobretudo no meio rural. O aparente caráter reformista do movimento esgota-se nas pretensões da modernização agrícola. Não toca, entretanto, no problema da propriedade e da renda da terra, dos trabalhadores rurais e dos pequenos produtores, questões que entrariam em conflito com os interesses das classes dominantes agrárias. É por isso que o cooperativismo agrícola brasileiro é, sobretudo, um cooperativismo de serviços, não propriamente um cooperativismo de produção. A cooperativa presta serviços aos associados em razão de seus estabelecimentos individuais, de maneira isolada. Trata-se de um modelo bem adequado à concentração da propriedade fundiária.

Nesse contexto, sabendo que no Rio Grande do Sul foi onde teve início a atividade cooperativa no Brasil, destacamos que o tipo de organização cooperativa

mais difundido são as cooperativas de serviços agrícolas, atualmente chamadas de cooperativas agrícolas ou, também, de cooperativas agropecuárias.

Esse ramo do cooperativismo, conforme o Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul - OCERGS, (2001, p. 48) destaca que

[...] é o ramo mais conhecido pela sociedade brasileira, participando significativamente da organização e do desenvolvimento da agricultura, bem como das exportações, com expressiva representação na balança comercial e, ao mesmo tempo, abastecendo o mercado interno de produtos alimentícios. Este sistema oferece aos seus cooperados prestação de serviços, desde assistência técnica, armazenagem, aquisição de insumos, industrialização e comercialização dos produtos, até assistência social e educacional. O segmento agropecuário constitui-se no mais forte economicamente dentro do cooperativismo brasileiro.

Para reforçar essa ideia, resgata-se novamente Rios, (2007, p. 43 – 44) o qual menciona que essa forma de organização cooperativada, dentre os distintos objetivos, visa

[...] melhorar as condições do empreendimento agrícola e aumentar a renda de seus membros com a utilização comum de certos meios de serviços. Assim, desde a colheita, a sua entrega à cooperativa, até a comercialização final, há vários serviços que são usados a fim de levar o produto ao mercado. Em geral as cooperativas de “venda em comum”, isto é, que comercializam a produção de seus associados, são especializadas nas regiões de monocultura (cana-de-açúcar, cacau, café, etc.) e são polivalentes, quando predominam a policultura e as pequenas propriedades.

Os princípios do cooperativismo e a organização das atividades relacionadas às cooperativas no Brasil começaram a ser introduzidos no Rio Grande do Sul pelos jesuítas em meados do século XIX, tendo por base a ajuda mútua com trabalhos coletivos rurais (OCERGS, 2013).

O contexto histórico da revolução industrial vivenciado pelos operários na Europa fez nascer os princípios cooperativistas. Assim Rios, (p. 23, 2007) enfatiza que: “ o surgimento do cooperativismo liga-se ao desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa no século XVIII, como expressão de um movimento operário, reagindo às condições de extrema exploração então existentes”.

De acordo com OCERGS (2001, p.15): “ o cooperativismo moderno surgiu junto com a Revolução Industrial, como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que assolavam a classe trabalhadora com suas mudanças e transformações”, corroborando com a ideia de Rios.

Desse modo, sob esse cenário europeu, fez sobressair a cooperação econômica no século XVI, organizando-se em “colônias” cooperativas para comercializar e vender seus produtos evitando a ação dos intermediários e a exploração da mão de obra (OCERGS, 2001).

Já no Brasil, os jesuítas encontraram uma realidade bem diferente da vivenciada na Europa, onde eram incipientes as atividades no setor primário (Quadro 1).

Quadro 1 – Cronologia de fatos históricos, políticos e econômicos que envolveram o Cooperativismo no Rio Grande do Sul – período de 1610 a 1941.

Período	Cronologia do cooperativismo no Rio Grande do Sul (1610 - 1941)
1610	Fundação das reduções jesuíticas, o início de um estado cooperativo em bases integrais.
1892	Vicente Monteggia cria a “Società Cooperativa Dele Convenzioni Agricoli Industriali” na região de Alfredo Chaves, hoje Veranópolis e Antônio Prado, uma cooperativa de produtores rurais.
1902	O padre suíço Theodor Amstadt, junto com lideranças rurais fundou, em Linha Imperial, Nova Petrópolis/RS, a primeira Caixa Rural Cooperativa do Brasil e da América Latina, fazendo do Rio Grande do Sul um dos precursores do cooperativismo brasileiro.
1911	O governo federal com interesse no cooperativismo traz ao Brasil o técnico italiano Dr. Giuseppe Di Stefano Paternó que, enviado ao RS, percorreu a região colonial. Sob sua influência, até 1913, surgiram inúmeras cooperativas de produção agrícola.
	Neste mesmo ano, é aprovado o Estatuto Social da 1ª Cooperativa de Consumo.
1914	Enfraquecimento sensível do Sistema cooperativo, devido às deficiências administrativas e financeiras.
	De 1914 até 1929, há um “silêncio tumular” no Movimento Cooperativo de Produção no estado.
1930	Governo Getúlio Vargas priorizava políticas desenvolvimentistas, implementando as bases de um modelo de industrialização.

Continua...

Conclusão

	Redefinição do papel do estado e do capital externo na economia.
	Ressurgimento do Movimento Cooperativista de produtores agroindustriais para salvar sua economia.
1938	Consolidação do Movimento Cooperativista enraizando-se e funcionando regularmente.
1941	Surgimento das Cooperativas de Eletrificação e Telefonia Rural.

Fonte: Adaptado de: OCERGS, 2001; SILVA, 2010; CALLAI, 2008.

Org.: CARGNIN, M., 2013.

Faz-se necessário lembrar o contexto histórico da gênese das cooperativas, pois através desse torna-se possível compreender a evolução do cooperativismo perante o atual cenário socioeconômico. Por isso, resgata-se novamente a ideia de Milton Santos, o qual diz que sempre que ocorre uma mudança na sociedade, as formas ou os objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) passam a ter novas funções, ocorrendo uma nova organização espacial.

As alterações no contexto político e econômico podem provocar um novo reordenamento dos fatos na sociedade de acordo com o contexto em vigência, podendo ocasionar mudanças de funções em antigas formas. Nesse contexto, compreende-se que essas alterações políticas e econômicas podem fortalecer ou colocar em crise o cooperativismo, abrindo a possibilidade de colocar à disposição as instalações físicas para novas funções econômicas.

Nos quadros 1, 2 e 3, fez-se um resgate do contexto histórico para compreender o desenrolar do cooperativismo ao longo do tempo no estado do Rio Grande do Sul.

Por meio dos quadros 1 e 2, podem-se destacar alguns dos fatos que influenciaram desde a introdução das ideias de trabalho coletivo até o contemporâneo sistema cooperativo.

As primeiras organizações coletivas foram baseadas em princípios socialistas, pois através de estudos das formas de organizações de civilizações antigas descobriu-se que a cooperação poderia ser um instrumento de organização social visando o desenvolvimento econômico (OCERGS, 2001).

A partir dos quadros 2 e 3, pode-se perceber uma diversificação na criação da organização cooperativista e alguns ciclos distintos pelos quais as cooperativas passaram.

Quadro 2 – Cronologia de fatos históricos, políticos e econômicos que envolveram o Cooperativismo no Rio Grande do Sul - período de 1952 a 1964.

Período	Cronologia do cooperativismo Gaúcho (1952 - 1964)
1952	Surgimento das primeiras Federações de Cooperativas, as chamadas cooperativas de 2º grau.
1956	1956 a 1960 – governo Juscelino Kubistchek - Jk implementou plano de metas, visando a aceleração da industrialização brasileira, com capital predominantemente estrangeiro.
	Início da 2ª fase do Cooperativismo de Produção, articulado e implantado, de cima para baixo, através de políticas governamentais estendendo-se até 1970.
	Surgimento da ASCOOPER.
1960	A produção agrícola nas melhores terras do Sul do Brasil já não produzia para suprir a demanda, tendo em vista o avanço da urbanização e industrialização.
	JK – Programa para modernizar a agropecuária e apoiar a abertura de novas fronteiras agrícolas no centro-oeste e norte do Brasil.
	Houve modernização da agricultura e aumento nas exportações.
	Acentuado declínio das Cooperativas de Consumo
1963	Surgimento das Cooperativas de Habitação.
1964	Ocorre o declínio das Cooperativas de Crédito Rural, denominado de “caixas Rurais Reiffeisen”, motivado pela lei da Reforma Bancária, causando o desaparecimento de quase todas as cooperativas, desse ramo. Golpe de 1964 e a instauração do regime militar, Cooperativas incentivam o produtor rural para a modernização agrícola.

Fonte: Adaptado de: OCERGS, 2001; SILVA, 2010; CALLAI, 2008.
Org.: CARGNIN, M., 2013.

Em determinados momentos, as cooperativas obtiveram apoio do poder público, como na década de 1930 quando ocorria a crise do café e o governo Vargas incentivou o desenvolvimento das cooperativas, como forma de amenizar os problemas sociais e, em outros foram controladas ou combatidas, como ocorreu em meados da década de 1980 (Quadro 3) em que houve cortes de financiamentos subsidiados pelo setor público.

Há que se considerar que no início do século XX, nas três primeiras décadas, os imigrantes precisaram buscar soluções próprias para manter-se em terras desconhecidas e, as cooperativas fizeram a diferença. Aos poucos, foram surgindo as cooperativas vitivinícolas, as cooperativas madeireiras, as cooperativas da banha, que posteriormente deram lugar às tritícolas e de soja nos anos 50 (OCERGS, 2001).

Um fator importante na estruturação da prática do cooperativismo no Brasil foi a interferência da política como Serra (1987, p. 58) destaca que:

O modelo econômico posto em prática no Brasil pelo “movimento revolucionário” de 1964 e que ganhou força no período do “milagre”, teve nas cooperativas um dos seus grandes trunfos. Na prática, as cooperativas foram usadas pelo sistema econômico dominante na tarefa de conseguir a qualquer custo a modernização da agricultura brasileira. Direta e indiretamente, as cooperativas, agindo em nome do Governo, estimularam seus associados a mecanizarem suas lavouras, a produzirem para exportar e, em última análise a se tornarem dependentes do grande capital. E as entidades associativistas, com raras exceções, foram suficientes na tarefa de servir ao poder maior, mesmo tendo consciência de que estavam perdendo sua individualidade e sua independência, gentilmente permutadas por isenções de impostos e outras vantagens oferecidas por esse poder maior.

O golpe de 1964 e a instalação do governo militar impulsionou o cooperativismo a assumir algumas atribuições que não lhe eram de competência e isso posteriormente causou problemas às cooperativas, por exemplo, na década de 80 quando o governo se afastou das interferências políticas ao cooperativismo. Além disso, o governo serviu-se das cooperativas para implementar a modernização sistemática na agricultura brasileira, tendo por objetivo a produção de produtos agrícolas e a consolidação das exportações brasileiras.

É possível identificar que a década de 1980 marca um ponto de inflexão do cooperativismo, sendo considerada uma referência para compreender os

desequilíbrios no sistema cooperativo. Isso se verifica a partir do momento que o governo deixa de dar apoio ao setor agrícola, isto é, para os produtores rurais e cooperativas agrícolas, que significa que alguns agricultores deixam de pagar seus compromissos com as cooperativas e estas, além disso, sem crédito de financiamento se desestabilizam no mercado. Essa situação acontece ao passo que as empresas privadas passam a ganhar espaço, pois seus principais objetivos visam a obter lucro. Nesse período, também, ocorreu a liberalização econômica e abertura do Brasil ao mercado externo. Esse fato fez aumentar ainda mais a concorrência das empresas privadas com as cooperativas e, as oscilações do preço dos produtos agrícolas a agravar ainda mais esse quadro (Quadro 3).

Quadro 3 – Cronologia de fatos históricos, políticos e econômicos que envolveram o Cooperativismo no Rio Grande do Sul - período de 1970 a 1980.

Período	Cronologia do cooperativismo Gaúcho (1970 - 1980)
1970	1969 a 1973 – considerado o período do “milagre econômico”, a indústria nacional apresentou crescimento acelerado, estímulo ao uso de insumos modernos, mecanização agrícola, êxodo rural, legislação trabalhista mais rígida.
	Final da década de 70, o processo de substituição das importações causou o aumento desenfreado da inflação provocando considerável aumento da dívida externa. O Brasil entra em forte recessão e caem os incentivos pelo setor público.
	Considerada a 3ª fase do Movimento Cooperativista, face à política econômica do governo federal, concessão de isenções tributárias e amplas facilidades de crédito rural.
	Crescimento expressivo das Cooperativas de Trabalho.
	Introdução da técnica de plantio direto no Brasil.
1971	Alteração da denominação da ASCOOPER para OCERGS.
1973	Surgimento do Segmento Educacional no cooperativismo.

Continua

Conclusão

	Afastamento do setor público dos mercados agropecuários e do financiamento agrícola.
1980	Mudança repentina nas regras vigentes expõe as cooperativas aos “inimigos externos do sistema” ⁴ , colocando em dúvidas sua credibilidade, tanto no nível de cooperados como perante a comunidade.

Fonte: Adaptado de: OCERGS, 2001; SILVA, 2010; CALLAI, 2008.
Org.: CARGNIN, M., 2013.

Callai, 2008, (p.128) vem corroborar com essa ideia:

[...] a década de 80 no Brasil, caracterizou-se por violento processo inflacionário e sucessivos “Planos Econômicos” do governo federal. Coube ao setor agropecuário, no mais das vezes, arcar com o ônus da pretendida estabilização inflacionária. Os preços agrícolas mantidos artificialmente baixos, enquanto os juros e a correção monetária dos empréstimos elevaram-se a patamares impagáveis. [...]. Em segundo lugar, considere-se, ainda, que o generalizado endividamento dos produtores impedia seu acesso ao financiamento bancário necessário para a formação das lavouras. Coube às cooperativas vir em socorro dos mesmos. Este procedimento é o conhecido sistema troca-troca. A cooperativa toma o empréstimo e repassa os recursos financeiros ao produtor, que pagará o valor devido em equivalente-produto. Para completar, a frustração da safra resulta na inadimplência dele junto à cooperativa, e dessa junto aos bancos, numa espécie de efeito dominó.

Para a década de 1990, a estratégia de implantação do plano real para conter a inflação funcionou, mas os juros continuaram altos. Para o sistema cooperativo, esse período foi de grandes turbulências, pois com a abertura do mercado externo, as privatizações e o estímulo a livre concorrência desafiaram o sistema a se reafirmar através da sua competência. Esse fato traduziu-se para algumas cooperativas que estavam desestabilizadas pelas mudanças ocorridas na década de 1980, na liquidação de suas atividades e, para outras, com maior organização financeira e administrativa, a permanência no mercado, mas com o peso do endividamento (Quadro 4).

No que se refere à liquidação de empreendimentos cooperativos tem-se o exemplo da Cooperativa Triticola de Passo Fundo - Coopasso, uma cooperativa no planalto do Rio Grande do Sul, fundada em 1955, e em 1982 já atuava em dezesseis

municípios, após incorporar algumas cooperativas⁵, entrou em processo de liquidação na década de 1990, (TEDESCO, J. C.; Et al., 2005).

Quadro 4 – Cronologia de fatos históricos, políticos e econômicos que envolveram o Cooperativismo no Rio Grande do Sul - período de 1994 a 2008.

Período	Cronologia do cooperativismo Gaúcho (1994 a 2008)
1990	Plano Collor – maior liberalização econômica e abertura do Brasil para o mercado externo.
	Início de nova fase para o cooperativismo, a abertura do mercado, as privatizações e o estímulo a livre concorrência desafiaram o sistema a se reafirmar através da sua competência.
1994	Plano Real, criado para conter a inflação, mas permanece altas taxas de juros.
	Agronegócio é impulsionado a aumentar a produtividade para se manter.
	Consolidação do sistema de plantio direto mecanizado.
	Liquidação de grandes cooperativas e endividamento.
	Criação do Programa de Valorização da Produção Rural (PROVAP) e ampliado em 1996 para Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
1996	Lei Kandir – retirada do Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).
1997	Unificação das Federações das Cooperativas Agropecuárias e surgimento da FECOAGRO.

Continua

⁴ O autor está referindo-se ao processo da globalização da economia que torna o mercado mundial mais fluido e instável.

⁵ A Coopasso incorporou de 1963 a 1983 a Cooperativa Agrícola Ernestina (Passo Fundo), a Agrícola Mista São Mateus (Paráí), a Agrícola Mista São Bráz (Casca), a Agrícola Mista Rainha da Paz (Casca), a Agrícola Mista Vista Alegre (Nova Prata), a Mista Charrua (Tapejara), entre outras menores e, entrou em processo de liquidação na década de 1990, (TEDESCO, J. C.; et al., 2005).

Conclusão

1998	RECOOP- Medida Provisória nº 1.715 – reconhecimento da importância econômica e social das cooperativas agropecuárias e, a parcela de responsabilidade das políticas monetárias pelos governos.
1998	RECOOP- Medida Provisória nº 1.715 – reconhecimento da importância econômica e social das cooperativas agropecuárias e, a parcela de responsabilidade das políticas monetárias pelos governos.
1999	Implantação do SESCOOP/RS que junto com a OCERGS projeta nova fase para o cooperativismo do Rio Grande do Sul.
2000	Realização do 1º Congresso gaúcho de Cooperativismo e Associativismo, em Nova Petrópolis/RS.
	Aprovação do código de ética do cooperativismo gaúcho.

Fonte: Adaptado de: OCERGS, 2001; SILVA, 2010; CALLAI, 2008.
Org.: CARGNIN, M., 2013.

Para o cenário da agricultura, a abertura ao mercado externo forçou o aumento de produtividade que no primeiro momento foi através da expansão de áreas plantadas. Num segundo momento, a inserção da técnica do plantio direto mecanizado provocou um novo avanço em direção à verticalização da produção por meio da elevação técnica e padronização em nível mundial, principalmente para a lavoura empresarial da soja.

No entanto, o plantio direto no Rio Grande do Sul consolidou-se somente na década de 1990, pois havia incertezas sobre as perspectivas do plantio direto no controle das ervas daninhas e, principalmente, sobre as possibilidades de integração da lavoura com a pecuária.

Santos (1999, p. 2) destaca que

O sistema plantio direto foi introduzido no Brasil no início da década de 70, porém, nos primeiros 10 anos houve deficiência de informações técnicas para o seu esclarecimento e para sua manutenção, de forma econômica, em nível de lavoura. Os primeiros resultados consistentes de pesquisa com o sistema foi sua elevada eficiência no controle à erosão. A partir dessas informações o plantio direto passou a se difundir, porém só a partir de 80, informações técnicas sobre o plantio viabilizaram o sistema.

Paralelamente, na Argentina, o Sistema Plantio Direto – SPD passou a ser utilizado pelos proprietários de estabelecimentos agropecuários em 1989. A adesão ao sistema do plantio direto na Argentina transformou os solos, pois alguns considerados anteriormente não produtivos passaram a ser agricultáveis. Em 2014, o plantio direto já estava sendo usado em 78,5% da área territorial da Argentina (GOTTEMS, 2016).

De acordo com Salton (1998, p. 17), o SPD

É a forma de manejo conservacionista que envolve todas as técnicas recomendadas para aumentar a produtividade, conservando ou melhorando continuamente o ambiente. Fundamenta-se na ausência de revolvimento do solo, em sua cobertura permanente e na rotação de culturas. Pressupõe, também, uma mudança na forma de pensar a atividade agropecuária a partir de um contexto socioeconômico com preocupações ambientais.

A figura 3 mostra uma lavoura de soja implantada pelo Sistema Plantio Direto, onde o produtor rural prepara a lavoura alguns meses antes com o plantio de forrageiras como azevém, aveia, nabo forrageiro ou outras culturas adaptadas de acordo com a região. Posteriormente, quando essas forrageiras atingirem o estágio adequado e formarem uma camada de palha, o agricultor fará o plantio de soja, milho, trigo, ou outras culturas agrícolas, sem revolver o solo.

Figura 3 – Fotografia de lavoura de soja implantada pelo sistema de plantio direto no município de Júlio de Castilhos/RS.



Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Org.: CARGNIN, M. 2015.

Superadas as incertezas, a prática do plantio direto trouxe otimismo para os agricultores, devido à possibilidade de recuperação da fertilidade do solo refletindo-se no aumento da produtividade, uma vez que a palha das forrageiras de aveia e azevém, deixadas antes do plantio permitem a concentração de matéria orgânica no solo (BERGOLI, 2002).

As cooperativas, por incentivo do governo, passaram a fornecer o suporte técnico aos cooperados para dar seguimento à técnica do plantio direto implantado no Brasil na década de 1970 e, aperfeiçoada na década de 1990 com a implantação do SPD.

Já para a década de 2000, com destaque para a crise de 2008, em que um dos maiores bancos dos Estados Unidos fechou, repercutiu negativamente também para as cooperativas no Brasil. Assim, o Brasil sem apoio do crédito internacional também diminuiu o crédito nacional e isso se refletiu na queda das exportações e nos preços das mercadorias. Como o Brasil tem um grande percentual de suas exportações centrado nos produtos agrícolas, dentre eles a soja, o peso da crise passa a ser sentido por todos os setores da sociedade.

2.2 A territorialização do cooperativismo agropecuário no sul do Brasil

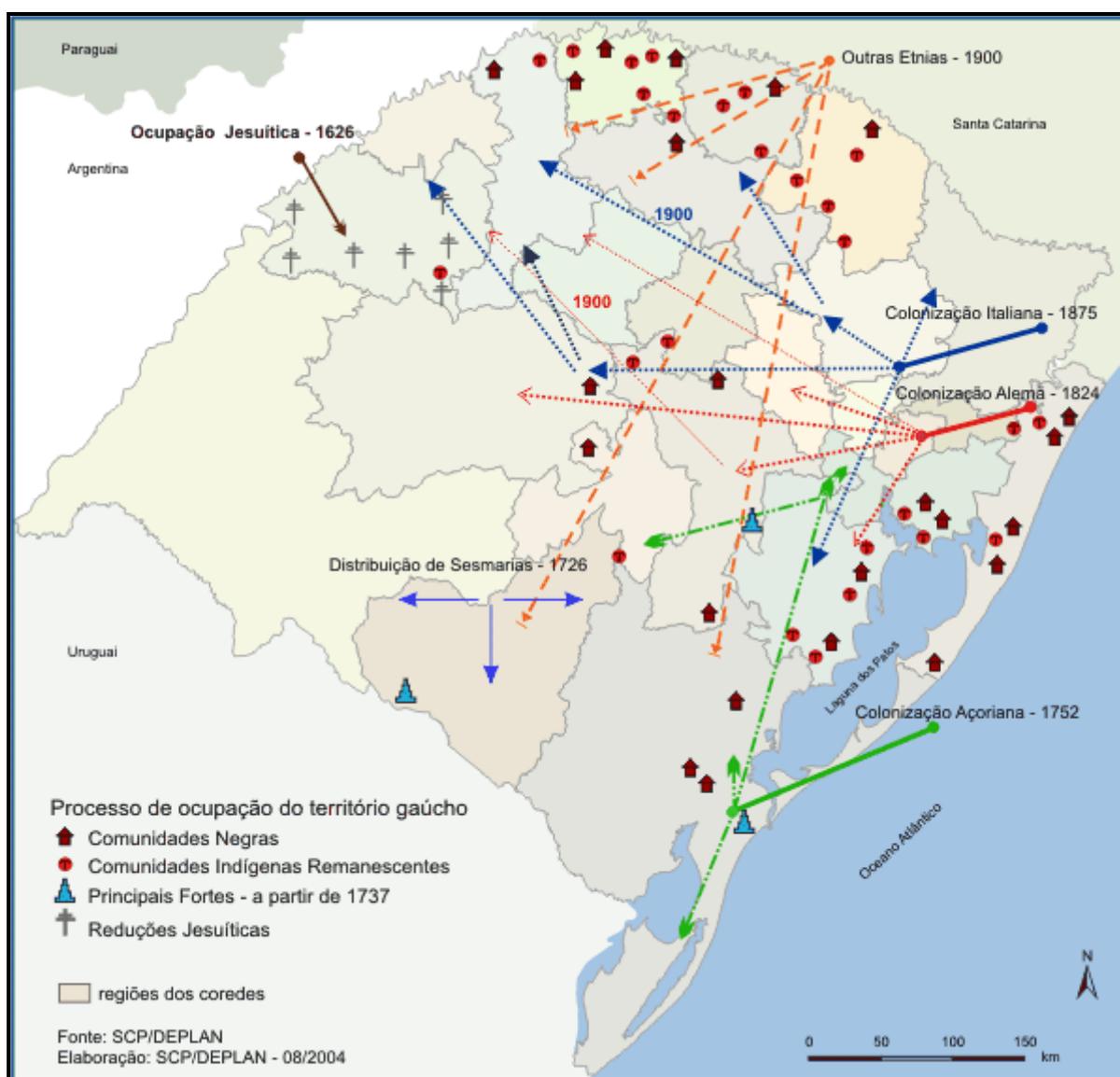
O desenvolvimento regional nos estados do sul do Brasil está relacionado à entrada da imigração europeia principalmente de italianos, alemães, poloneses, entre outros grupos de imigrantes que influenciaram nas atividades socioeconômicas e culturais neste recorte espacial. As ideias sobre o trabalho cooperativo foram inseridas pelos jesuítas e, importantes para este momento histórico. Entretanto, a organização estruturada como atividade cooperativa foi através dos imigrantes europeus, no Rio Grande do Sul, os quais já possuíam experiências sobre o sistema cooperativo, surgido na Inglaterra. Dessa forma, o tipo de cooperativa voltada para a atividade agrícola desabrochou nesse estado, conforme é destacado por Benetti (1992, p.46)

A moderna cooperativa agrícola nasceu e desenvolveu-se na região setentrional do estado na faixa de terras compreendida, aproximadamente, entre o arroio Poata e o rio Ibicuí, tributários do rio Uruguai, nas divisas entre Santa Catarina e Argentina respectivamente.

Na metade norte do estado gaúcho em que imigrantes alemães e italianos se estabeleceram juntamente com filhos de agricultores luso-brasileiros vindos da parte sul do Rio Grande do Sul em busca de terras agricultáveis foi onde iniciaram a territorialização das primeiras cooperativas agrícolas no estado. Essa parte do estado apresentava condições adequadas de solo e, para o cultivo mecanizado do trigo, da soja e do milho (BENETTI, 1992).

Destaca-se que a colonização realizada principalmente pelos imigrantes italianos e alemães tinha por objetivo desenvolver a agricultura e era necessário dar um destino à produção agrícola. (Figura 4).

Figura 4 – Processo histórico de ocupação da imigração no território gaúcho.



Fonte: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>; Acesso em set. 2016.

Observa-se na figura 4, a entrada massiva dos imigrantes europeus na parte norte do Rio Grande do Sul, conforme destaca Fontoura (2010, p.124):

O Planalto gaúcho, primeiro Mata Atlântica, depois espaço de colonização de imigrantes europeus, desenvolveu a partir da modernização da agricultura na segunda metade do século XX, uma situação de intensa mercantilização da produção agrícola, possibilitando o surgimento da penetração das relações capitalistas que se integram ao desenvolvimento do Brasil industrial a partir dos anos 1930, através dos lavradores do cultivo do trigo e do arroz.

Com essas condições aliadas à necessidade de ter um local adequado para a produção e evitar os atravessadores, os imigrantes italianos fundaram a primeira cooperativa agropecuária do Brasil a “Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli Industriali”, dando início à atividade cooperativa agropecuária. (BENETTI, 1992; OCERGS, 2001).

Posteriormente, foram se disseminando as cooperativas agropecuárias e outros ramos do cooperativismo foram se estabelecendo no estado, influenciando o surgimento de cooperativas nos estados de Santa Catarina e Paraná (BENETTI, 1992, FARIAS, 2015).

O Rio Grande do Sul é estado pioneiro na construção territorial do cooperativismo agropecuário e demonstra a influência dessa territorialização nos estados da Região Sul (Quadro 5).

Os imigrantes europeus estabelecidos na região sul do Brasil trouxeram as ideias cooperativistas e materializaram-nas no espaço gaúcho criando os territórios das cooperativas. De certa forma, os imigrantes italianos, alemães, poloneses, entre outros que vieram para o Brasil foram desterritorializados e passaram a reterritorializar a atividade cooperativa nos diversos estados em que se estabeleceram, passando a reproduzir as atividades econômicas e a colocar em prática os conhecimentos que possuíam sobre o cooperativismo.

Pode-se mencionar sobre a territorialização de cooperativas gaúchas em outros estados brasileiros, na década de 1980, as cooperativas como a Coopasso (liquidada na década de 1990), a Cotrijuí (em liquidação judicial) e a Cooperativa Triticola Erechim Ltda – Cotrel⁶ (em funcionamento), que instalaram projetos de

⁶ No ano de 1970, a abertura da BR-163 proporcionou a penetração e abertura de todo o norte mato-grossense. Em 1980, teve início o Projeto de Assentamento de Colonos - PAC Peixoto de Azevedo. Tratava-se de assentamento de agricultores desapropriados de terras no Rio Grande do Sul, no local da barragem do Rio Jacuí. O INCRA e a Cotrel - Cooperativa Triticola Erechim Ltda. uniram-se para

colonização no Estado de Goiás, incentivadas pelo governo Federal. A Cotrel também participou de projeto de assentamento de famílias gaúchas no estado de Mato Grosso, pelo Projeto Conjunto Peixoto de Azevedo - Cotrel. Atualmente, a Cotrel atua em municípios do Rio Grande do Sul (TEDESCO, J. C.; Et al., 2005).

Quadro 5 – Primeiras cooperativas agropecuárias na Região Sul do Brasil.

Ano de fundação de cooperativa agropecuária	Estado	Histórico Resumido
1892	RS	Vicente Monteggia cria a “Società Cooperativa Dele Convenzioni Agricoli Industriali” na região de Alfredo Chaves, hoje Veranópolis e Antônio Prado, uma cooperativa de produtores rurais.
1908	SC	Imigrantes italianos radicados em Urussanga no estado de Santa Catarina fundaram a Cooperprima - Cooperativa Agrícola de Rio Maior.
1912	PR	Fundação da Colônia Muricy com a constituição, em 1912, da Sociedade Agrícola Polonesa, transformada em Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda, em 1945.

Fonte: OCERGS, 2001; <http://www.paranacooperativo.coop.br/ocepar>, Acesso em jul. 2016; <http://www.coopersulca.com.br>, acesso em jul. 2016. Org.: CARGNIN, M., 2013.

Nesse contexto, Haesbaert (2002) menciona que na geografia assim como as sociedades tradicionais possuíam e viviam uma territorialização mais enraizada, no espaço, sendo assim centrada predominantemente nos “fixos” que nos “fluxos” e, conseqüentemente mais ocupada de fronteiras que de vias de circulação. As sociedades mais modernas tornaram-se cada vez mais organizadas em redes, transformando-se através de fluxos cada vez mais dinâmicos, mais velozes e globalizados. Apesar de haver alguns autores que defendam a desterritorialização através das redes como sendo cada vez mais dominantes, rumo a um mundo sem

trasladar os gaúchos sem-terra para o norte de Mato Grosso (<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=510410>, Acesso em out. 2016).

territórios, Haesbaert (2002) discorda dessa ideia e enfatiza outros tipos de desterritorialização.

Ao intenso fluxo, seja ele de migrantes, mercadorias, informações e capital, Haesbaert (2002) diz existir, na verdade, um constante processo de des-re-territorialização.

As redes possibilitam tanto desterritorializar quanto territorializar e não podem ser vistas separadas dos territórios, como salienta Haesbaert, (2002, p. 123):

Não podemos separar território de rede, a não ser como instrumentos analíticos. A realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios: de redes mais extrovertidas que através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e territórios (sendo portanto, desterritorializadoras), e de outras que, por seu caráter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras (sendo, portanto, territorializadoras).

Os imigrantes europeus foram desterritorializados e reterritorializados em algumas regiões do Brasil, criando novos territórios e, ao mesmo tempo, estabelecendo territórios em rede à medida em que passam a ser disseminados os ideais da atividade cooperativa.

Haesbaert (2002, p. 132) cita cinco formas de desterritorialização, dependendo da ênfase que se dá ao conceito de território, são elas: “econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), ‘técnico informacional’ (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-territorial)”. Essas formas de desterritorializar ocorrem em geral de modo concomitante. As cooperativas gaúchas que ultrapassaram as fronteiras do Rio Grande do Sul carregaram o vínculo mais forte com este território, o cultural, através de símbolos que identificam o gaúcho, reterritorializando nos novos espaços ocupados. Por outro lado, as cooperativas gaúchas instaladas através dos projetos de colonização nos estados de Goiás e Mato grosso não foram prósperas.

É importante salientar que de acordo com Haesbaert (2002, p. 133) “a desterritorialização que ocorre em uma escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra escala, por isto a relação entre redes e territórios é permanente e indissociável”. Dessa forma, compreender a desterritorialização e reterritorialização em que a sociedade convive em seus diversos territórios

cotidianos pressupõe entender o processo da multiterritorialidade, que significa a perda e o ganho de territórios ocorridos ao mesmo tempo.

No Rio Grande do Sul, a territorialização do cooperativismo agropecuário apresentou quatro etapas de acordo com Schneider; Villwock; Kotz, (2016, p. 111 – 112)

(a) A fase das cooperativas “coloniais” (Agropecuárias Mistas), fundadas, a partir da primeira metade do século XX com o objetivo de comercialização da produção e dar competitividade aos associados. (b) Processo de modernização da agricultura, alteração da base técnica de produção e estrutura de custos das cooperativas, o que as tornou dependentes de máquinas e insumos industriais, passaram a financiar os associados. (c) A liderança das cooperativas Tritícolas, ampliação dos produtos comercializados com a incorporação do processamento de matérias-primas animais. (d) O período da crise financeira das cooperativas, o aumento do crescimento e dos volumes negociados, o que passou a requerer novos modelos de gestão de negócios dentro e fora da cooperativa.

Cada uma dessas etapas foi importante para o cooperativismo e contribuem para a compreensão dos períodos de expansão ou retração da atividade cooperativa no espaço gaúcho.

Na fase das cooperativas “coloniais”, estas no Rio Grande do Sul foram criadas pelos imigrantes que tinham por objetivo a produção agrícola, diferente, por exemplo, dos imigrantes instalados nas lavouras de café em São Paulo, que eram para suprir a mão de obra.

Nesse contexto, Herédia, (2001, p. 3) afirma que em São Paulo a colonização foi:

Ao contrário do processo colonizatório do Rio Grande do Sul, que visava a formação de colônias agrícolas, produtoras de gêneros necessários ao consumo interno, implantadas longe da grande propriedade para não criar problemas à hegemonia do latifúndio.

As cooperativas Agropecuárias Mistas, como eram denominadas, passaram a suprir as necessidades dos produtores quanto à comercialização de suas produções.

Nas etapas “b” e “c” mencionadas na citação de Schneider; Villwock; Kotz, foi o período de maior expansão territorial das cooperativas com ampliação de suas áreas de ação e, também o espaço de tempo em que estas contraíram grandes dívidas. Isso aconteceu, principalmente na etapa “b” em que as cooperativas pela desvinculação dos subsídios bancários do estado, passaram a exercer o papel de

“banco” para com seus associados, que será mencionado em algumas partes desta tese. O paternalismo estatal o qual beneficiou as cooperativas por um determinado tempo passou a ser exercido por algumas cooperativas para com seus associados. Esses fatos explicam, em parte, a dinâmica na construção territorial das cooperativas agropecuárias gaúchas.

A etapa “d” compreende ao período atual que demandou e continua a exigir uma nova dinâmica na estruturação territorial das cooperativas agropecuárias para permanecerem atuantes. A condição de poder que é inerente à construção do território torna-se mais forte, pois encontram-se outros agentes também na construção de seus territórios, como as cerealistas e revendas de insumos, que atuam no mesmo setor de mercado que as cooperativas.

Nesse contexto, as cooperativas ligadas às atividades agrícolas estabelecidas pelos imigrantes no Rio Grande do Sul serviram de base para o espraiamento e a territorialização dos ideais do cooperativismo desse ramo no Brasil. Dessa forma, cooperativas agropecuárias foram criadas por demanda e para atender aos interesses dos seus associados proprietários de pequenos estabelecimentos agropecuários de imigrantes e seus descendentes. Posteriormente, pela expansão territorial, passou a atender todo o produtor rural que tivesse interesse em estabelecer sociedade com uma ou mais cooperativas.

2.3 Cooperativismo e a CCGL

A Cooperativa Central Gaúcha Ltda foi criada em janeiro de 1976, inicialmente constituía uma alternativa aos pequenos produtores, que enfrentavam dificuldades em manter-se na produção de soja e, também mantinham produção de leite. Desse modo, a CCGL desenvolvia o segmento leite para atender a demanda das cooperativas agropecuárias. O grupo começou com 10 cooperativas agropecuárias, ampliando para 28 cooperativas em 1987, que recebiam leite e industrializavam nos municípios de Teutônia, Passo Fundo, Ijuí, Santa Rosa, Cerro Largo, Três de Maio, Uruguaiana, São Lourenço do Sul e Rio Grande, e contava ainda com a sede em Porto Alegre. Nesse período, essa atividade demonstrava prosperidade (CALLAI, 2008).

Entretanto, conforme ressalta Lago, (2009, p. 66):

Este pujante desenvolvimento foi enfraquecendo devido ao alto grau de endividamento do setor rural e das cooperativas, ocasionado pelos planos econômicos, abertura dos mercados, desvalorização cambial, redução do crédito rural, dentre outros problemas. Esta crise empobreciu as cooperativas singulares, com isso a venda da indústria de laticínios em 1996 para o Grupo Avipal foi a opção encontrada para o saneamento financeiro.

A CCGL surgiu para integrar atividades do agronegócio e gerar diferenciais competitivos aos seus produtores, com foco na sustentabilidade, na produção em escala e na rentabilidade. Desde sua fundação, foi estruturada para atender a demanda das cooperativas no escoamento do leite recebido de seus associados. Após a venda da indústria de laticínios, a CCGL passou a atuar na comercialização e logística de grãos para as cooperativas agropecuárias. Atualmente, a CCGL tem como associadas as principais cooperativas agropecuárias gaúchas, o que representa um universo de 171.000 produtores rurais, em mais de 350 municípios do Rio Grande do Sul (CCGL, 2016).

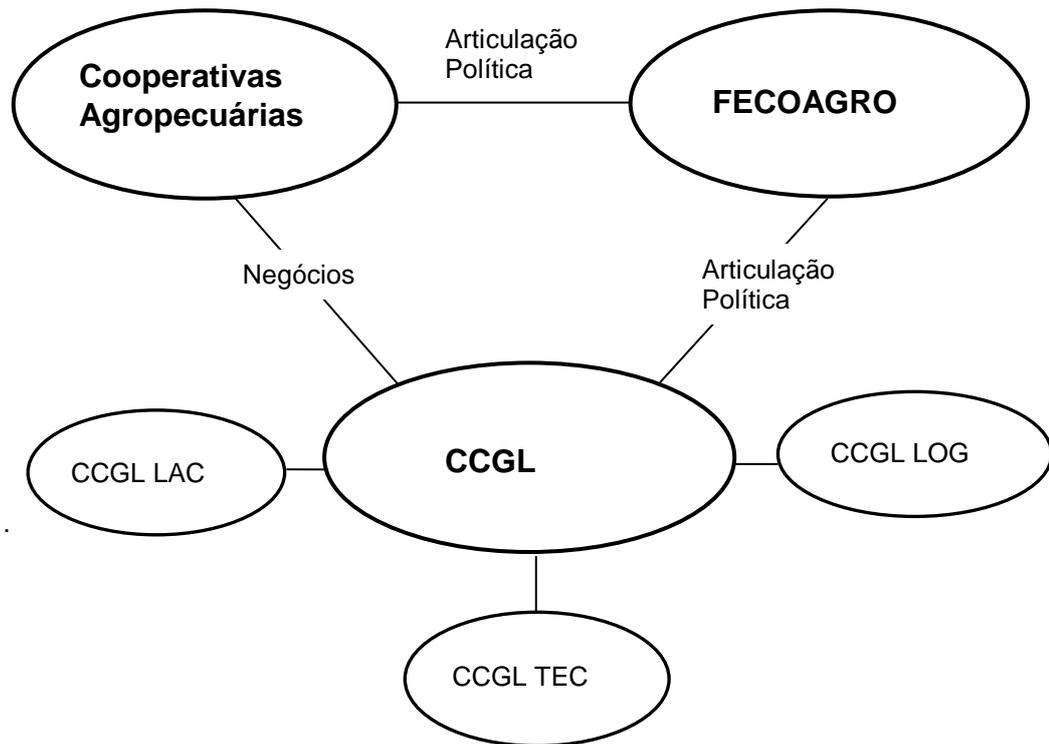
Posteriormente, com a retomada da atividade leiteira, surgiu a necessidade do desenvolvimento de técnicas adequadas para a otimização da produção de leite. A CCGL, em parceria com a Fundação Centro de Pesquisas (Fundacep), passou a desenvolver pesquisas relacionadas ao manejo adequado de pastagens direcionadas à produção de leite (CALLAI, 2008).

Atualmente a cooperativa CCGL incorporou a Fundacep criando a CCGL Tec que desenvolve pesquisas para atender às necessidades das cooperativas do Grupo.

Com a revitalização da cadeia produtiva do leite, a expansão da produção de grãos para a exportação e a necessidade de aperfeiçoar as técnicas para a agricultura, o grupo CCGL expandiu e organizou-se em três unidades: a CCGL Lac, a CCGL Tec e a CCGL Log (Figura 5).

A CCGL Lac é unidade de negócio responsável pelo fomento, desenvolvimento da produção de leite recolhido pelas cooperativas do Grupo, industrialização e direcionamento até o consumidor. Toda a produção de laticínios da CCGL está concentrada na unidade de Cruz Alta/RS. A coleta da matéria-prima nas propriedades é feita pelo próprio setor logístico da empresa. Após processado o leite e seus derivados, passam por testes de qualidade até serem liberados para o consumo (CCGL, 2016).

Figura 5 – Representação do projeto integrado do sistema CCGL.



Fonte: Adaptado de CCGL, 2016.
Org.: CARGNIN, 2016.

A CCGL Log é a unidade de negócio responsável pela organização da logística incluindo as operações rodoviárias, ferroviárias e hidroviárias nas áreas de grãos, leite, insumos, entre outros produtos. Também é a responsável por administrar o Complexo Portuário Termasa e Tergrasa (CPTT). O complexo Termasa e Tergrasa estão situados à margem oeste do canal de acesso ao Porto de Rio Grande, com calado de 42 pés, sendo os principais coletores do corredor de exportação, que provêm dos polos da zona produtora do estado, portos interiores e dos corredores transoceânicos formados pelas regiões produtoras do Cone Sul (CCGL, 2016).

Os dois terminais portuários Termasa e Tergrasa, na figura 6, o primeiro com capacidade estática de armazenagem de 278 mil toneladas em 9 armazéns e 4 silos. O terminal Tergrasa apresenta capacidade de 130 mil toneladas em 164 colunas de silos verticais e 302 mil toneladas em 3 armazéns. Essa capacidade de armazenagem permite que seja escoada a produção gradativamente conforme a demanda de mercado (CCGL, 2016).

Figura 6 – Complexo Portuário Termasa e Tergrasa da CCGL respectivamente.



Fonte: www.ccgl.com.br, acesso em fev. 2016.

Para proporcionar maior organização no escoamento do transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário, foi implantado pela CCGL Log o Sistema Pampa. Esse sistema é uma ferramenta logística que gerencia todas as cargas que chegam aos terminais portuários Termasa e Tergrasa, organizando o fluxo e reduzindo os custos logísticos no escoamento da produção agrícola. O Sistema Pampa permite às cooperativas, empresas, entre outros clientes do CPTT agendar o envio de suas cargas diminuindo o tempo de espera na descarga dos produtos (CGGL, 2016).

Convém ressaltar algumas vantagens da implantação e funcionamento do Sistema Pampa como: a) reduzir os custos de transporte de grãos (frete); b) eliminar as filas de caminhões aguardando para descarregar nos terminais; c) diminuir os riscos de acidentes nas estradas, pelo fato dos caminhões se dirigirem aos terminais com horário programado para descarga; d) maior organização dos processos de recebimento e armazenagem dos terminais; e) aumento da motivação e segurança das equipes de trabalho; f) maior segurança para embarcadores; g) aumento da

satisfação dos diversos agentes do agronegócio gaúcho (clientes, transportadores e caminhoneiros); h) otimização dos recursos disponíveis na cadeia logística (CCGL, 2016).

A CCGL Tec atua no desenvolvimento de pesquisas e/ou novas tecnologias em conjunto com a Fundacep para atender às necessidades das cooperativas, promover maior rentabilidade na lavoura e facilitar a ascensão social dos produtores rurais.

Portanto, a CCGL atua no suporte ao empreendimento cooperativo através dos três ramos de negócios a CCGL Lac, Log e Tec. Com essa forma de organização, busca agilizar segmentos importantes ao desenvolvimento das cooperativas, sendo assim um agente de transformação social.

2.4 Concepções referentes ao território e à atuação cooperativa

O território como categoria de análise do espaço geográfico pode ser considerado um recurso de estudo na Ciência Geográfica. O território define-se nas relações de poder constituídas pelas relações sociais, econômicas, políticas, que são estabelecidas em determinado espaço. Sendo assim, o conceito de território constitui-se uma importante ferramenta para melhor compreender essa Ciência. Diante disso, faz-se necessário a abordagem conceitual de território e suas pluralidades conceituais derivadas dessa categoria de análise espacial relacionando-o à construção do território do cooperativismo no Rio Grande do Sul.

Convém destacar em um primeiro momento que existem duas formas de compreender a análise do espaço através do território, uma fixa, que seria a área; e outra fluida, que corresponde à rede. Nesse sentido, o território pode ser percebido e concretizado no solo, no espaço, ou pode ser um campo de forças que atuam sobre o espaço. Portanto, o território pode apresentar tanto características concretas quanto abstratas. Porém, ajusta-se atualmente, mais à sua característica fluida, dinâmica e subjetiva do território, do que àquela fixa e relativamente imutável, na qual alguns autores acreditavam.

No sistema capitalista vigente, percebe-se que o território passa a ter um caráter mais fluido. Perante essa afirmação, convém mencionar que o território, devido ao seu caráter em rede, pode se desfazer e ser construído um novo fazendo surgirem novas identidades. Isso pode acontecer, pois com novas teias de poder em

relação ao território é que se estabelecem novas relações sociais, econômicas e políticas.

Inserido nesse contexto, cada cooperativa constrói seu território ao longo do tempo, consolidando-o através das relações que se estabelece. Esse território passa a ter um caráter mais fluido conforme se instala a competitividade, pois um território se constrói de relações e, por isso sujeito às instabilidades. Dentre os elementos que compõem o território que uma cooperativa constrói, estão os produtores rurais associados, os fornecedores de insumos, as tecnologias que esta desenvolve e dissemina, consumidores, dentre outros. Entretanto, esses elos que formam o território de uma cooperativa não são fixos ou absolutos.

Para compreender o conceito de território, buscaram-se algumas reflexões tendo por base autores com pensamentos de diferentes visões conceituais. Dessa forma, para Ratzel, “o território (...) está sob os nossos pés” (Ratzel, 1990, p. 80) e:

Tem o mesmo significado que possui o solo, a mesma importância que este tem para o homem, a família, para a sociedade e para os estados. Permitindo-se assim, atribuir ao território um caráter nacional, de território nacional e, por consequência de pertencimento.

De acordo com Moraes (1990, p. 23), o território para Ratzel assume uma determinada característica, em sua definição que é,

[...] uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano; [...] a propriedade qualifica o território, numa concepção que remonta às origens do termo na zoologia e na botânica – onde ele é concebido como área de dominância de uma espécie animal ou vegetal.

Novamente busca-se Moraes, (1990, p. 23) que salienta que “o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade” e, ainda que lhe confere territorialidade ou territorialismo(s).

Para Raffestin (1993, p. 143), ao conceituar território, propõe que os termos *espaço* e *território* não são equivalentes e a construção do espaço é anterior ao território:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator *territorializa* o espaço.

O território é produzido tendo por base o espaço e, de acordo com Raffestin (1993, p. 147), é: “um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico”. Esse ator, considerado num determinado ponto do espaço, uma cooperativa, por exemplo, estabelece ligações com outras cooperativas, delimitando uma área, que em suma, vem a ser o seu território de atuação que geralmente não se sobrepõe, desde que tomado numa relação social de comunicação.

Partindo das ideias de Raffestin (1993), pode-se analisar que não existindo somente um único ator no espaço, poderão surgir outras representações em conformidade com os objetivos de cada ator e, a partir disso, pode se instituir uma relação de poder entre os atores. Nesse contexto, Raffestin (1993, p. 148 - 149) menciona alguns axiomas (Quadro 6).

Quadro 6 – Cinco axiomas importantes na relação de poder entre atores.

Axiomas por Raffestin	
1	Toda superfície é passível de ser “tecida em malhas”;
2	Esse sistema de malhas não é único;
3	Pode-se estabelecer ao menos um caminho entre dois pontos dessa superfície;
4	Esse caminho não é único;
5	Entre três pontos dessa superfície, pode-se estabelecer ao menos uma rede.

Fonte: Raffestin, 1993, p.148-149.
Org.: CARGNIN, M., 2015.

Novamente, Raffestin (1993, p. 150), destaca que “ toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma *produção territorial* que faz intervir tessitura, nó e rede”, isso permite considerar, como mencionado pelo autor, que mesmo aquele que arruma, organiza o seu apartamento, é um ator que produz território(s).

Os territórios produzidos em diferentes escalas e de acordo com seus objetivos terão, obviamente, uma diferenciação funcional. Produzir-se-á dessa

forma, uma hierarquização de acordo com a importância que cada estrutura assume para indivíduos, grupos de pessoas, empresas, etc. Por exemplo, as redes ferroviárias, rodoviárias, de navegação, de comunicação, ligam sempre pontos específicos e privilegiados, como as grandes cidades, cidades polos, cidades complementares, por isso, “ toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (RAFFESTIN, 1993, p. 157).

O mesmo autor considera tessituras, nós e redes como três subconjuntos estruturais do território e ressalta que toda tessitura implica a noção de limite. Sendo assim para Raffestin, (1993, p.153) “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. Cabe lembrar que esses territórios mantêm entre si uma relação de poder, que podem, portanto, estar delimitados numa área precisa.

A estrutura organizacional de rede, segundo Raffestin (1993, p.156), assegura a comunicação entre os atores, no sentido de manter relações de influência, de controle, de interdição, etc., no entanto: “por natureza, a rede que desenha limites e as fronteiras, não assegura a comunicação. É uma rede de disjunção”.

Quanto à territorialidade, escreve Raffestin (1993), que foi tratada, para o homem, por analogia à ideia de territorialidade animal. Isso se deve ao fato de que em 1920, Howard (1920, apud RAFFESTIN, 1993, p. 159) definiu territorialidade como “a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie”.

Nesse contexto, Raffestin (1993, p.160) escreve que a territorialidade procede de uma problemática relacional, e que a seguinte expressão pode exprimi-la: “ $T = \sum HrE$, sendo H o indivíduo (desde que pertença a uma coletividade); r sendo uma relação particular definida por uma forma e um conteúdo e que necessita de mediadores; e, E sendo a exterioridade (...), um lugar, mas também um espaço abstrato”. O T é o somatório das práticas espaciais da sociedade ao longo do tempo.

O autor ainda escreve que a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo. Desse modo, a territorialidade pode ser expressa pelo somatório das relações mantidas por um sujeito com seu meio, sendo que esta territorialidade é dinâmica, pois HrE são suscetíveis a variações no tempo (RAFFESTIN, 1993).

Esta territorialidade descrita por Raffestin (1993) resume a relação das sociedades em busca de suas necessidades de energia e informação. Essas relações podem ser simétricas ou dessimétricas. São simétricas quando os custos e os ganhos são equivalentes (estável) e, dissimétrica quando não o são (instável). Quando se tem uma situação estável, as mudanças são mínimas a longo prazo. O seu contraponto, uma situação instável, em que todos os elementos sofrerão mudanças a longo prazo, pois as sociedades estão sempre em busca de simetria, de estabilidade, equilíbrio entre ganhos e custos.

Assim, para Raffestin (1993, p. 161):

A territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. É urgente abandonar as analogias animais para tratar da territorialidade.

A territorialidade não é uma simples ligação com o espaço, ela é sempre uma relação entre atores, considerando-se nesse contexto, também, as relações indiretas entre os atores. É, assim, uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço.

Dessa forma, a troca e/ou a comunicação são imprescindíveis para existir ou não a simetria, que são essenciais na relação com o território, assim como são necessários para tal acontecimento, a energia e a informação.

Enquanto Raffestin refere-se à territorialidade como instável somente nos momentos em que custos e ganhos são desequilibrados e, escreve sobre suas mudanças em longo prazo, Souza (1995) enfoca as territorialidades flexíveis, as quais se formam, se desfazem e se refazem em alguns momentos, num curto período de tempo, sendo dessa forma também, instáveis, mas por uma razão temporal. Quando Raffestin escreve sobre instabilidade das relações que formam territórios, essa só ocorre porque os atores buscam equilibrar custos e ganhos e quando estes, enfim, são atingidos, tem-se a estabilidade.

Já a instabilidade a que se refere Souza (1995), é característica intrínseca de um determinado tipo de território, que é instável por ser periódico, ou também, em concordância com Raffestin, por buscar o equilíbrio entre custos e ganhos nas relações em busca de suprir suas necessidades de energia e informação.

Conforme Sack (1986, apud HAESBAERT, 2002, p. 119), a territorialidade é a “tentativa por um indivíduo ou um grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas,

fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”, que segundo Haesbaert (2002) enfatiza o controle da acessibilidade, salientando um dos componentes do território, a fronteira, a qual por excelência controla o acesso.

A forma de atuação das cooperativas assim como qualquer empreendimento, está em influenciar, controlar uma determinada área ou grupo de pessoas, seja os cooperados ou um determinado nicho de mercado, no controle das relações comerciais, objetivando ofertar serviços para auxiliar na administração da atividade rural, criando um território de atuação.

Na concepção de Souza (1995, p. 78-79), o território: “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, (...) é essencialmente um instrumento de exercício de poder”. Esta palavra, território, normalmente nos remete a território nacional, ao Estado. Porém, segundo esse autor, ele não pode ser reduzido a essa escala, em associação com a figura do estado. O território pode estar definido em uma rua, ou pode exceder o tamanho do estado, sendo internacional, como por exemplo, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). O território pode possuir mobilidade temporal, sendo construído e desconstruído em séculos, décadas, anos, meses, dias, horas. Pode também apresentar tanto caráter permanente, quanto existência periódica, cíclica.

Haesbaert (2002, p. 135), considerando alguns pressupostos, afirma que o:

‘Território’ tem um sentido mais amplo que região, pois envolve as múltiplas formas de apropriação do espaço, nas diversas escalas espaço-temporais. Se antes a territorialidade era vista muito mais como fixação e (relativa) estabilidade, hoje o território também se constrói numa espécie de ‘mobilidade controlada’, como o território-rede das grandes corporações transnacionais.

Para Santos (1999, p. 8) a compreensão de território vai além das apropriações espaciais, sendo assim:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.

Nesse sentido, na construção do território do empreendimento cooperativo, a identidade se estabelece na relação entre cooperado e cooperativa. O sentimento de

pertencimento do cooperado à cooperativa possibilita o aperfeiçoamento das atividades pela participação ativa de cada um.

Novamente, Santos (1999, p. 8) salienta que o território é a manifestação da existência do homem:

O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise.

Assim, Santos (1999) retoma para uma reflexão com ênfase no território em que se constrói a partir das relações sociais as quais apresentam o sentimento de pertencimento e a partir de então se cria a identidade. No sistema cooperativista, cada cooperado pode desenvolver esse sentimento de pertencimento para ser coerente com os fundamentos do cooperativismo. É esse pertencimento que cria o vínculo de comprometimento, que atualmente está pautado na fluidez das relações capitalistas.

Como já destacado anteriormente por Souza (1995), o território é um recorte espacial definido a partir de relações de poder. Assim, as relações socioeconômicas que se estabelecem entre cooperativa e cooperado, assim como entre cooperativas e com cerealistas particulares, são pautadas pelo poder.

2.5 Território e construção da identidade

Na tradicional Geografia política que o território surge como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e sociais), apropriado, ocupado por um grupo social. Essa fixação do homem no território é assim vista como algo gerador de raízes e identidade. A partir disso, Souza (1995, p. 84) menciona que:

Um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a *identidade sócio-cultural* das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto – natureza, patrimônio arquitetônico, 'paisagem'. E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas comumente pela força bruta [...].

Mas, ainda assim, salienta o autor, que apenas a durabilidade no tempo do território, poderia ser geradora de identidade sócio-espacial. E também, geradora de identidade com o poder que controla esse território.

A essa visão, Souza (1995) chama de rígida e de causadora da confusão do uso indiscriminado, indistinto, dos termos território e espaço, confusão que “obscurecia” o caráter especificamente político do território. É esse tipo de território, que segundo o autor, faz-se associar ao território do Estado, ou território nacional.

Para Souza (1995), Ratzel faz esse discurso de território essencialmente fixado no referencial político do Estado. A isso, Souza chama de um tipo específico de territorialidade, com cultura nacional, de amor à pátria, na qual Souza, (1995, p. 86) afirma que:

[...] a identificação se daria entre todo um ‘povo’ – vista como se não houvessem classes, grupos e contradições internas – e ‘seu’ Estado. A territorialidade do Estado – Nação, tão densa de história, onde afetividade e identificação – reais ou hiperbolizadas ideologicamente – possuem enorme dimensão telúrica – paisagem, ‘regiões de um país’, belezas e recursos naturais da ‘pátria’ [...].

Nessa visão, o território, assim como a cultura, teria uma vinculação necessária ao substrato material do território, que é o espaço, o meio físico visível. A cultura nacional estaria vinculada não só ao solo nacional, também a sua história e seria dependente deste, ter-se-ia gerado pelo tempo de permanência no território-nação.

Por outro lado, Woodward (2000) afirma que a história de um povo, os seus antecedentes históricos, são fontes de busca da identidade. É no tempo passado que, geralmente, uma nação encontra sua identidade e sua diferença, identidade coletiva, nacional e sua diferença em relação a outros grupos. O foco nas diferenças segundo Woodward (2000), segue uma definição de cultura que é não-essencialista, que leva também em consideração as características comuns compartilhadas por um grupo “idêntico”.

De acordo com Haesbaert (2002), alguns autores privilegiam a dimensão simbólica do território, vendo-o como fruto da apropriação simbólica, especialmente através da identificação que alguns grupos sociais desenvolvem com seus “espaços vividos”. A esse espaço não há apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Pode-se dizer na concepção de Haesbaert (2002, p. 121) que:

(...) enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais, resulta num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor.

Novamente, resgata-se Haesbaert (2002, p. 121), o qual destaca que múltiplos territórios são vivenciados ao mesmo tempo:

Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade. Isto resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial (ou mesmo transterritorial) que se busca traduzir em novas concepções, como os termos hibridismo e 'glocal', este significando que os níveis global e local podem estar quase inteiramente confundidos.

Em relação a esse termo Souza (1995) cita uma outra forma de abordar a temática da territorialidade, que é, segundo ele, mais abrangente e crítica, a qual pressupõe não propriamente um deslocamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território. Nesse caso novamente Souza, (1995, p. 84) destaca que:

O território será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os *insiders*) e os 'outros' (os fora, os *outsiders*).

As redes de relações, para Souza (1995), podem surgir sem que haja uma superposição com o espaço, com o substrato material e o território enquanto campo de forças.

Esse novo modo de ver o território opõe-se à visão de Ratzel, que era fortemente ligada ao solo, ao substrato material. A proposta de Souza (1995, p. 87) está pautada na ideia de que: "territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos [...] (são) antes instáveis que estáveis ou, mesmo, (têm) existência regular, [...] periódica, ou seja, (por) alguns momentos".

O território e sua flexibilidade podem ser representados em forma de rede, ou seja, pressupõe-se que devem de acordo com Souza, (1995, p. 94): "superar uma outra limitação embutida na concepção clássica de território: a exclusividade de um

poder em relação a um dado território”, pois nesses exemplos, um mesmo território é compartilhado ao mesmo tempo ou em tempos distintos. A esse território em rede, Souza (1995, p. 94) propõe chamar de *território descontínuo*, que: “[...] é, na realidade, uma rede a articular dois ou mais *territórios contínuos*”.

De acordo com Raffestin (1993 apud SOUZA, 1995, p. 97), o território: “[...] praticamente reduz o *espaço* ao *espaço natural*, enquanto que o *território* de fato se torna, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social”. Para Souza (1995, p. 97):

Raffestin não discerniu que o território *não* é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*.

Reforçando a proximidade da relação conceitual entre espaço e território pode ser identificado quando quase se confundem os conceitos de espaço e de território, em que Spósito (2004, p. 113) menciona que: “ o primeiro vai além de sua condição de suporte das relações de produção, incorporando-se verticalmente. Isto pode ser abstraído a partir do momento que se considera uma quarta dimensão, aquela definida pelas transformações que a sociedade impõe à natureza”.

Nesse sentido, o território de influência de um empreendimento cooperativo vai além do espaço físico que ele ocupa. A atuação de uma cooperativa pode estar ligada ao poder que ela exerce na sociedade em que está inserida e, como Souza (1995) denomina de território descontínuo, visível na distribuição dos postos de negócios cooperativistas no Rio Grande do Sul. Muitas vezes, esses empreendimentos se sobrepõem em suas áreas de atuação com o de outras cooperativas e, também de empresas privadas.

2.6 Território, cultura e a construção da identidade do cooperativismo gaúcho.

Analisando pela perspectiva da política, o território registrou a organização dos poderes que governam a sociedade e, dessa forma, o território é entendido como um espaço de regulação social pautado por relações de poder. Por outro lado, a concepção de território pode ter uma conotação mais naturalista, baseada na etologia, a ciência do comportamento espacial dos animais (DI MÉO, 2006).

Da mesma forma, na geografia, ao compreender as concepções de território, busca-se entender os “habitats” humanos e a construção da identidade, ou seja, o comportamento espacial, territorializador dos humanos. O território surge como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e sociais), apropriado, ocupado por um grupo social. Essa fixação do homem no território é vista como algo gerador de raízes e identidade. Isso também é reafirmado por Haesbaert (2007), o qual afirma que o território é o mais eficaz dos construtores de identidade.

Como a construção territorial do cooperativismo no Rio Grande do Sul está relacionada aos imigrantes europeus, muitas características da cultura europeia adaptadas às peculiaridades desse estado, estão materializadas na história do cooperativismo gaúcho e, que é importante vínculo na organização de identidade e, também presente nas relações de poder entre empreendimentos.

O território, palco de relações de poder (seja o político, o econômico ou o cultural), independente de sua escala de influência, encontra na identidade, a identificação de grupos ou indivíduos, a unidade da territorialidade, que por sua vez, tende a reafirmar, legitimar um território e o poder dominante que nele se encontra.

Por outro lado, a afirmação da existência do território e identidade como algo indissociável é um tanto perigoso, pois afirmar que uma identidade é baseada em uma delimitação territorial é, em determinado momento, excluir o outro. Assim, o território pode se tornar um instrumento político de exclusão, dominação e também de segregação, sendo assim, um meio de distanciamento social (DI MÉO, 2006).

Alguns autores privilegiam a dimensão simbólica do território, vendo-o como fruto da apropriação de símbolos representativos, especialmente através da identificação que alguns grupos sociais desenvolvem com seus “espaços vividos”. A esses espaços desenvolvem-se laços de identidade social.

Algumas pessoas que saem de sua comunidade de vida ou de seus espaços vividos criam ao mesmo tempo vínculos identitários com mais de um território, o que Haesbaert chama de multiterritorialidade. Dessa forma, Haesbaert (2007, p. 49) cita que “o exemplo mais difundido de multiterritorialidade é, provavelmente, o das grandes diásporas de imigrantes. Através delas poderíamos identificar uma das expressões mais acabadas do fenômeno do hibridismo cultural e, no nosso ponto de vista, da multiterritorialidade.”

Nesse sentido, no exemplo dos imigrantes, o que também pode ser vivenciado no cotidiano, percebe-se a multiterritorialidade como a sobreposição de

distintas territorialidades, com usos, finalidades e a forma de representação cultural diferentes. A sobreposição de territorialidades pode resultar em embates, o que pode ocasionar conflitos na estruturação de identidade ou de identidades.

O território como um sistema de ação e de atores, enfatizado por Di Méo (2006), parte do pressuposto de que geralmente o agente territorial não é uma pessoa, mas uma entidade, um grupo social, líderes empresariais, um operador com capacidade de agir em escala maior que a de um ator materializado em um indivíduo. O ator apresenta um comportamento de intencionalidade, com interesse estratégico no território agindo com função clara e estabelecida em diferentes escalas. Assim identificaram-se três categorias genéricas de atores: os endógenos, os externos e os de transição, todos dotados de um discurso, uma prática que configuram uma situação mais concreta no sistema de ações em diferentes escalas geográficas.

O território pode ser representado por um sistema de ação realizado por uma organização materializada, por exemplo, numa cooperativa agropecuária que apresenta uma territorialidade e pela sua ação (social, econômica e política) e a sua influência sobre seus cooperados se constitui também um ator social. E os sócios ou cooperados (produtores rurais), como enquadrar nesse cenário? Eles fazem parte deste território cooperativo enquanto sócios. Enquanto produtor rural, sócio também, por exemplo, de sindicato rural ou de sindicato dos trabalhadores rurais pertencem também a esse outro território, participando em empreendimentos com multiterritorialidades. Nesse caso, o produtor rural, identifica-se e participa nos dois territórios por suas necessidades e interesses e, também há nesse caso a manifestação das relações de poder que as organizações exercem nos locais onde atuam. As cooperativas agropecuárias podem ser consideradas como atores locais representados por um sistema de ação materializado no território. A atuação das cooperativas é responsável por compor a estruturação socioeconômica na sua área de ação reorganizando o espaço rural e urbano.

3 COOPERATIVA: A INTERFACE DAS RELAÇÕES CAMPO E CIDADE

As transformações no campo podem ser percebidas, não necessitando de muitos conhecimentos prévios sobre as atividades desenvolvidas nesse espaço, pois a paisagem passa por mudanças a todo o momento. No Rio Grande do Sul, os campos passaram gradativamente a se transformar em lavouras, alternando-se em cultivos de uma safra para a outra, buscando atender as necessidades do mercado consumidor.

O espaço urbano, em contrapartida, passa a ser compreendido como a artificialização da natureza por excelência. O tempo da produção industrial torna-se um parâmetro para a construção do modo de vida urbano. Na medida em que ocorre a intensificação da produção no meio urbano, o seu tempo de produção é cada vez mais rápido e disciplinado pelas novas relações de trabalho assalariadas. A acumulação da riqueza produzida está diretamente ligada à produtividade do trabalho. Mais produção em menos tempo possibilita maior acumulação de riqueza ao proprietário através dos meios de trabalho.

No espaço rural, na atividade agrícola, a diminuição do tempo de produção implica alterar o tempo de produção dos fatores naturais, como a terra, o clima, a vida, o que não é possível em um primeiro momento. Mas, a produtividade passou a ser modificada com a introdução de fatores artificiais na produção agrícola, compatibilizando a forma de produzir do meio rural com o meio urbano.

Portanto, aceitar o contexto vivenciado ao tempo da sociedade urbana é também admitir a artificialização do meio.

A sociedade rural precede a sociedade urbana, então, podemos pensar que o meio urbano surge da artificialização do meio rural. Como podemos entender ou definir como e quando ocorre esse processo? Permanece a oposição campo-cidade?

De acordo com Queiroz (1978, p. 51), há um direcionamento acerca do entendimento da relação urbano/rural:

Desta forma, o problema da Sociologia Rural adquire nova dimensão; o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte do conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade. Do mesmo modo, toda a Sociologia Urbana não pode deixar de englobar também o aspecto rural ao formular seus problemas, pois a cidade está sempre implantada no campo, tendo para

com estas relações de variadas formas, desempenhando funções diferentes em relação a ele, conforme o caso.

Essa relação dinâmica entre o rural e o urbano esteve caracterizada por oscilações econômicas que demarcaram mudanças nas relações de produção de acordo com a realidade urbano-industrial. A primeira alteração ocorre com o surgimento da cidade industrial, mais complexa que a cidade comercial e a política, que representa um ponto de inflexão entre a sociedade rural e a sociedade urbana. Um segundo momento, representa um domínio da sociedade urbana sobre a rural, na medida em que aumenta a concentração urbana, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano, a subordinação completa do agrário ao urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 27), estimulando a homogeneização do modo de vida urbano.

Essas alterações indicam mudanças importantes nas relações socioeconômicas e tecnológicas entre o meio rural e o urbano. A realidade do modo de vida urbano-industrial se consolida e se torna dominante, passando a direcionar novas formas de organização espacial. Novo marco econômico é percebido no Brasil e no mundo através da industrialização moderna e da forma como grandes empresas estabelecem novas territorialidades.

No estado do Rio Grande do Sul, a agricultura tem ocupado ao longo do tempo uma posição de relevância. Historicamente, o desenvolvimento da agricultura passou por diversas etapas. Com a chegada dos Jesuítas os índios passaram a se organizar em aldeias e foram introduzidos o trabalho de forma coletiva com a terra como a criação de gado e o cultivo agrícola. Posteriormente com a imigração europeia, houve a colonização das áreas de mata no estado expandindo uma agricultura camponesa, somando-se à atividade pastoril. Na década de 1920 - 1930, foram introduzidas máquinas nas lavouras de arroz e trigo no estado gaúcho.

Essas mudanças foram percebidas mais nitidamente no setor agrícola após os anos 1950, período posterior à Segunda Guerra Mundial. Assim, a agricultura tradicional transformou-se gradativamente em agricultura moderna. Aquela consistia na utilização intensa da fertilidade natural do solo e do uso de mão de obra familiar, ao passo que a última passou a fazer o uso intensivo de tecnologias atualizadas como: máquinas, implementos, equipamentos, técnicas sofisticadas e insumos modernos (BRUM, 1988).

No entanto, foi a partir de 1956 que, acompanhando o processo de nacionalização da produção industrial, a atividade agrícola começa a absorver as tecnologias produzidas via setor industrial.

Naquele período, o meio rural tornou-se mais consumidor da produção do meio urbano, pois a indústria fez a intermediação da produção fornecendo os insumos, maquinário e a tecnologia para o aumento da produtividade.

Assim, a relação campo-cidade não pode ser estudada de forma dissociada. Depois do evento da industrialização, os laços entre as atividades do campo e as da cidade tornaram-se interdependentes.

Em um primeiro momento, no Brasil, a modernização da agricultura beneficiou os grandes produtores e a indústria ligada à grande produção em escala, como por exemplo, o trigo, o arroz e a soja, deixando em segundo plano os pequenos produtores familiares. A produção que possuiu como base o paradigma da Revolução Verde expandiu-se por todo centro e sul brasileiros.

Ainda que parcialmente, a ideia do aumento da produtividade chegou aos pequenos produtores através da utilização de agrotóxicos e máquinas de pequeno porte.

O aumento da produtividade, por um lado, e o acesso ao crédito subsidiado, por outro, aproximaram as diferenças de tempo de produção no meio rural e urbano, equilibrando os ganhos capitalistas em um e outro meio. No Brasil, até o final dos anos 1990, os programas priorizavam os grandes proprietários. A partir de 2002, foi mais significativo o acesso aos produtores familiares pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), possibilitando a esse público o acesso à modernização da agricultura, através da compra de equipamentos para produção, conservação e beneficiamento de produtos, com linha de crédito compatível com o setor.

Um exemplo de atividade rural que ainda procura harmonizar o tempo da natureza para a produção agrícola é a produção agroecológica, que sem o uso de insumos industrializados, procura um nicho de mercado que possa valorizar esse tipo de produção.

Essas propriedades que aderem a essa forma de produção, também podem explorar o turismo, tornando o campo visado pelos atrativos “naturais” que dispõe, principalmente pela população urbana, que busca descanso e lazer, ficando distante do tempo acelerado que convive diariamente.

A sociedade urbana criou a necessidade de busca por espaços de lazer em meio à “natureza” no meio rural, criando áreas e parques de preservação, hotéis-fazenda, dentre outros. Cada vez mais são criados espaços que se reportam a uma situação passada, que possa ser vivenciada como uma atividade fora da cidade, porém, lugares no campo ligados por um vínculo mercadológico com as cidades e seus habitantes consumidores.

As cidades que não acompanharam o processo de urbanização e a modernização ocorrida no campo passaram a ter um papel secundário em relação às atividades do meio rural, estagnando economicamente, diminuindo a sua população urbana, como nos casos analisados em (FONTOURA, 2014).

Em outros casos, a modernização no campo requer uma especialização das pequenas ou médias cidades, no sentido de oferecerem as prestações de serviços necessárias para as atividades executadas no campo, mudando com isso o perfil da cidade, adequando às novas exigências, constituindo-se, em alguns casos, em pontos de ligação de uma rede maior no que se refere ao fornecimento de insumos, de tecnologia e de informação técnica para a agricultura e, também, compõem parte do mercado consumidor. São cidades especializadas que oferecem serviços de apoio tecnológico às atividades rurais. Esses casos de cidades são bastante analisados em CORREA (2006).

Na esteira da especialização, entram as cooperativas agropecuárias que funcionam como pontes necessárias para as negociações dos insumos, da tecnologia, da informação técnica, além do recebimento, armazenagem da produção, sendo também responsáveis pela comercialização e pela logística dos produtos agrícolas de seus associados, bem como na intermediação do acesso ao crédito pelos produtores rurais.

Assim, as organizações cooperativas participam da construção e organização socioeconômica do espaço em que estão inseridas fortalecendo as relações entre o meio rural e o urbano.

Nesse esquema de organização de redes, cada empreendimento toma parte de um território e passa a desempenhar sua função, por exemplo, na divisão e especialização do trabalho. O que impulsiona a divisão do trabalho é a informação que, aliada à técnica torna-se imprescindível para o trabalhador que vive no meio e permaneça na atividade. E mais, a agricultura faz uso de alta tecnologia e há uma

indústria voltada para isso, possibilitando à agricultura brasileira ser uma das mais evoluídas no mundo em termos de tecnologia.

Nesse sentido, Milton Santos ressalta a importância das técnicas e da informação:

Com a indústria, esta tendência se acentua ainda mais, graças às técnicas de que o homem passa a dispor, já que estas interferem em todas as fases do processo de produção, através das novas formas de energia comandadas pelo homem. Hoje, o motor da divisão do trabalho, tornada claramente internacional, é a informação, (SANTOS, 1996, p.106).

A informação torna-se a ferramenta para o planejamento atual das atividades do campo de forma a articular a modernização da agricultura com a indústria, visando à produção de forma mais rápida e, portanto, acompanhando o tempo de produção do capital. Nesse contexto, pode ser destacada a agricultura voltada para a produção de soja, que está alinhada com a lógica capitalista, que para isso utiliza-se da informação para reduzir o tempo da natureza, artificializando-se, cada vez mais, pelo processo de produção em grande escala.

Novamente, resgatando Santos (2012, p. 284), o qual reforça alguns aspectos da relação cidade-campo:

Veja-se, como exemplo, a relação cidade-campo, em que a atração entre subespaços com funcionalidades diferentes atende a própria produção, já que a cidade, sobretudo nas áreas mais fortemente tocadas pela modernidade, é o lugar da regulação do trabalho agrícola. No segundo caso, o das verticalidades, a solidariedade é obtida através da circulação, do intercâmbio e do controle. Vejam, como exemplo, as relações interurbanas. Trata-se de entender essas novas formas de solidariedade entre lugares.

Assim, as lavouras de soja e de arroz, dotadas do uso intensivo de tecnologias são exemplos de horizontalidades do espaço, inserindo-se à lógica da modernidade.

No que se refere à inter-relação entre lugares, pode-se destacar a solidariedade empresarial que participa da organização socioeconômica. O sistema cooperativo encontra-se contemplado nessa solidariedade, não esquecendo que a mesma está baseada na lógica do capital.

Segundo Santos (2012, p. 285), a região é a base para ocorrer os arranjos organizacionais:

Na caracterização atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são horizontalidades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição.

Assim, as regiões organizam-se e têm por base os distintos arranjos organizacionais. Por exemplo, no Planalto gaúcho, predomina a produção de soja. A lógica da transformação que confere unidade à região e o entendimento desse arranjo organizacional está na racionalidade atual, que compreende na agricultura a lavoura de soja centrada na diminuição do tempo de produção, aumento da produtividade, implicando a maximização da produção, superando o tempo lento da natureza, compatibilizando com a lógica do mercado capitalista e sua taxa média de lucro.

Dessa forma, com todo o aparato tecnológico direcionado para a agricultura, os espaços tornam-se racionais, no sentido capitalista, porque acompanham a organização espacial hegemônica. As cooperativas agropecuárias seguem a racionalidade urbana para atender às demandas de mercado, satisfazendo a demanda internacional dos *comodities*. Sendo assim, as administrações das cooperativas agropecuárias passam pela racionalidade empresarial, organização da gestão, entretanto sem a finalidade do lucro institucional. Nesse sentido, o quesito gestão passa a ser um fator decisivo para que todo o empreendimento mantenha-se no mundo competitivo e foi contemplado na próxima seção nomeada como: “Gestão: Aspecto relevante para o cooperativismo”.

Outro ponto importante já destacado nesta tese refere-se ao fato de as redes serem inseparáveis da questão do poder também no contexto das cooperativas agropecuárias e suas zonas de influências regionais que são inseparáveis à condição do poder com base na livre concorrência.

Nesse sentido, sobre a influência do poder nas estruturas organizacionais, Santos (2012, p. 271) reforça que:

[...] os sistemas de poder inerentes à ação das grandes organizações têm um papel importante na construção das estruturas organizacionais. Faltava acrescentar que a própria estrutura do espaço constitui uma condição fundamental ao exercício do poder e à natureza local ou regional desse poder. A palavra *poder* deve ser aqui reconhecida no sentido que lhe dão Taylor e Thrift, isto é, a capacidade de uma organização para controlar os recursos necessários ao funcionamento de uma outra organização.

O segmento de cooperativas em estudo, inseridas no contexto das redes, possibilitam uma nova organização espacial, admitindo a existência de novos caminhos para esse tipo de empreendimento e oferta de serviços que atendam às demandas do produtor rural e/ou associado e do mercado.

A produção no espaço rural, na atualidade, é uma forma para além do fordismo que não é mais apenas a produção em massa, mas conforme a demanda. Dessa forma, o tipo de produção agrícola é planejado de acordo com a necessidade de mercado e sua viabilidade segundo o espaço disponível para o seu cultivo, de cada produtor rural.

As cooperativas agropecuárias passam a realizar a interface das relações entre campo e cidade, assumindo importante responsabilidade também como geradoras de desenvolvimento social, econômico e cultural nos locais onde atuam.

3.1 Cooperativas agropecuárias e a modernização na agricultura

A modernização da agricultura proporcionou o aumento de áreas destinadas às lavouras de trigo e, posteriormente, de soja, e para viabilizar a produção dessas lavouras foram criadas as cooperativas agropecuárias. Essas organizações cooperativas que, ao longo de mais de 100 anos de evolução das ideias do cooperativismo, atingem, atualmente, as múltiplas formas de atividades cooperativadas. Assim, o cooperativismo atende às classes sociais de lados extremos e isso parece ser uma ideia dupla e contraditória.

O cooperativismo agropecuário atende aos interesses dos diversos grupos da sociedade, sendo termo adequado para definir toda a atividade econômica organizada sob a forma coletiva. Para Rios (2007, p. 13):

Dessa maneira, tanto no agronegócio como na agricultura familiar, o cooperativismo é considerado um instrumento adequado. No primeiro caso, em termos organizacionais; no segundo em termos de promoção socioeconômica mediante políticas de desenvolvimento. Um exemplo expressivo da produção agrícola moderna está no fato de as cooperativas disporem de mais de 30% da capacidade total de estocagem no Brasil, ou seja, 8,6 milhões de toneladas de um total de 38,5 milhões.

A atividade cooperativa ligada à produção de grãos apresenta significativa importância não apenas pela força da organização social dos produtores rurais em

defesa de seus interesses, mas também pela capacidade de estocagem de grãos e de sua posterior comercialização.

Resgatando o contexto da modernização da agricultura, infere-se que, a partir de 1956, em função da mudança do padrão de acumulação no estado, aquele período foi marcado pela estagnação econômica, descapitalização e retrocesso do setor rural, no qual a agricultura passou a absorver as tecnologias produzidas via setor industrial e isso repercutiu em endividamento dos agricultores. Esse retrocesso foi mais intenso na produção de trigo, tornando-o menos participativo, como poupador de divisas (BEZZI, 1985).

Por outro lado, a diminuição de políticas para o desenvolvimento da triticultura foi um fator que despertou a organização dos granjeiros e também dos pequenos produtores de trigo para a criação das cooperativas para armazenar a produção. Já em 1956, estava organizada a Fundação das Cooperativas de Trigo (FECOTRIGO), a qual objetivava prestar assistência técnica, econômica e de infraestrutura ao produtor de trigo, visando a minimizar a crise no setor (HEIDRICH, 2000). Nesse período, surgem as Cooperativas Tritícolas no estado como alternativa para a situação de recessão naquele momento.

Em meados dos anos de 1960, a atividade tritícola atravessou um processo de decadência, passando a dispor de um grande número de máquinas e de terras ociosas. (CONCEIÇÃO, 1984; BEZZI, 1985).

Dentro dessa problemática, com a decadência parcial da cultura do trigo, o mesmo passou a coexistir com a cultura da soja que se torna decisiva para o crescimento da lavoura empresarial, conforme destaca Conceição (1984, p. 8), que:

Insere-se no Rio Grande do Sul, o aparecimento da soja como principal cultura de exportação, obtendo de 1950 a 1975 um extraordinário crescimento tanto em valor de produção como em quantidade produzida e área cultivada.

Somando-se ao aproveitamento dos mesmos recursos técnicos da lavoura de trigo, a cultura da soja expandiu-se rapidamente a partir de 1970. Além desses fatores, Carrion Júnior (1981, p. 34) acrescenta que:

[...] o avanço rápido da lavoura empresarial da soja, através do binômio soja-trigo, estimulada por uma ampla gama de incentivos (preços elevados no mercado internacional, grande eficácia do sistema cooperativo na política de comercialização e difusão de técnicas, estímulos fiscais e política de

financiamentos públicos, vantagens às indústrias ligadas ao setor e a alta capacidade de absorção do mercado internacional do produto), ocupa não só os espaços vazios da economia como cria pela primeira vez na história gaúcha uma forte liquidez dos imóveis rurais, o que por si só, [...], determina o fim do equilíbrio anteriormente existente nos demais setores.

Além de aportes tecnológicos essenciais para a modernização na agricultura, outros fatores foram responsáveis pela expansão da soja no Rio Grande do Sul, dentre eles o preço, ressaltado por Conceição (1984, p. 29):

É o fator que, em uma economia de mercado, orienta a decisão do agricultor ou produtor de expandir ou reduzir sua área cultivada com o produto. Entretanto, sendo a soja um produto essencialmente de exportação, os preços internos recebidos pelo produtor foram fixados exógenamente, determinados pela excelente cotação da soja no mercado internacional.

Paralelamente, tornou-se importante a produção de implementos agrícolas, devido à expansão da soja, constituindo-se um fator decisivo para a modernização agrícola e desenvolvimento regional. (CARRION JÚNIOR, 1981).

Desse modo, a lavoura empresarial da soja também associada à lavoura de trigo foram os principais agentes que contribuíram para a modernização na agricultura gaúcha.

De acordo com Moreira (2003, p. 30), “o desenvolvimento da indústria de óleos vegetais e, sobretudo os altos preços alcançados pelo produto no mercado internacional propiciaram uma grande expansão da sojicultura a partir dos anos de 1970”. Acrescenta-se ainda que, atualmente, a produção de soja insere-se nos novos moldes tecnológicos, com a inserção do plantio direto e da soja transgênica, permitindo a redução de custo da produção.

Neste contexto de expansão da produção e consumo da soja, implanta-se o “micro” complexo agroindustrial, estruturado desde o complexo rural na agricultura e toda a dinâmica do processo de modernização pautado pela fusão dos capitais agroindustriais (MARAFON, 1998).

Marafon (1998, p. 49) elucidando esse conceito diz que

[...] o Complexo Agroindustrial foi constituído e se expandiu através da modernização tecno-econômica da agricultura brasileira. [...] a dinâmica da agricultura brasileira encontra-se inserida em um novo padrão agrário instaurado a partir da década de cinquenta, com os processos de modernização e industrialização da agricultura até a constituição dos vários Complexos Agroindustriais, [...].

Nesse novo padrão de organização das atividades no setor agrário, a cultura da soja insere-se, consolidando o “complexo soja”, que se concretizou na década de 1970. De acordo com Mazzali (2000, p. 67), o “[...] complexo soja foi favorecido por dois grandes fatores [...] a) a presença de uma conjuntura internacional extremamente favorável e, b) a intervenção marcante do Estado em todas as fases da cadeia produtiva da soja”.

Dessa forma, insere-se a cadeia produtiva da soja como base para o estabelecimento do agronegócio brasileiro. De acordo com Silva (2005, p. 1), entende-se por cadeia produtiva “[...] um conjunto de elementos (empresas ou sistemas) que interagem em um processo produtivo para oferta de produtos e de serviços ao mercado consumidor”.

A cadeia produtiva constitui-se em um conjunto de variáveis que interagem entre si, incluindo desde os sistemas produtivos, os fornecedores de insumos e serviços, as indústrias de processamento e transformação, os agentes de distribuição e comercialização, até os consumidores finais (CASTRO, 2000).

Pode-se afirmar, então, que são diversas atividades econômicas que constituem a cadeia produtiva da soja, abrangendo desde os fornecedores de insumos até o consumidor final. O setor produtivo é o eixo de toda a cadeia por dinamizar e interligar os demais segmentos. O setor de insumos, anterior à unidade produtiva, viabiliza a produção agrícola. No setor de insumos, encontram-se a produção de sementes, a indústria de máquinas e de equipamentos, a indústria de fertilizantes, os corretivos, os defensivos agrícolas e os combustíveis.

Nesse sentido, para o entendimento da rede que compõe a base para o agronegócio, remetemo-nos ao enfoque sistêmico, pois a atividade agrícola interage com os demais elementos do negócio agrícola. Tem-se uma cadeia, uma rede produtiva formada pelos fornecedores de insumos, com os serviços de apoio, bem como com os demais elementos (CASTRO, 2000).

Castro (2000, p.4) reforça a ideia sobre a cadeia produtiva e o agronegócio:

O agronegócio compõe-se de cadeias produtivas, e, estas possuem entre seus componentes, os sistemas produtivos que operam em diferentes ecossistemas ou sistemas naturais. Operando como contexto, existe um conglomerado de instituições de apoio, composto de instituições de crédito, pesquisa, assistência técnica, entre outras, e um aparato legal e normativo, exercendo forte influência no desempenho do agronegócio.

Para o agronegócio da soja, é necessária uma infraestrutura composta pelos serviços de apoio que apresentam conexão com o agricultor, sendo formada pelos serviços agronômicos, pesquisa e desenvolvimento (P&D), serviços bancários, marketing, vendas, transporte (via rodovias, ferrovias e hidrovias), armazéns através das cooperativas agropecuárias, empresas cerealistas particulares, portos necessários para o escoamento da exportação de grãos, assistência técnica, bolsa de valores que direciona o agronegócio da soja, dentre outros serviços.

As cooperativas, em especial, passaram a atuar no ramo do agronegócio como facilitadoras no processo de industrialização do meio rural, tanto da sua produção agrícola quanto do fornecimento de sementes, fertilizantes e defensivos. Além disso, as cooperativas são as principais responsáveis pela implantação da infraestrutura de armazenagem, de transportes e de comercialização da produção (HEIDRICH, 2000).

Ao se observar a estrutura e funcionamento do agronegócio, esse nos induz pensar a cadeia produtiva de forma competitiva e também refletir sobre a produção agrícola não de forma isolada. Deve-se considerar que a maioria das empresas que estão envolvidas no agronegócio são empresas multinacionais, que exercem grande poder de barganha tanto nos insumos como na comercialização dos grãos (MEGIDO; XAVIER, 2003).

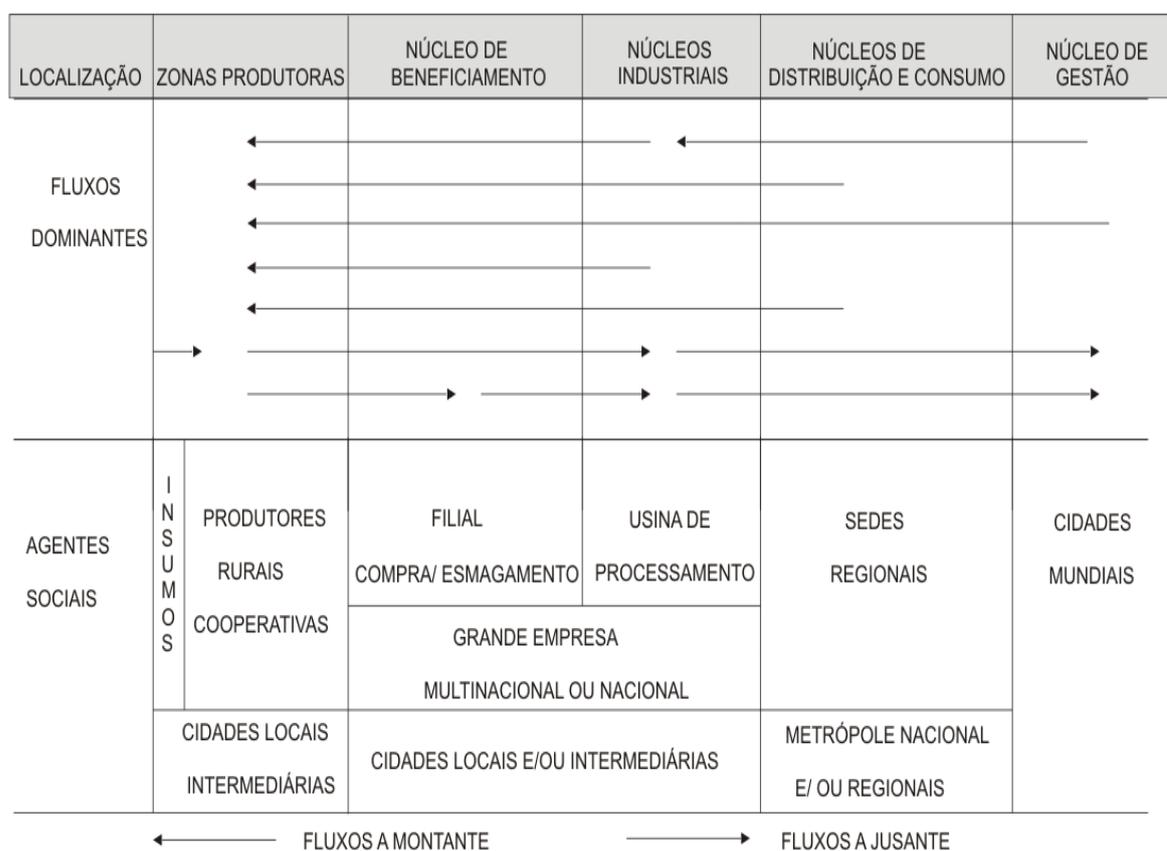
Sendo assim, as cooperativas constituem-se na principal conexão entre os produtores rurais e as empresas multinacionais, no que se refere ao recebimento de grãos à comercialização dos mesmos e ao fornecimento de insumos, aos fertilizantes, aos defensivos agrícolas e às sementes.

Os produtores rurais através das cooperativas agropecuárias têm acesso aos insumos (fertilizantes, inseticidas, herbicidas, corretivos de solo, etc.) fornecidos pelas empresas multinacionais como por exemplo: Bayer, Sinon, Basf, Upl, Syngenta, Dupont, etc. Também é através das cooperativas que os produtores rurais escoam o que é produzido nas suas lavouras como: soja, milho, trigo, feijão, canola, cevada, etc; que também tem como destino em sua maior parte para o mercado internacional.

Na figura 7, estão representados os fluxos presentes no Complexo Agroindustrial Soja. Quanto aos fluxos a montante, encontram-se as etapas das tomadas de decisões, as quais geralmente ocorrem nos centros econômicos e

políticos do país e os investimentos, para obter recursos financeiros destinados à lavoura da soja. Pode-se considerar também, nessa etapa, o monitoramento do mercado interno e externo dessa cultura. Ainda à montante, nos fluxos necessários à produção, encontram-se os insumos, como as máquinas agrícolas, os fertilizantes e defensivos agrícolas ou agrotóxicos (MARAFON, 1998).

Figura 7 – Esquema das interações no Complexo Agroindustrial Soja.



Fonte: Marafon, 1998, p. 55.

No momento em que o agricultor toma a decisão de plantar soja, adquire os insumos necessários, realizando financiamento ou não, após, faz a colheita da soja. A partir desse momento, os fluxos (à jusante) do Complexo Agroindustrial direcionam-se das áreas de produção para as unidades de esmagamento e/ou processamento, comercialização e distribuição para o mercado interno ou externo. Quando ocorre o beneficiamento da soja, resulta no óleo bruto, sendo transformado em óleo refinado para o consumo humano ou ainda é processado em outros produtos alimentícios e o farelo que é o resíduo destinado para ração animal. (MARAFON, 1998).

O Complexo Agroindustrial Soja, juntamente com a indústria de oleaginosas, proporcionou maior integração entre a agricultura, através da utilização dos meios de produção gerados pela indústria à montante, como também pela implantação da indústria beneficiadora de soja.

A integração indústria-produtor de soja está em processo de crescimento, favorecida pelas descobertas da ciência relacionada à utilidade dos produtos oriundos do grão, como o óleo da soja, dentre eles a produção do biodiesel. Este, após processos de beneficiamento é adicionado ao combustível tradicional usado nos transportes e maquinários agrícolas, o qual está crescendo em importância entre os recursos renováveis. O biodiesel veio fortalecer o mercado para a produção da soja, que está cada vez mais sendo valorizado entre as *commodities* brasileiras. O fator preço da saca de soja faz com que os produtores reorganizem seus espaços produtivos substituindo, em parte, outros cultivos agrícolas pela soja, ou ampliando o plantio para novas áreas destinadas principalmente à criação de gado de corte.

Dessa forma, pode-se perceber que o contexto da relação campo/cidade na contemporaneidade é diferente do contexto da sociedade agrária. É perceptível a influência da indústria no espaço rural, definindo e delimitando o que se deve ou não produzir na agricultura. A sociedade urbana implica aspectos positivos e outros nem tão positivos ao processo de organização do espaço rural. Ao mesmo tempo em que o processo de modernização tecnológica fez retrair a mão de obra nas atividades agrárias, trouxe o avanço das técnicas de produção das lavouras e também da pecuária, tendo como sustentação a informação.

Queiroz (1978, p. 48-49) destaca a mudança de papel no campo onde ocorre a subordinação à cidade:

Nas sociedades agrárias, cidade e campo coexistem, mas o campo domina a cidade, embora esta o organize e seja seu centro administrativo; a dominação é demográfica e econômica. Nas sociedades urbanas, a coexistência também se verifica entre campo e cidade, porém a cidade domina o campo, que passa para um plano secundário, demográfica e economicamente.

Esse processo de transição da sociedade agrária para a urbana implicou, dentre as diversas mudanças, a modernização do campo que ainda está muito ligada à revolução verde, chamada de revolução clássica. Essa revolução proporcionou crescimento na produtividade e na lucratividade agrícola, e por outro lado, marcada pelo êxodo da população do campo e, esse processo continua

provocando ainda mais o esvaziamento demográfico, envelhecimento e masculinização da população do campo. Também está ocorrendo o processo de taperização dos estabelecimentos devido ao envelhecimento da população rural, ou seja, os filhos que saem para estudar geralmente não voltam para o campo, e os pais, quando aposentados, procuram os recursos mais próximos da cidade, abandonando a atividade da agricultura.

Esse processo de esvaziamento populacional que vem ocorrendo no campo é negativo para a produção de alimentos diversificados e para a continuidade da atividade cooperativa, principalmente em regiões do Rio Grande do Sul que o relevo mais íngreme dificulta a mecanização.

Os dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, quadro abaixo, a população rural representa apenas 15,62% da população do Brasil, reforçando a tendência do processo da taperização do campo e do modo de vida urbano (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição da população urbana e rural no Brasil no censo demográfico 2010.

População Residente	Total de Habitantes
População Urbana	160.925.792
População Rural	29.830.007
Total População	190.755.799

Fonte: www.ibge.gov.br/censodemografico, 2010.
Org.: CARGNIN, M; 2013.

A diminuição da população rural é seguida de um processo de abandono das casas e terrenos no campo, conhecido como processo de taperização. A tapera ocorre quando nenhum preço é ofertado pela terra e moradia existente, uma vez que não há pressão imobiliária que force o processo de migração do campo para a cidade. Esse processo aumentou numericamente a partir de 1990, quando surgem os primeiros efeitos da Constituição de 1988, que expande para o campo a legislação trabalhista e de previdência para os trabalhadores rurais. Estes, quando em condições de aposentadoria, passam a ter uma renda que os possibilitam duas situações: a) a permanência no campo, mas sem a necessidade de comercialização dos produtos, uma vez que uma renda básica já está garantida; b) a migração para a

cidade, muitas vezes para a periferia das cidades pequenas e médias. A análise dos efeitos da aposentadoria rural e suas consequências ao longo da década de 1990 no município de São José do Norte estão disponíveis no trabalho de SANTOS (2006).

Por um lado, a nova condição de permanência no campo com a garantia de uma renda, muitas vezes o casal, possibilita a complementação da alimentação de uma forma mais tranquila, com menos trabalho, porque o básico está garantido com a aposentadoria. Isso, por outro lado, possibilita a desobrigação da permanência dos filhos, homens ou mulheres de cuidar de seus pais até o final da vida. No caso das filhas, Brumer (2004, p. 225) conclui:

Procurou-se mostrar que, devido às desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres (principalmente às mulheres jovens) uma posição subordinada na estrutura familiar – evidenciada na distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução, do poder e do acesso à propriedade da terra –, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens. Ao mesmo tempo, fatores externos, tais como o tipo de produção agrícola desenvolvida, o caráter intensivo ou extensivo da produção, o tamanho do estabelecimento e as necessidades de mão-de-obra e o grau de desenvolvimento industrial nas proximidades dos estabelecimentos agropecuários, podem criar oportunidades de emprego parcial ou total fora da agricultura, com a manutenção da residência do trabalhador no meio rural.

Brumer (2004) tem várias publicações sobre o processo de masculinização no campo em função de variáveis como modernização dos meios de produção e aposentadoria na produção agrícola familiar. Isso demonstra diferentes possibilidades de relação entre a vida no campo e na cidade, inclusive, a possibilidade de residência no campo e o desenvolvimento de atividades na cidade, como os casos definidos como pluriatividade por Sérgio Schneider. Nesses casos estudados, aparece uma questão geográfica interessante: a proximidade com o meio urbano possibilita que uma pessoa possa desenvolver atividades profissionais na cidade e residir no campo. Entretanto, faz-se necessária essa proximidade com o meio urbano, uma vez que seria impossível se houvessem obstáculos naturais a serem transpostos ou mesmo falta de comunicação e informação. Alterações espaciais no sentido da modernidade se fazem necessárias para que essa relação campo-cidade aconteça.

Tais fatos demonstram a indissociabilidade das relações campo e cidade e a complementaridade das necessidades da divisão do trabalho, embora a cidade

domine o campo no que diz respeito às tecnologias e às demandas de gêneros agrícolas.

3.2 A lavoura de soja e a relação com a atividade cooperativa

A agricultura no Rio Grande do Sul tem ocupado ao longo do tempo uma posição de destaque levando em consideração os aspectos históricos, culturais e econômicos. Historicamente, o desenvolvimento da agricultura passou por diversas etapas evolutivas. Pode-se dizer que houve alguns momentos de expansão e outros de retração ligados a fatores internos e externos, (clima, exigências do mercado, preço do dólar, entre outros fatores) que influenciaram direta ou indiretamente no setor primário gaúcho.

O setor agrícola, após os anos 50, período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) com a retomada ao desenvolvimento industrial, passou a absorver a revolução tecnológica de forma limitada e mais lentamente se comparado ao crescimento industrial. Assim, a agricultura tradicional transformou-se gradativamente em agricultura moderna. Aquela consistia na utilização intensa da fertilidade natural do solo e do uso de mão de obra familiar, ao passo que esta faz o uso intensivo de tecnologias atualizadas como: máquinas, implementos, equipamentos, técnicas sofisticadas e insumos modernos (BRUM, 1988).

No entanto, é a partir de 1956 que em função da mudança do padrão de acumulação no estado, período marcado pela estagnação, descapitalização e retrocesso do setor rural, no qual a agricultura passa a absorver as tecnologias produzidas via setor industrial (BEZZI, 1985).

A diminuição tanto em área como em produção de trigo no estado do Rio Grande do Sul continuou a ocorrer de forma acelerada, como pode-se observar na década de 1990/00, na qual houve redução da área plantada para 43,28%, conforme dados do IBGE.

A ausência de políticas para o desenvolvimento da triticultura foi um fator que despertou a organização dos granjeiros e também dos pequenos produtores de trigo para a criação das cooperativas para armazenar a produção. Já em 1956, estava organizada a Fundação das Cooperativas de Trigo (Fecotrigo), a qual objetivava prestar assistência técnica, econômica e de infraestrutura ao produtor de trigo, visando a minimizar a crise no setor (HEIDRICH, 2000). Nesse período, surgem as

Cooperativas Triticolas no estado como alternativa para a situação de recessão naquele momento. As cooperativas fundadas nesse período, que ainda permanecem em funcionamento no estado, atualmente já possuem mais de 50 anos.

No Brasil, as primeiras organizações cooperativas foram as de crédito e agrícolas surgidas no Rio Grande do Sul, em 1902. Essas ideias foram trazidas pelo padre Theodor Amstadt, religioso jesuíta. As primeiras experiências de cooperação datam do século XVII através das ações dos jesuítas com índios no sul do Brasil com a fundação das reduções jesuítas, fundamentadas no trabalho coletivo. Essas incipientes organizações cooperativas objetivavam promover o bem-estar dos seus membros, conforme OCERGS, (2001):

[...] a experiência cooperativista europeia chegou através do Pe. Theodor Amstad em 1902 no estado do Rio Grande do Sul. Sob a inspiração desse Padre jesuíta, conhecedor da experiência alemã de cooperativismo, instalaram-se no sul do país as primeiras cooperativas de crédito e agrícolas. O modelo pregado pelo Pe. Amstadt aplicava-se às pequenas comunidades rurais e baseava-se na honestidade de seus cooperados.

O contexto da modernização da agricultura proporcionou o aumento de áreas destinadas às lavouras de trigo inicialmente e posteriormente de soja e, com a falta de perspectiva da comercialização da produção dessas lavouras, surgem as cooperativas agropecuárias. Essas organizações cooperativas que ao longo de mais de 100 anos de evolução das ideias do cooperativismo atingem atualmente as múltiplas formas de atividades cooperativas. Assim, o cooperativismo atende a classes sociais de lados extremos e isso parece ser uma ideia dupla e contraditória.

De acordo com Rios, (2007, p. 18)

O cooperativismo fruto do movimento operário resultou na criação de um modelo de associação com as seguintes características: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa. A primeira característica significa que estamos diante de uma associação de pessoas e não de capital. Isto é, a propriedade é atribuída aos associados, independentemente das contribuições financeiras individuais à constituição da sociedade. A segunda característica, gestão cooperativa, significa que o poder de decisão último é competência da assembleia dos associados. Finalmente, a terceira característica, a repartição cooperativa, indica que a distribuição das sobras financeiras no final de um ano de trabalho deve ser feita de maneira diversa da que ocorre em uma empresa capitalista.

Esse modelo de organização cooperativa criado teve por base a associação de produtores que visava a atender as necessidades dos associados garantindo o

recebimento da produção dos grãos produzidos e posterior venda. Além de atender essa demanda, as cooperativas tritícolas, assim criadas por produtores de trigo, possibilitavam aos seus sócios-fundadores o poder de tomadas de decisões juntamente com seus dirigentes.

Quando a política agrícola desfavoreceu aos produtores de trigo entrando em crise, a lavoura de soja expandiu-se aproveitando esse momento econômico tomando grande evolução de áreas plantadas e produção atendendo às novas demandas no mercado mundial.

Por isso, resgata-se Carrion Júnior (1981, p. 32) o qual destaca que é importante lembrar as alterações que ocorriam no período

A partir da década de 60, em decorrência de algumas alterações internas e com o aumento progressivo da importância de segmentos industriais mais sofisticados, [...] cresce na agricultura regional a lavoura empresarial, ganhando papel de geradora de divisas essenciais ao novo desenvolvimento industrial, ocupando neste, particular, a soja um lugar estratégico.

Dessa forma, com a decadência parcial do trigo, a lavoura da soja passou a desempenhar papel fundamental como geradora de divisas na agricultura gaúcha. A cultura da soja incorporou as tecnologias utilizadas na lavoura de trigo, bem como, aproveitou os mesmos solos e os mesmos equipamentos. Esses fatores favoreceram a retomada no processo de desenvolvimento na agricultura. Foi através do binômio trigo/soja que a lavoura empresarial conquistou um significativo avanço no estado (BEZZI, 1985).

A cultura da soja expandiu-se rapidamente por aproveitar a infraestrutura e os recursos técnicos disponibilizados pela lavoura de trigo. A leguminosa já vinha sendo plantada no Rio Grande do Sul em pequena escala, mas é na década de 70 com a disponibilidade de financiamentos, seja através de bancos públicos ou privados, e devido à cotação favorável dos preços internacionais do produto, que inicia o seu ciclo expansivo mais significativo (HEIDRICH, 2000).

Por outro lado, percebe-se que com a modernização agrícola iniciada na década de 1950, alterou um pouco a estrutura fundiária, em alguns municípios do Rio Grande do Sul.

O surgimento da lavoura empresarial ocasionou desconcentração por parte do uso da terra através dos arrendamentos para as culturas capitalistas

(RODRIGUES, 2004). Foi devido ao arrendamento das terras que a lavoura empresarial ganhou destaque e adentrou em áreas anteriormente destinadas à pecuária e ainda possibilitou a modernização da agricultura através da nova cadeia produtiva como a da cultura da soja.

A inserção dos cultivos agrícolas não significava para alguns pecuaristas o desmembramento da propriedade, conforme salienta Bezzi (1985, p. 26) em que:

O poder de resistência da pecuária tradicional advém do monopólio da terra, que permite ao fazendeiro duas alternativas: como produtor procurando colocar sua produção nos mercados interno e externo e como proprietário, oferecendo parcial ou integralmente sua terra para arrendamento.

Destaca-se que o processo de arrendamento começou com o cultivo de arroz e, junto com este veio a mecanização da agricultura gaúcha, que foi anterior à modernização agrícola em 1950. Posteriormente, o trigo passou assumir crescente importância como produto gerador de divisas (CONCEIÇÃO, 1984).

Posteriormente, ocupando áreas que eram de trigo, a lavoura de soja expandiu-se e ganhou impulso favorecida por aspectos relevantes da modernização ocorrida na década de 90, que esteve assentada em três pilares: utilização crescente de insumos modernos e mudanças na relação de trabalho; mecanização em todas as fases do processo produtivo; e a internacionalização dos setores produtivos de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura (SILVA, 2005).

Além disso, para o desenvolvimento da lavoura de soja, o Brasil apresenta algumas vantagens que o torna mais competitivo, dentre elas está a possibilidade de ganhos de produção em escala; a alta produtividade; a mão-de-obra barata; oferta hídrica abundante e a tecnologia de ponta destinada a agricultura.

No que se refere à possibilidade de ganhos em termos de escala de produção, o Brasil, pela sua extensão territorial apresenta um grande potencial para o cultivo de grandes áreas de soja. Em consequência dessas imensas áreas, a oferta hídrica juntamente com a tecnologia de ponta as lavouras de soja em média apresentam boa produtividade.

Todos esses fatos formam um conjunto de fatores que favoreceram a ampliação expressiva da atividade cooperativa no Rio Grande do Sul, assim como o aumento das exportações das commodities agrícolas devido à demanda internacional de produtos alimentícios. Entretanto, o aumento das exportações a

oscilação do dólar foi desfavorável às cooperativas que tiveram dificuldade em gerenciar o período de instabilidade de preços dos produtos agrícolas, acarretando em endividamento e desestabilização do empreendimento cooperativo.

4 GESTÃO: ASPECTO RELEVANTE PARA O COOPERATIVISMO

Dentre os vários aspectos que devem ser levados em consideração pelas organizações está a forma como elas conduzem as atividades. A gestão nas cooperativas agropecuárias é participativa com distribuição dos lucros, isso consta no regimento destas organizações. Outros aspectos como a educação para o cooperativismo e a formação dos gestores também é relevante.

O capítulo aborda a organização da atividade cooperativa alicerçada na atuação e na influência dos gestores nesse tipo de organização. Busca-se relacionar a gestão do empreendimento cooperativo ao fator financeiro subsidiado pelas informações obtidas no trabalho de campo, através das entrevistas realizadas com representantes de cada cooperativa agropecuária.

4.1 A gestão nas cooperativas

Diversas teorias abordam metodologias, técnicas e processos administrativos. Nesse sentido, resgatou-se uma abordagem mais comportamental por parecer mais adequada ao contexto estudado. Todo o empreendimento que almeja a permanência no mercado competitivo e também a progressão necessita da gestão, o setor que merece especial atenção por constituir a base organizacional de qualquer instituição.

A abordagem comportamental centra-se nas mudanças a médio e longo prazos, assim como na preparação de gestores e funcionários/colaboradores de modo a atuarem nos processos de mudanças que empresas e cooperativas são submetidas devido à fluidez do mercado globalizado (OLIVEIRA, 2001).

De acordo com Oliveira, (2001, p. 67) entende-se por gestão: “o processo interativo de desenvolver e operacionalizar as atividades de planejamento, organização, direção e avaliação dos resultados da cooperativa. ”

Com todas essas mudanças no cenário brasileiro e mundial, as cooperativas agropecuárias gaúchas que se mantiveram no mercado, atualmente já possuem mais de 50 anos de atuação (Tabela 2).

No entanto, algumas continuam isoladas e não integradas em atividades econômicas e não possuem representação política do sistema cooperativo. O cooperativismo agropecuário apresenta condições para permanecer competitivo,

mas, para isso é necessário que ocorram mudanças, que em determinados aspectos, as empresas não cooperativas já fizeram ou fazem e, o sistema cooperativo não faz, ou realiza lentamente não acompanhando a velocidade das transformações da sociedade capitalista (KRUG, 2008).

Tabela 2 – Relação de dez cooperativas agropecuárias com mais de cinquenta anos de atuação no RS.

Ano de fundação	Relação de cooperativas agropecuárias
1957	Cotripal
1963	Camnpal
1950	Cotrijuc
1957	Cotrijal
1957	Cotrijui ⁷
1957	Cotrisal
1957	Coopatrigo
1964	Coomat
1911	Cotribá
1957	Cotrel

Fonte: www.cotrijuc.com.br; www.cotripal.com.br; www.camnpal.com.br; www.cotrijal.com.br; www.cotrijui.com.br; www.cotrisal.com.br; www.coopatrigo.com.br; www.coomat.com.br; www.cotribá.com.br; www.cotrel.com.br. Acesso em jan. 2016.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

Toda a cooperativa tem uma equipe de administração formada pelo presidente, vice-presidente, diretores, gerentes, conselheiros, entre outras subdivisões que cada cooperativa julgar pertinente. Além da equipe diretiva, os cooperados também atuam nas decisões através da participação de assembleias em que são expostos e votados pela maioria, assuntos de seus interesses.

As mudanças são necessárias na gestão de pessoas e financeira e estão relacionadas à profissionalização gestacional das cooperativas em que a atual

⁷ A Cooperativa Agropecuária e Industrial – COTRIJUÍ, de acordo com o site: www.sescoprs.coop.br, está em processo de liquidação judicial.

conjuntura política e econômica demanda, para permanecer nesse cenário de competitividade com empresas privadas e também outras cooperativas.

Convém ressaltar a necessidade da reestruturação na forma de gestão, focando na profissionalização dos gestores, por parte das cooperativas para a adequação ao atual cenário competitivo brasileiro e mundial. São perceptíveis as mudanças que estão ocorrendo em vários setores no atual cenário de organização espacial, uma delas está baseada no aumento de fusões, incorporações e arrendamentos de cooperativas para outras ou para empresas privadas. Assim, pode-se destacar que as cooperativas passam a incorporar novas funções ou apenas readaptam-se às antigas funções.

Para Oliveira, (2001, p. 39):

As fusões entre cooperativas devem ocorrer como necessidade natural, pela situação dos negócios existentes e pelos modelos de gestão adotados. As fusões e incorporações apresentarão forte influência na estrutura de poder das cooperativas e na relação de poder com os fornecedores e clientes (cooperados ou não).

Uma organização cooperativa pode utilizar-se do recurso da fusão em duas situações distintas, uma delas para se tornar mais competitiva no mercado e a outra para sair de uma situação de falência. Essa ideia é defendida por Oliveira, (2001, p. 39), assim, “para uma cooperativa que pretende maximizar seus resultados – ou mesmo sair de uma situação de instabilidade financeira -, a fusão ou incorporação pode ser uma estratégia interessante”.

A fusão, desmembramento, incorporação ou parceria foi incentivada como uma das condições para o financiamento e renegociação de dívidas, enquadrado no Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP (SESCOOP/RS, 2006).

Com a intensificação da globalização e conseqüente abertura ao mercado externo, nas duas últimas décadas, a concorrência tornou-se mais acirrada entre empresas privadas e cooperativas. Como o sistema cooperativo não visa ao lucro, em muitas situações, essa concorrência torna-se desleal, já que algumas empresas privadas, para serem mais competitivas, burlam a lei com vendas sem nota fiscal.

Desse modo, resgata-se novamente Oliveira (2001, p.43), o qual enfatiza que:

A globalização da economia exige cooperativas com competências no mercado interno, para enfrentar a concorrência, bem como competência no mercado externo, para diminuir os preços em nível internacional. E esse aprendizado em um contexto globalizado é um dos mais interessantes para a evolução dos negócios das cooperativas.

Além disso, a crescente participação no mercado mundial do agronegócio da soja, a oscilação dos preços pagos ao grão e seus derivados no mercado de commodities, aliado à falta de preparo dos gestores de algumas cooperativas são algumas das causas do insucesso de algumas cooperativas no segmento agropecuário do Rio Grande do Sul.

Na tabela 3, pode-se verificar que nos últimos anos o cooperativismo agropecuário gaúcho apresenta um declínio considerando o número de cooperativas deste segmento, apesar de ser o segmento mais representativo em quantitativo no Rio Grande do Sul, ao ser comparado com os distintos ramos desse setor.

O cooperativismo no Rio Grande do Sul atualmente apresenta diversos ramos que estão organizados em agropecuário, crédito, saúde, infraestrutura, consumo, habitacional, mineral, educacional, produção, trabalho, transporte, especial e, concluindo, o cooperativismo de turismo e lazer (OCERGS-SESCOOP/RS, 2012).

Tabela 3 – Quantitativo de cooperativas agropecuárias⁸ no Rio Grande do Sul, com cadastro ativo na OCERGS/RS, no período de 2001 a 2016.

Ano	Total de Cooperativas Agropecuárias no RS	Total de Cooperativas no RS
2001	224	861
2002	196	758
2003	201	843
2004	209	854
2005	223	920
2006	237	962

Continua...

⁸ O total de cooperativas refere-se a todos os segmentos de cooperativas caracterizadas como atuantes no ramo agropecuário. Esse ramo compreende as cooperativas: de lã, de vinho, de leite, de grãos, de suínos, de produtores de morango, de criadores de búfalo, de agricultores familiares ecológicos, de agricultores familiares e, de fruticultores.

		Conclusão
2007	233	918
2008	224	852
2009	225	799
2010	211	728
2011	170	550
2012	161	512
2013	154	502
2016	130	427

Fonte: OCERGS-SESCOOP/RS, 2013.

Org.: CARGNIN, M, 2013.

*Data base: 31/05/2013/, reorganizada em 2016.

No universo dos diversos segmentos do cooperativismo, o estado gaúcho apresenta um total de registros de 1033 cooperativas com cadastro na OCERGS/RS. Dessas, apenas 502 cooperativas estavam com cadastro ativo. Isso significa que 531 cooperativas estão sem atualizar seus dados, o que gera a interpretação de que não estão mais atuando no mercado, pela liquidação das suas atividades ou foram incorporadas a outras cooperativas ou ainda por estarem arrendadas para empresas agropecuárias privadas indicando o encerramento das atividades com a denominação cooperativa, como está cadastrada na OCERGS/RS (OCERGS-SESCOOP/RS, 2012).

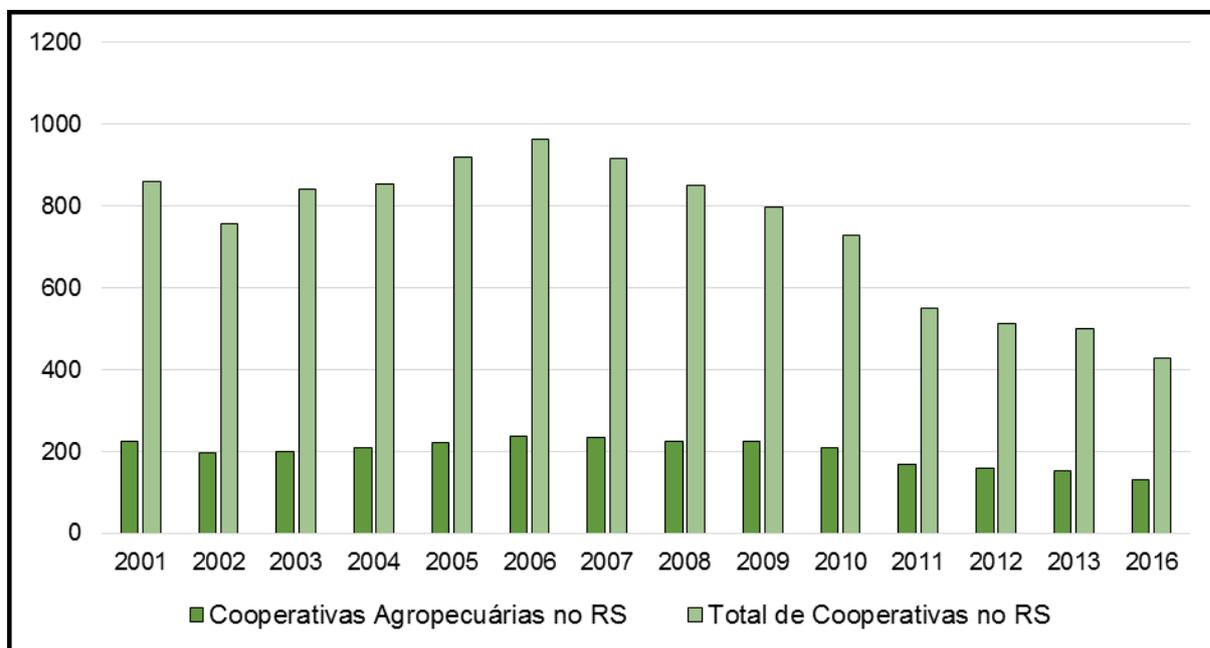
Para compreender a referência utilizada nos dados do total de cooperativas agropecuárias no RS, foram utilizados os dados fornecidos pela OCERGS que dizem que: “toda a cooperativa deve registrar-se na Organização Cooperativa de seu estado a fim de atender ao disposto no artigo 107, da Lei nº 5.764/71, integrando-se ao Cooperativismo Estadual e participando do processo de autogestão do sistema”.

Para melhor visualizar a evolução do quantitativo de cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul do ano 2001 a 2016, pode-se observar a figura 8.

Para realizar a leitura da situação socioeconômica dos lugares, é necessário compreender quais são os agentes da transformação social e econômica e sua relação com o âmbito político. Assim, em muitos municípios do Rio Grande do Sul dependentes da atividade agrícola, as cooperativas compreendem um campo

significativo de geração de trabalho no espaço urbano e a manutenção do trabalho agrícola no rural.

Figura 8 – Quantitativo de cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2016.



Fonte: OCERGS-SESCOOP/RS, 2013.

Org.: CARGNIN, M., 2016.

Através da figura 8, percebe-se que com a crise de 2008, houve um decréscimo acentuado e gradativo do total de cooperativas no Rio Grande do Sul, também houve diminuição do quantitativo de cooperativas agropecuárias. A diminuição das exportações de grãos brasileiros e a oscilação dos preços das commodities agrícolas refletem na permanência ou não de algumas cooperativas agropecuárias no mercado. Isso ocorre, em parte, às formas de gestão das cooperativas, que por falta de crédito vendem os grãos depositados pelos cooperados, sem que eles tenham realizado o faturamento desses produtos. Essa prática é realizada por algumas cooperativas para obter recurso financeiro para manter as atividades.

Nos últimos anos há uma diminuição no número de cooperativas, mas há um aumento na dimensão dessas cooperativas e de seu campo de atuação. Antes as cooperativas eram locais e atualmente a atuação é regional.

Compreende-se que o cooperativismo surgiu como uma alternativa para grupos organizados superar crises, que nos primórdios das ideias do cooperativismo

não estava embutida a profissionalização da gestão como na contemporaneidade exige para que atenda às necessidades de seus cooperados e permaneça atuando nessa sociedade competitiva.

A gestão das cooperativas está organizada para servir de base para os gestores administrar as atividades, que tem por base sete princípios, como consta nas orientações ao cooperativismo e, pode ser observado no quadro 7.

Quadro 7 – Os sete princípios que conduzem o cooperativismo.

Princípios que regem o cooperativismo	
1º	Adesão voluntária e livre - Cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.
2º	Gestão democrática pelos associados - as Cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos pelos sócios, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação; as Cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática
3º	Participação econômica dos associados - eles contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua Cooperativa. Parte desse capital é usualmente propriedade comum da Cooperativa para seu desenvolvimento. Usualmente os sócios recebem juros limitados sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento das Cooperativas, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios, redistribuição das sobras, na proporção das operações.

Continua...

Conclusão

4º	Autonomia e Independência - as Cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazer em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.
5º	Educação, formação e informação - as Cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Também informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
6º	Intercooperação - as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, e de forma sistêmica, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, através de Federações, Centrais, Confederações etc.
7º	Compromisso com a comunidade - as Cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto a suas comunidades onde estão inseridas.

Fonte: www.ocergs.coop.br

Org.: CARGNIN, 2016.

Os empreendimentos cooperativos se diferenciam das demais empresas, pois as cooperativas são sociedades de pessoas de natureza civil, com organização estatutária própria, visando a prestar serviços aos seus sócios (Quadro 8).

Entretanto, vale ressaltar que, mesmo com as diferenças de organização entre cooperativa e empresa privada, a gestão é um elemento essencial para a continuidade de suas atividades.

A gestão profissionalizada para as cooperativas que a OCERGS propõe compreende a contratação de alguns gestores e, necessariamente, que não sejam sócios da cooperativa.

Outro aspecto importante compreende a cooperação entre cooperativas, ou seja, a intercooperação, conforme os princípios do cooperativismo. Pelo princípio da intercooperação, é esperado que ocorra a união, a cooperação e a solidariedade entre as cooperativas (OCERGS, 2001).

Quadro 8 – Diferenças entre organização cooperativa e empresa privada.

COOPERATIVA		MERCANTIL	
O principal é o Homem		O principal é o Capital	
O cooperado é dono e usuário da sociedade		Os sócios são vendedores de produtos e serviços aos consumidores	
É uma sociedade simples, regida por legislação específica.		Sociedade de capital - ações	
Assembleia: quórum baseado no número de associados		Assembleia: quórum baseado na participação no capital social.	
Controle democrático		Controle financeiro	
Sociedade de pessoal que funciona democraticamente		Sociedade de capital que funciona hierarquicamente	
As quota-partes não podem ser transferidas a terceiros estranhos à cooperativa		As ações podem ser transferidas a terceiros	
Afasta os intermediários		São, muitas vezes, os próprios intermediários	
Objetivo: melhoria da qualidade de vida dos cooperados		Objetivo: lucro	
O retorno dos resultados é proporcional ao valor das operações com a cooperativa		O dividendo é proporcional ao valor total das ações	

Fonte: www.ocergs.coop.br
Org.: CARGNIN, 2016.

Considera-se intercooperação toda e qualquer relação entre organizações cooperativas, desconsiderando a relação de associado e cooperativa e, entre funcionários e cooperativa. Além disso, consideram-se as relações que ocorrem

entre organizações cooperativadas do mesmo setor econômico nas diferentes escalas – local, regional, nacional e, internacional (LAGO, 2011).

Dentre todos os aspectos que envolvem a gestão, o mais delicado para todo tipo de empreendimento está relacionado à gestão de pessoas. Organizar equipes qualificadas e comprometidas com o trabalho coletivo é um desafio. Além disso, a organização financeira de uma cooperativa é essencial para a continuidade no mercado.

4.2 Educação para o cooperativismo

As cooperativas agropecuárias brasileiras em fins da década de 80 e na década de 90 passavam por período de endividamento, necessitando reorganizar-se para permanecer atuando no mercado.

A partir disso, o governo federal criou a medida provisória nº 2.168-40, em 24 de agosto de 2001, em que dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP.

O RECOOP teve por objetivo a renegociação das dívidas das cooperativas agropecuárias e a concessão de novos créditos bancários. As operações de crédito concedidas às cooperativas com dívidas existentes em 30 de junho de 1997, depois dos descontos com os credores, obedeceram a três condições básicas sobre as dívidas: 1º - provenientes de aquisição de insumos agropecuários; 2º - com cooperados; e, 3º - trabalhistas provenientes de obrigações fiscais e sociais. Além da renegociação das dívidas, o RECOOP previa valores destinados para capital de giro e investimentos necessários (SESCOOP/RS, 2006).

Para uma cooperativa participar do RECOOP, de acordo com a Medida Provisória nº 2.168 – 40/ de 24 de agosto de 2001, deveria apresentar parecer de auditoria independente sobre a procedência dos valores relacionados às dívidas existentes e de recebíveis de cooperados, assim como, um plano de revitalização da cooperativa aprovado em assembleia geral extraordinária pela maioria dos associados, conforme quadro 9 (SESCOOP/RS, 2006).

Complementando ao RECOOP, ocorreu também a criação do SESCOOP pela Medida Provisória, citada anteriormente, que tem por finalidade: I – Organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social dos

trabalhadores e dos cooperados das cooperativas de todo o território nacional; II – Operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em cooperativas, conforme sistema desenvolvido e aprovado em assembleia geral da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (SESCOOP/RS, 2006).

A criação do SESCOOP/RS revitaliza o conjunto de profissionais que entram no mercado de trabalho, direcionando-os para as cooperativas. Dessa forma, foram criados cursos de graduação em cooperativismo para auxiliar na profissionalização da gestão desses empreendimentos e na formação geral para o trabalho nas atividades cotidianas de uma cooperativa.

Quadro 9 – Condições estabelecidas pelo RECOOP para cooperativas agropecuárias.

Condições estabelecidas pelo RECOOP para cooperativas agropecuárias	
I	Projeto de reestruturação demonstrando a viabilidade técnica e econômico-financeira das organizações cooperativas, com direcionamento das atividades para o foco principal de atuação de uma cooperativa de produção agropecuária e desmobilizações de ativos não relacionados com o objeto principal da sociedade, dentre outros aspectos;
II	Projeto de capitalização;
III	Projeto de profissionalização da gestão cooperativa;
IV	Projeto de organização e profissionalização dos cooperados;
V	Projeto de monitoramento do plano de desenvolvimento cooperativo.

Fonte: SESCOOP/RS, 2006.

Org.: CARGNIN, M.,2016.

Associados e funcionários das cooperativas podem ser beneficiados com bolsas de estudos para realizarem curso de graduação em cooperativismo, incentivando dessa forma ao aperfeiçoamento do quadro pessoal.

Além dessas iniciativas, deveriam ser pensadas formas de disseminar nas escolas, ambientes coletivos, dentre outros locais, para construir o conceito de

cooperação mais adequado para cada ambiente. Dessa forma, entende-se que se possa criar na sociedade uma cultura de atitude colaborativa e cooperativa.

4.3 A formação e a atuação dos gestores nas cooperativas agropecuárias

O sistema cooperativo agropecuário ao longo do tempo passou por diversas oscilações, em parte, reflexo das instabilidades políticas e econômicas. Para permanecer no mercado e atender aos anseios de seus cooperados, a tendência é que as cooperativas agropecuárias busquem adequar-se às novas realidades de acordo com o contexto capitalista atual.

Podem ser diversos os motivos que desencadeiam as dificuldades financeiras destes empreendimentos. Algumas cooperativas no estado estão enfrentando endividamento, enquanto outras estão em fase de reestruturação. De acordo com entrevista realizada com um representante da OCERGS em Porto Alegre, o qual mencionou que no conjunto de fatores responsáveis pela crise no cooperativismo agropecuário gaúcho estão: a má gestão, ou seja, a dificuldade em gerir os próprios negócios; grande crise das cooperativas ocorrida na década de 1980; especulação dos produtos agropecuários, inflação alta, entre outros que estão ligados direta ou indiretamente ao sistema cooperativo (TRABALHO DE CAMPO, 2014 - 2016).

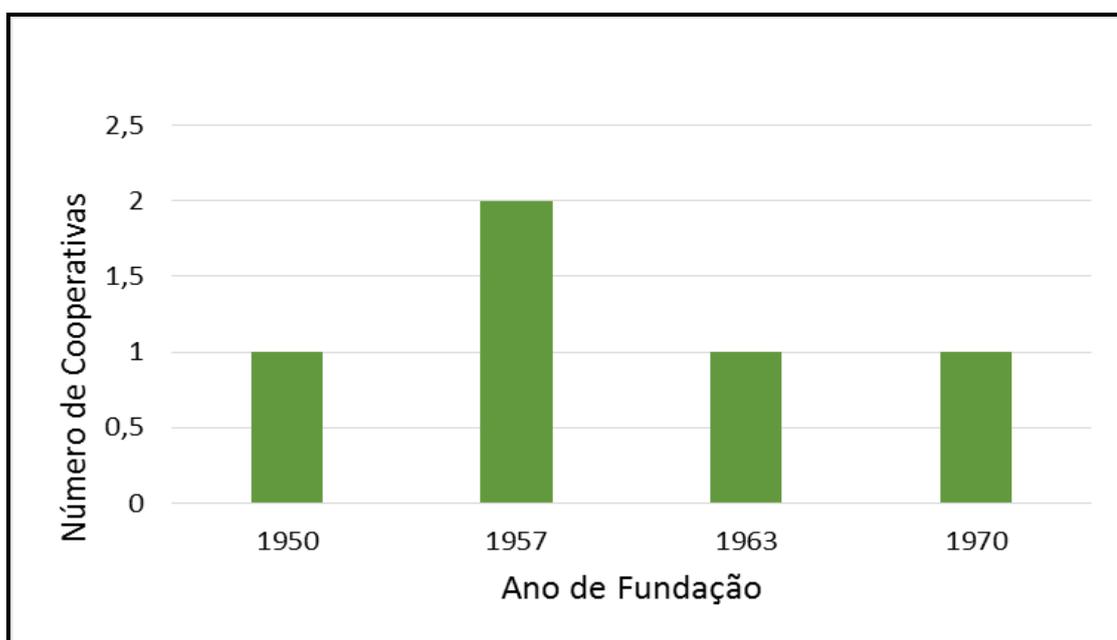
Até o momento, pode-se constatar que uma grande parte das cooperativas agropecuárias já está atuando há mais de 50 anos, considera-se esse fato um ponto positivo. Por outro lado, em 50 anos alterou-se significativamente o cenário político e socioeconômico no Brasil e no mundo, pressionando os empreendimentos a se adaptarem às mudanças.

Nesse contexto, verifica-se que ocorreu um decréscimo do número de cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul, conforme constatou-se na figura 8 - Quantitativo de cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2016. Partindo dessa análise, buscou-se compreender as mudanças que estão ocorrendo nas cooperativas agropecuárias, nesse estado, para permanecer e desenvolver suas atividades cooperativadas. O contexto de dificuldade financeira que algumas cooperativas agropecuárias estão passando revela que a gestão é um aspecto a ser reavaliado constantemente.

Verificou-se que o grupo das cooperativas das entrevistas data a partir da década de 50 o início de suas atividades (Figura 9). As estruturas cooperativas

modernas precisam conservar o seu papel centrado no desenvolvimento socioeconômico de seu quadro social e, simultaneamente realizar uma gestão profissionalizada e empresarial. Por isso, a gestão das cooperativas deve estar adequada ao contexto socioeconômico atual, da globalização, em que o mercado é mais fluido e competitivo.

Figura 9 – Ano de fundação das cooperativas do grupo de entrevistas.



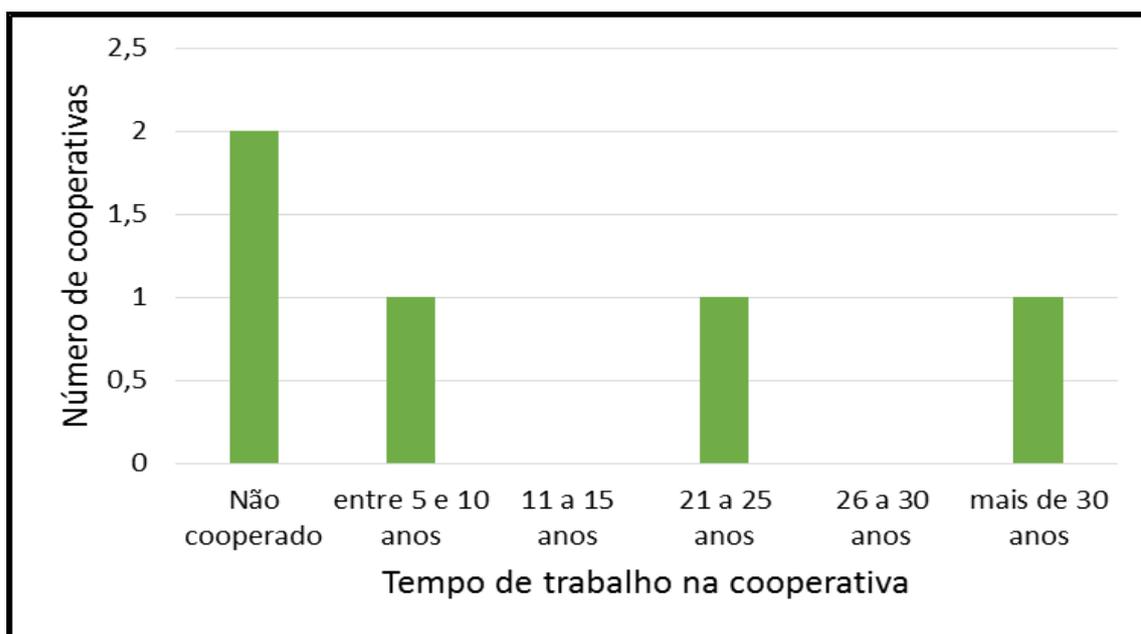
Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

A gestão democrática com participação do cooperado nas decisões, previstas no estatuto das cooperativas segue sendo praticada. No entanto, a demanda do mercado exige que as empresas cooperativadas busquem gestores preparados para conduzir as atividades de forma equilibrada. De acordo com estudos realizados pela SESCOOP/RS e, experiências de cooperativas agropecuárias, como em cooperativas do Paraná, a gestão profissionalizada parece ser o direcionamento mais adequado para a retomada da atividade cooperativa no Rio Grande do Sul.

A profissionalização da gestão cooperativa também é um requisito que contempla o plano de desenvolvimento para a revitalização das cooperativas, que juntamente com o SESCOOP visa à contratação de gestores profissionalizados e capacitação de funcionários e de cooperados.

A gestão de presidente e vice-presidente e diretores, que vigora na maioria das cooperativas agropecuárias é composta por cooperados, que eleitos continuam gerenciando por prolongados períodos ocorrendo poucas renovações. Essa realidade verificou-se também nos dados coletados nas entrevistas, conforme a figura 10.

Figura 10 – Tempo de atuação dos gestores em cooperativa agropecuária.



Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.
Org.: CARGNIN, M.,2016.

A eleição do presidente e vice-presidente está contemplada na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, da Política Nacional do Cooperativismo que institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Conforme a Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, sobre os órgãos de administração, consta assim no Art.47:

A sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembleia Geral, com mandato nunca superior a 4 anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.

Essa mesma Lei federal contempla ainda sobre o conselho de administração, conforme consta no “Art. 48. Os órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários. ”

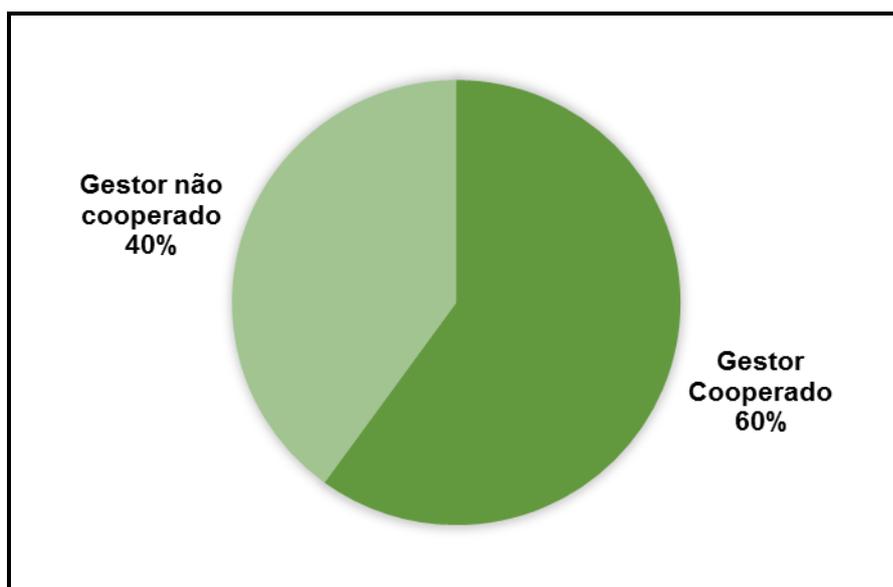
O regimento jurídico das sociedades cooperativas está regulamentado há 45 anos e, com a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, que trata do RECOOP reforçou sobre o plano de profissionalização da gestão das sociedades cooperativas.

Percebe-se genericamente através dos dados, a resistência em estruturar em parte, o conselho de administração com gestores profissionais que não sejam cooperados (Figura 11).

E, essa resistência não se deve somente ao quadro administrativo das cooperativas. O quadro de associados também apresenta resistência às mudanças que são apresentadas, no sentido de que esses profissionais contratados não sendo associados, não atenderiam aos interesses dos cooperados.

A profissionalização da gestão das cooperativas já está ocorrendo, mas deve ser um processo gradativo e lento, buscando a aceitação por parte dos cooperados.

Figura 11 – Composição dos gestores das cooperativas agropecuárias do grupo de entrevistas.



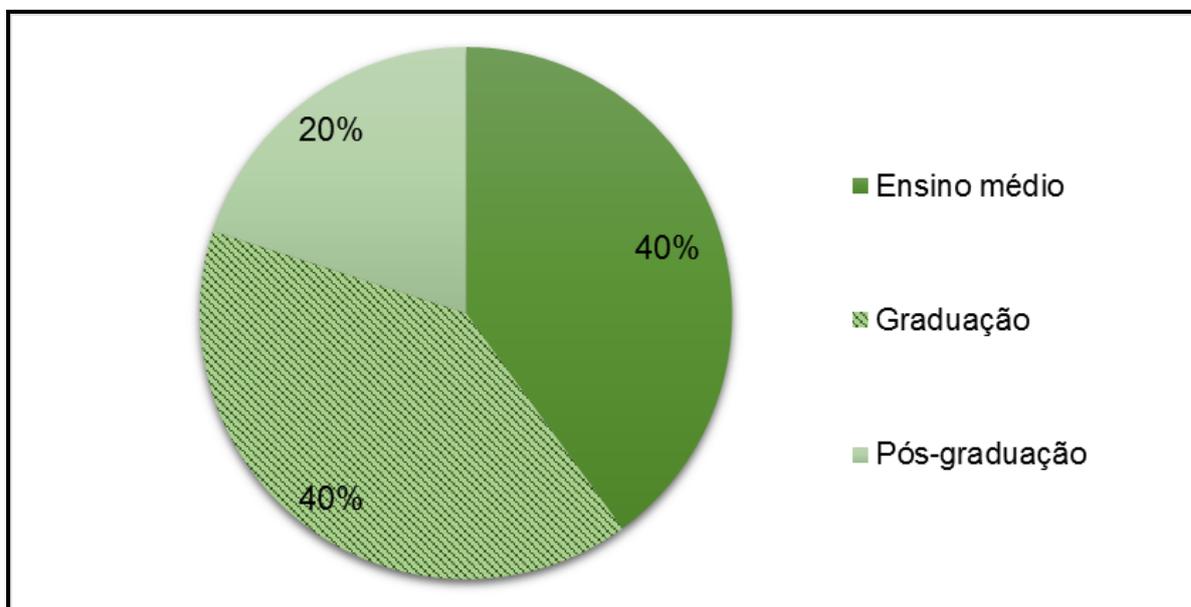
Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

No que se refere ao grau de intrusão dos gestores nesse quesito incluindo presidentes e gerentes das cooperativas, percebe-se que há uma busca pela qualificação (Figura 12).

Há também, por parte do SESCOOP, um incentivo à qualificação dos colaboradores das cooperativas, através do decreto nº 3.017, de 06 de abril de 1999.

Esse decreto tem vários objetivos, dentre eles está: “ organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional dos trabalhadores e dos cooperados das cooperativas em todo o território nacional”.

Figura 12 – Grau de qualificação dos gestores das cooperativas do grupo de entrevistas.



Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.
Org.: CARGNIN, M.,2016.

Alguns fatores devem ser mencionados pela sua importância ao sistema cooperativo como a dificuldade da profissionalização da gestão nas cooperativas agropecuárias, além da ineficiência do acompanhamento de indicadores de desempenho técnico e econômico.

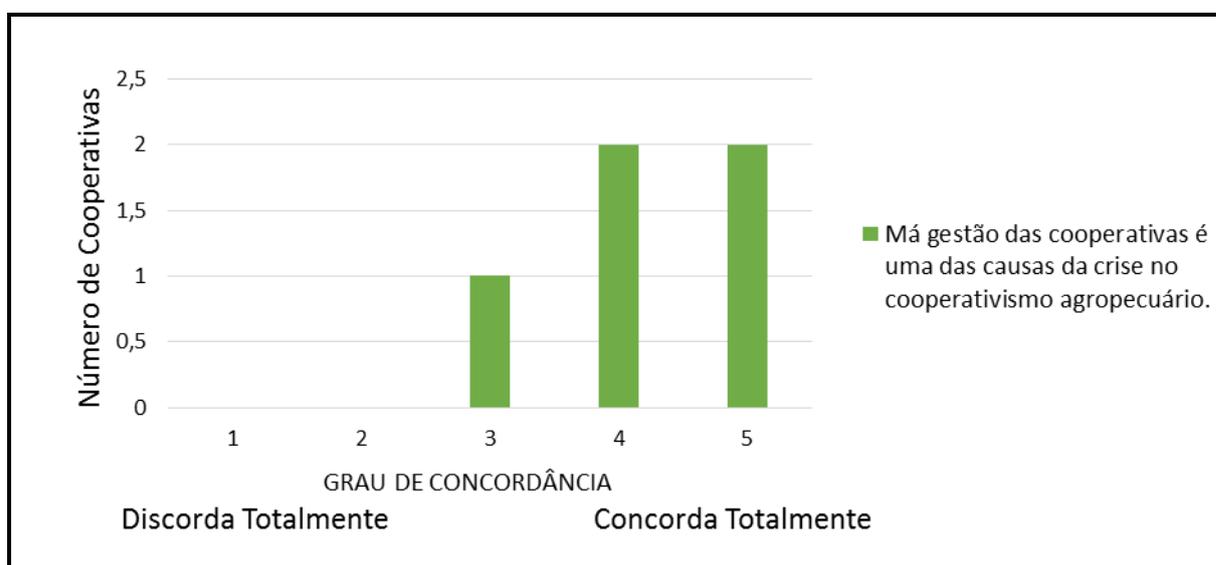
A coexistência com empresas privadas e a volatilidade do mercado e das informações do mundo globalizado podem ser pontos favoráveis ao fortalecimento ou à fragilização do sistema cooperativo. Cada empreendimento empresarial procura estabelecer um plano estratégico que seja mais adequado para a sua realidade e a dos seus sócios e coerente ao cenário de mercado nacional e internacional.

De acordo com os dados coletados, a maioria dos entrevistados concorda que a situação de crise no cooperativismo deveu-se à má gestão das cooperativas. Dentre os motivos que levaram as cooperativas agropecuárias entrarem em crise, estão as deficiências no modelo de gestão, falta de controle de custos e o desvio de função das cooperativas passando a assumir o papel de banco aos seus

associados. Também, os entrevistados destacaram que a crise no cooperativismo foi mais forte no passado, e as cooperativas que conseguiram superar o período mais intenso de crise estão aprimorando a forma de gerir, adequando-se ao contexto da economia atual (Figura 13).

Desde a década de 1980, com o afastamento do setor público dos mercados agropecuários e do financiamento agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a assumir papéis que não eram de sua responsabilidade entrando numa situação de endividamento. Grande parte das cooperativas agropecuárias passou a conceder créditos aos seus cooperados para a continuidade de suas atividades no campo. Os problemas começaram a surgir com o não pagamento dos empréstimos pelos cooperados. Essa situação ocorre, principalmente, quando há uma frustração de safra por estiagens ou pelo baixo preço pago aos grãos no mercado internacional.

Figura 13 – Gestão das cooperativas e a relação com a situação do cooperativismo gaúcho.



Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

O fato do não recebimento dos valores pela concessão de créditos causa desequilíbrio financeiro às cooperativas que em busca de soluções a esses problemas recaem em uma prática comum em muitas cooperativas agropecuárias que é a especulação de produtos agrícolas. Essa prática consiste na venda de grãos por parte da cooperativa sem a autorização do cooperado. Com a oscilação dos preços dos grãos, principalmente do soja, no mercado internacional, muitas dessas

negociações são positivas para a cooperativa, sem prejuízo a seus cooperados. Entretanto, se o cooperado decide vender parte de seus grãos depositados, já vendidos, e o preço da saca estiver mais valorizado de quando a cooperativa o vendeu, esta tem perdas econômicas. Assim, a decisão da cooperativa em vender parte dos grãos depositados pelos associados em seus armazéns para equilibrar financeiramente os seus negócios acabam por gerar mais desequilíbrios internos.

A falta de intercooperação é também um ponto frágil na administração das cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul, principalmente as que são mais próximas geograficamente. Em alguns municípios, há a sobreposição de áreas de atuação, ou seja, mais de um empreendimento cooperativo está captando a produção agrícola e disputando associados entre si, além das cerealistas particulares que também atuam nesse espaço. Há infraestrutura de armazenagem ociosa em algumas cooperativas enquanto em outras, insuficiência de armazenamento. Nessa situação, a parceria diminuiria custos ao produtor rural no deslocamento de sua produção.

Em contrapartida, em algumas partes do Rio Grande do Sul, as cooperativas representam para os produtores rurais o único canal de comercialização e de aquisição dos insumos agrícolas. Além disso, o cooperativismo é importante por ser um setor gerador de postos de trabalho. Esses aspectos reforçam o valor do papel das cooperativas no desenvolvimento regional.

4.4 Fatores financeiros e gestão nas cooperativas agropecuárias

A parte financeira das cooperativas está diretamente relacionada com a forma de gerenciar o empreendimento e aos aspectos políticos. A incumbência do levantamento de informações relacionado aos fatores financeiros e gestão limitou-se à situação das cooperativas selecionadas.

Para isso, indagou-se aos entrevistados sobre a situação da cooperativa em relação à situação financeira e de gestão em que o empreendimento se encontrava. O resultado desse questionamento demonstra que havia uma certa preocupação na dificuldade encontrada pelas cooperativas em modernizar a forma de gestão e manter-se equilibrada financeiramente (Quadro 10).

Para os entrevistados, houve a concordância de que é necessária a modernização na forma de conduzir a atividade cooperativa, sem desviar-se dos

princípios do cooperativismo, pois a dinâmica de mercado demanda estar atualizado para manter-se atuante.

Quadro 10 – Situação dos fatores financeiros e gestão nas cooperativas pesquisadas.

Cooperativa	Respostas dos entrevistados
A	Um dos maiores patrimônios líquidos do país; desafios da profissionalização gradativa, caminhada cooperativa que torna o processo mais lento e mais firme, ganho social para a visão de futuro “gente trabalha para gente”; desafios de mercado dinâmico e inovador, discernir os mercados e equilibrar com a realidade de cada cooperativa.
B	Não tem problemas financeiros, a cooperativa nunca busca juro maior que o do crédito rural; Empréstimos aos produtores – dificuldades no pagamento principalmente quando ocorre frustração de safra.
C	Depois do RECOOP 2000, renegociaram as dívidas de securitização. Foram renegociadas com prazo de 25 anos, mais a variação do preço mínimo em 3% ao ano, a partir disso a cooperativa não teve mais problemas financeiros. Exigência do projeto RECOOP – que o projeto da cooperativa seja viável; administração profissional (contratar pessoa para administrar com conhecimento necessário) e, sair fora das atividades que não são de competência da cooperativa.
D	Gestão: moderna, profissional, enxuta e eficiente; Financeira: Falta capital de giro, não é possível de fazer capitalização por parte do quadro social. Não existe financiamentos específicos para cooperativas, e os outros são muito mais caros
E	Trabalhar com seus donos (sócios) a cooperativa tem que produzir tecnologia e desenvolvimento. Para isso tem que separar governança de gestão interna, não misturar políticas dentro da organização (vice-eleito). Observar o que a legislação cooperativa não permite. Poder de decisão de voto igualitário será que é o melhor? Quanto ao número de cooperativas – unir as cooperativas para melhorar as transações (Joint Venture ⁹), isso a concorrência já faz. Cooperativa – o social com econômico bem desenvolvido.

Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.

Org.: CARGNIN, M.,2016.

⁹ Joint Venture significa fusão ou associação de capitais; participação acionária; transação ou operação conjunta. Modelo estratégico de parceria empresarial amplamente utilizado no contexto econômico atual. (<http://www.ambito-juridico.com.br/>, acesso em set. 2016.)

Para o entrevistado A, a cooperativa está equilibrada financeiramente, e afirma que “ é um dos maiores patrimônios líquidos do país (...)”, entretanto reconhece que, para se chegar a essa situação, a cooperativa passou e continua num processo lento de modernização de sua gestão, pois os seus cooperados num primeiro momento não receberam bem a ideia da cooperativa não ser gerenciada somente por cooperados (Quadro 10).

A situação da resistência dos cooperados em aceitar a modernização da gestão das cooperativas foi relatada pela maioria dos entrevistados, pois gerava desconfiança por parte dos associados em confiar a administração da cooperativa, mesmo que parcial, para pessoas contratadas e externas ao quadro de sócios. Essa situação de resistência pode ser explicada por dois fatores: a) pela formação cultural construída principalmente pelos cooperados descendentes de imigrantes europeus, nas áreas onde as cooperativas estão inseridas e, b) pelo período de crise financeira em que as cooperativas gaúchas passaram.

A resistência às mudanças é da condição humana, o movimento para sair da zona de conforto, seja pessoal ou profissional, é uma tarefa bastante difícil. Entretanto, quando ocorre um esclarecimento maior sobre as mudanças a serem propostas, há uma maior aceitação, dessa forma conquistando a confiança das pessoas envolvidas, no caso, dos associados.

Por outro lado, também ocorre resistência de parte do quadro funcional administrativo das cooperativas, levando em consideração que envolvem aspectos relacionados à eficiência e à responsabilidade em permanecer atuante no mercado.

Nesse sentido, em algumas organizações, incluindo cooperativas, a legitimidade é mais importante que a eficiência da mesma, conforme destaca Souza (2012, p. 230)

Na maioria das organizações públicas ou servidoras de interesse público, (...), universidades, hospitais, cooperativas e muitas empresas, o critério da legitimidade é tão ou mais importante que o da eficiência. Esta é uma característica das sociedades modernas que, em função do incremento, complexificação e interconexão das relações sociais e da organização coletiva, formaram ambientes institucionais altamente elaborados, dos quais dependem a sobrevivência e o sucesso das organizações. Neste caso, elas se tornaram institucionalizadas e, portanto, legítimas, pois sua sobrevivência e sucesso dependem mais da confiança e da estabilidade alcançada em função de sua conformidade com regras institucionais que da eficiência produtiva.

Para os associados das cooperativas, a eficiência financeira é um indicador de que a organização vai bem. Entretanto, para se chegar à eficiência financeira, o primeiro passo pela organização deve ter sido o planejamento estratégico pensado para cada unidade de negócio da cooperativa. Isso vai ao encontro do que foi afirmado pelo entrevistado A, que destaca que os “(...) desafios de mercado dinâmico e inovador, discernir os mercados e equilibrar com a realidade de cada cooperativa” (Quadro 10).

A gestão financeira de cada cooperativa tem que estar adequada aos planejamentos de cada instituição e estar adequada com a realidade local. Com o projeto RECOOP, conforme destaca o entrevistado C, as cooperativas em dificuldades financeiras tiveram a oportunidade de renegociar suas dívidas e estabelecer novos planos para suas organizações. De acordo com o mesmo entrevistado, dentre as exigências do RECOOP, uma delas está relacionada à cooperativa (...) “sair fora das atividades que não são de competência da cooperativa”. Algumas cooperativas estavam exercendo o papel de banco realizando empréstimos aos associados para custear despesas da lavoura, tornando-se a matriz do processo de endividamento e de crise financeira.

Depois de romper um longo período de paternalismo estatal quanto aos subsídios dos bancos concedidos às cooperativas, as mesmas não dispõem mais de financiamentos específicos para cooperativas. Sendo que os financiamentos disponíveis enquadram-se nas taxas de juros padrão dos bancos, e em algumas situações os juros altos dificultam a adesão ao financiamento das cooperativas agropecuárias.

A gestão financeira de um empreendimento cooperativo é tão importante quanto a gestão dos outros segmentos internos nesse tipo de organização. As dificuldades que estão passando as cooperativas demonstram que além dos fatores relacionados ao mercado e à política econômica, a ineficiência na gestão, principalmente a gestão financeira tem proporcionado resultados não satisfatórios, implicando em baixo crescimento socioeconômico e em algumas situações a continuidade de suas atividades.

5 CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO GRUPO DE ENTREVISTAS

O empreendimento cooperativo re/constrói ao longo do tempo seu(s) território(s) de atuação. Com o evento da globalização, a permanência da configuração territorial consolidada dos empreendimentos passou a ter uma conotação mais fluida.

Conforme já abordado anteriormente sobre a construção do território, na parte: “Concepções referentes ao território e a atuação cooperativa”, aquele passa a ser construído ou reconstruído de acordo com a influência dos agentes locais, regionais e internacionais, que atuam nesse espaço. As relações que se estabelecem entre os agentes de desenvolvimento, aqui definidos pelos empreendimentos de comercialização de produtos da atividade agrícola, são as relações capitalistas de poder.

Essas relações podem ser percebidas quando ocorrem as disputas para ampliar o número de sócios que podem ser decorrentes em duas situações: a) o associado de uma determinada cooperativa comprou área de terras em município de atuação de outra cooperativa e, torna-se sócio desta nova cooperativa e, b) uma determinada cooperativa instala unidade de recebimento e armazenamento de grãos em município de atuação de outra cooperativa, captando novos associados.

Nesse contexto, algumas cooperativas agropecuárias sobrepõem suas áreas de atuação. Essa situação ocorre quando um produtor rural é associado em mais de uma cooperativa, e/ou uma cooperativa instala sua estrutura de apoio ao produtor rural com silos de recebimento de produtos agrícolas em município de atuação de outra cooperativa.

Através dos dados coletados das entrevistas, pode-se constatar que as cooperativas agropecuárias pesquisadas atuam além do município considerado sede do empreendimento estando instaladas em pelo menos 5 municípios no entorno da sede da mesma (Tabela 4).

Convém ressaltar que a área de atuação de uma cooperativa vai além do município que tem unidade de recebimento de grãos instalada. Isso ocorre, pois um mesmo associado de determinada cooperativa pode ter área com produção agrícola em mais de um município. Às vezes, o mesmo produtor rural é associado de duas ou mais cooperativas e ainda deposita grãos em cerealistas particulares.

Tabela 4 – Área de atuação das cooperativas em estudo, com unidades de recebimento de grãos.

Área de atuação das cooperativas	Total de cooperativas
Somente o município sede	0
Sede e até 5 municípios	0
Sede e mais de 5 municípios	5
Sede e outras regiões do estado	0
Todo o estado	0

Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

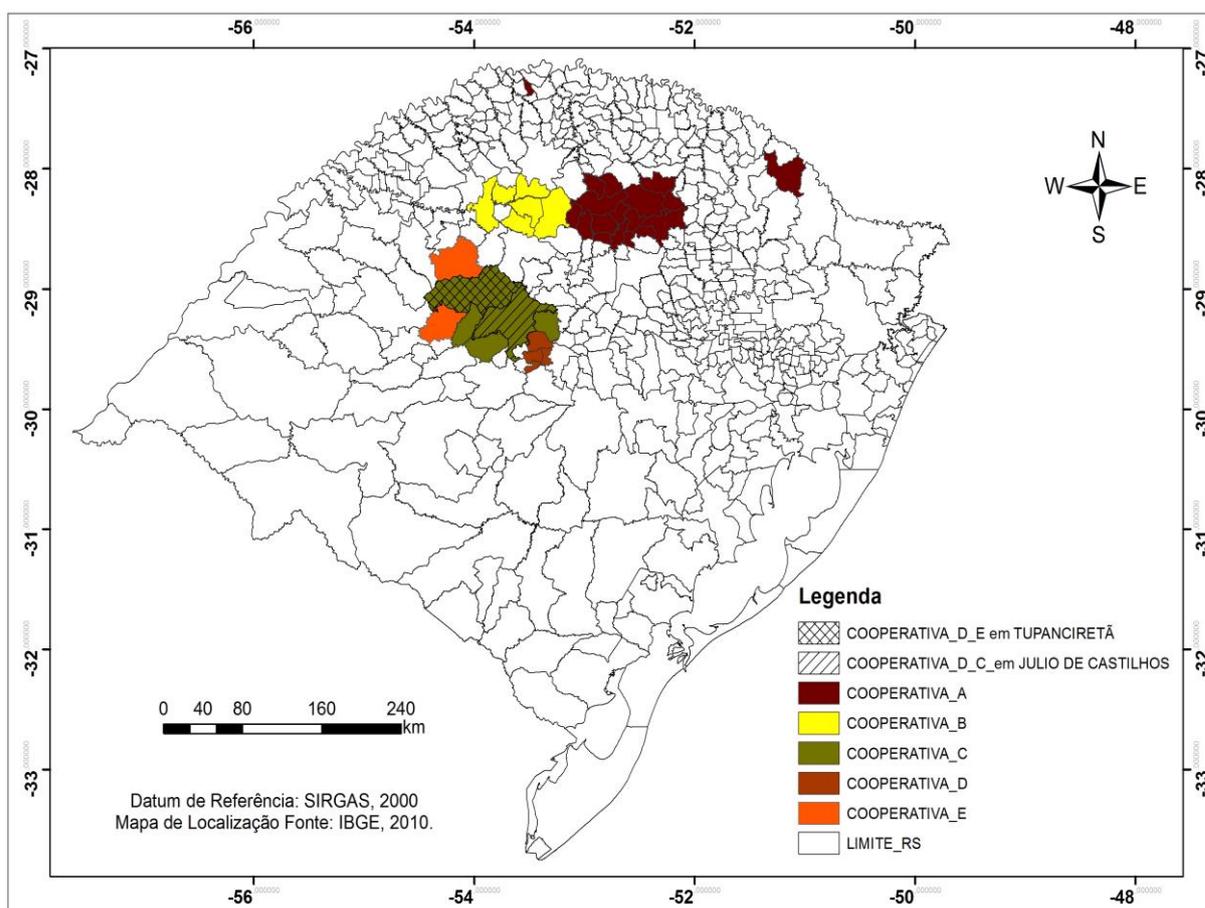
Essas situações podem ser melhores compreendidas observando o mapa com a localização das unidades de recebimento e armazenamento de grãos das cooperativas, em que há áreas de sobreposição de atuação em dois municípios (Figura 14). Também é possível obter subsídios para compreender essa problemática no apêndice C - Distribuição de unidades de armazenamento de algumas cooperativas agropecuárias do RS, demonstrando áreas de sobreposição.

Parece ser inexpressivo se observadas apenas as unidades de grãos instaladas em municípios que se sobrepõem na atuação com mais de uma cooperativa. Entretanto, o número de associados em mais de uma cooperativa não se limita ao município que tem unidade de grãos. Isso quer dizer que um dono de estabelecimento rural pode ter terras agricultáveis em dois municípios geograficamente distantes e ser sócio em duas ou três cooperativas. Também não são todos os municípios do RS que têm cooperativas agropecuárias instaladas, por terem pouca produção agrícola ou por apresentarem reduzido território.

A construção dos territórios de ação das cooperativas está diretamente relacionada às áreas de grande potencial agrícola, concentrando-se o maior número de cooperativas na metade norte do RS. Também, nessa área, está o maior número de municípios com sobreposição de atuação das cooperativas agropecuárias. O apêndice B (Área de atuação com unidades de recebimento e armazenamento de grãos de algumas cooperativas do RS) e, o apêndice C (Distribuição de unidades de armazenamento de algumas cooperativas agropecuárias do RS, demonstrando

áreas de sobreposição) exemplificam áreas de sobreposição de atuação de cooperativas situadas no Planalto gaúcho. Há uma grande compressão na construção territorial de cada cooperativa agropecuária, como exemplo disso, o município de Santa Rosa que apresenta sede de duas cooperativas agropecuárias.

Figura 14 – Mapa de localização de unidades de recebimento e armazenamento de grãos das cooperativas agropecuárias em estudo.



Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.

Org.: CARGNIN, M., REIS, J. T., 2016.

A área de atuação das cooperativas ocorre nos municípios em que há produtores rurais associados, pois as mesmas oferecem apoio e participam das diversas etapas do agronegócio rural, ou seja, antes da porteira, dentro dela e, depois da porteira do estabelecimento rural (Figura 15).

Figura 15 – Etapas do agronegócio desde antes da porteira até depois da porteira do estabelecimento rural.



Fonte: FEIX; LEUSIN JÚNIOR – FEE, 2015.

Antes da porteira do estabelecimento rural, as cooperativas agropecuárias atuam no fornecimento de insumos para a lavoura e estimulam os produtores na aquisição de máquinas, equipamentos atualizados e serviços especializados. Como exemplo disso, pode-se pensar na assistência técnica no planejamento para a implantação e manutenção da lavoura priorizando a verticalização da produção

agrícola, bem como, estimulando o produtor rural a desenvolver a agricultura de precisão¹⁰.

As cooperativas agropecuárias atuam também dentro da porteira do estabelecimento rural prestando serviços de assistência técnica ao desenvolvimento da atividade agrícola, desde a implantação da lavoura até a colheita. A assessoria de técnicos especializados, técnicos agrícolas ou agrônomos, pode ser subsidiada ao produtor rural por algumas cooperativas ou outras empresas que oferecem esse serviço, mas o produtor faz o pagamento da mão de obra utilizada. Os técnicos especializados atuam na indicação da melhor utilização das técnicas para aumentar a produtividade da lavoura. Para isso, eles orientam os produtores rurais desde a quantidade de fertilizantes, herbicidas e sementes até o controle de pragas das lavouras.

Depois da porteira do estabelecimento rural, as cooperativas agropecuárias atuam mais intensivamente, pois essa etapa do agronegócio compreende desde o armazenamento até a comercialização da produção agrícola. Nesse sentido, as cooperativas fazem uma ponte da produção agrícola até o seu destino final, seja ele para a industrialização e consumo interno ou para a exportação.

Além disso, houve um aumento do espectro de atuação das cooperativas como a diversificação, a industrialização, o empacotamento e a distribuição de produtos com marcas próprias. Estes fatos tornam as cooperativas mais conhecidas pela sociedade não só pelos serviços que elas prestam aos produtores rurais, mas também pelos produtos de marcas próprias que elas lançam no mercado nacional e até internacional.

Para cada uma das etapas que compreendem o agronegócio no espaço agropecuário, as cooperativas juntamente com as empresas cerealistas particulares disputam espaços de atuação, ou seja, buscam a consolidação de seus territórios. Nessas disputas, estão implícitas as relações de poder na conquista de

¹⁰ Trata-se de um sistema de manejo integrado de informações e tecnologias, fundamentado nos conceitos de que as variabilidades de espaço e tempo influenciam nos rendimentos dos cultivos. A agricultura de precisão visa o gerenciamento mais detalhado do sistema de produção agrícola como um todo, não somente das aplicações de insumos ou de mapeamentos diversos, mas de todo os processos envolvidos na produção. A agricultura de precisão está relacionada ao uso de ferramentas como do GNSS (Global Navigation Satellite System), do SIG (Sistema de Informações Geográficas) aplicadas ao uso das atividades cotidianas do estabelecimento rural no mapeamento de “manchas” de diferentes graus de fertilidade que diferem do padrão sendo possível realizar a correção, assim como, monitorar o controle dos gastos e produtividade de cada área. (<https://www.macroprograma1.cnptia.embrapa.br/redeap2>, acesso em ago. 2016).

clientes/sócios, nas suas áreas de atuação. Assim inclui-se que “[...] o entendimento da organização do território só é possível com a inclusão da questão do poder político e social localizado. É a importância da cooperação e da competição entre os agentes produtivos.” (PAULILLO, 2000, p. 27)

E, para a construção do território, cada empreendimento leva em consideração as atividades econômicas que a sociedade desenvolve. Nesse contexto, a inserção dos produtores rurais no território ocorre por meio do desenvolvimento de suas atividades econômicas e culturais. Ao mesmo tempo, essas atividades são geradoras de identidade que também as inserem na sociedade (PAULILLO, 2000).

É importante lembrar que o redesenho na construção do território de um empreendimento cooperativo na sociedade vem acompanhado do tipo de atividade econômica que ela desenvolve. No planalto do Rio Grande do Sul, área de maior atuação das cooperativas agropecuárias também é a parte do estado que tem expressiva produção de soja. Por isso, historicamente essas cooperativas têm conquistado seu espaço de atuação, mesmo que parcial, em todas as etapas da cadeia produtiva da soja, tornando-se uma ponte para o crescimento socioeconômico de seus associados e da comunidade onde está inserida.

5.1 Perspectivas do cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul

O cooperativismo ligado à atividade agrícola no Rio Grande do Sul foi pioneiro no Brasil. Desde sua origem, tem se apresentado como a melhor forma de desenvolvimento socioeconômico e gerador de identidade social para pequenos, médios e grandes produtores rurais.

Nas entrevistas, foi questionado se o cooperativismo agropecuário está passando por um período de crise. A maioria dos respondentes discorda que as cooperativas agropecuárias estão em crise, pelo contrário, afirmam que ela já passou e que no momento, esse tipo de empreendimento está num período de pós-crise.

Esse momento vivenciado pelas cooperativas, de acordo com o entrevistado A, “não seria bem de crise, estamos passando por um período de definições, novos arranjos, há problemas de bairrismos, ciúmes e competição”.

Para o entrevistado B, a OCERGS busca implantar no RS um sistema de monitoramento *online* de gestão às cooperativas similar ao que já está ocorrendo no Paraná¹¹:

A OCERGS está se espelhando no Modelo do Paraná da OCEPAR (poucas cooperativas estão em dificuldades financeiras) – Sistema online-Monitoramento pela OCERGS dos indicadores econômicos e de gestão das cooperativas para organizar o sistema cooperativo. No RS, observa-se crescimento bom nos últimos anos, está diminuindo (poucas) o percentual de cooperativas em dificuldades financeiras.

O monitoramento *online* às cooperativas funciona como um indicador financeiro que direciona alerta aos empreendimentos que não estão conseguindo resultados positivos rever os pontos internos mais frágeis.

O Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras tem objetivos específicos, conforme o quadro 11. Assim, para aderir ao programa, cada cooperativa deve aprovar em assembleia a sua participação.

A perspectiva com a implantação desse sistema de monitoramento e suporte é a revitalização e a retomada da credibilidade da atividade cooperativa no Rio Grande do Sul.

De acordo com o projeto do Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras criado pela Organização das Cooperativas do Paraná – OCEPAR, um dos serviços a ser implantado é o monitoramento/desenvolvimento das cooperativas o qual busca:

(...) manter a qualidade da gestão das empresas cooperativas, credibilidade perante terceiros, transparência perante o quadro social e principalmente a garantia da continuidade da cooperativa, cumprindo seus objetivos sociais, faz-se necessário o monitoramento da empresa cooperativa. Vários instrumentos combinados serão utilizados com este objetivo, segregando-os segundo a sua natureza e necessidade de especialização profissional, a fim de garantir que o trabalho surta os efeitos que se deseja, com maior resultado e menor dispêndio financeiro possível. O estabelecimento destes instrumentos de controle deve ser entendido como instrumento de administração e não como mera fiscalização. O que se deseja é proporcionar melhores condições para que a cooperativa possa de fato ser uma sociedade democrática e que atenda aos anseios de seus donos, sem

¹¹ Programa desenvolvido e utilizado desde 1991 no Paraná por 100% das cooperativas. As cooperativas são autogeridas com informações que permitem a análise de desempenho e cenários de mercado. O programa desenvolvido pelas cooperativas do Paraná foi aprovado na Assembleia Geral da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), no dia 28 de abril de 2000 denominado de Autogestão das Cooperativas Brasileiras, podendo ser aplicado nas cooperativas do Brasil (www.secooprs.coop.br, 2016).

perder de vista o mercado (www.paranacooperativo.coop.br-OCEPAR, 2016).

Quadro 11 – Objetivos específicos do Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras.

Objetivo	Objetivos específicos do Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras
A	Ser, efetivamente, um instrumento de modernização das sociedades cooperativas e de melhoria empresarial para agregação de valores aos cooperados;
B	Assegurar a transparência da administração da sociedade cooperativa aos seus cooperados;
C	Propiciar a assunção, pelo sistema cooperativista, do processo de orientação quanto à constituição e registro de cooperativas;
D	Favorecer a profissionalização dos cooperados por meio de programa de educação, formação, capacitação e reciclagem de dirigentes, cooperados e futuros cooperados, familiares e comunidade;
E	Melhorar a profissionalização das empresas cooperativas, tornando-as mais ágeis e competitivas no mercado em que atuam, através de programas de capacitação e formação dos profissionais destas;
F	Tornar o sistema cooperativista um referencial de modelo de empresa no mercado, espelhando qualidade e confiabilidade ao público em geral, por meio do monitoramento, supervisão, auditoria de gestão e o controle das cooperativas.

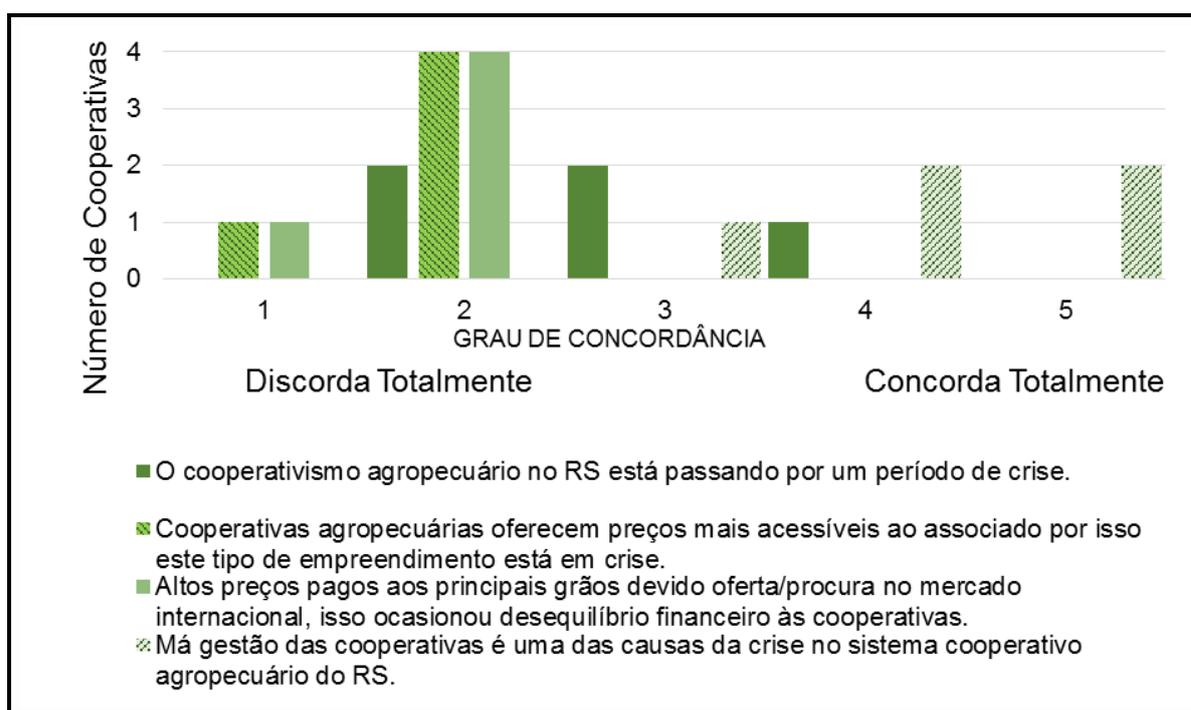
Fonte: www.paranacooperativo.coop.br - OCEPAR, 2016.

Org.: CARGNIN, M.

O que mantém em funcionamento qualquer empreendimento no mercado é o equilíbrio financeiro. Esse sistema que está sendo introduzido pela OCERGS no estado já está auxiliando as cooperativas participantes para monitorarem suas atividades.

Nesse contexto, buscou-se mais subsídios através das entrevistas para compreender a situação do cooperativismo agropecuário no estado. Foi questionado se as “Cooperativas agropecuárias oferecem preços mais acessíveis ao associado por isso este tipo de empreendimento está em crise”, assim, todos os entrevistados demonstraram reprovação (Figura 16).

Figura 16 – Variáveis relacionadas à continuidade do cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul.



Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.

Org.: CARGNIN, M., 2016.

Corroborando com a ideia de o preço dos produtos não ser o responsável pelo enfraquecimento financeiro de algumas cooperativas, um dos entrevistados destacou que “ a essência da cooperativa não é o preço, pois ela oferece estrutura, serviços, qualidade, assistência, representação ou relacionamento competitivo. Não quer dizer que seja o melhor preço, e sim a qualidade dos atrativos que ela oferece”.

Além disso, outros entrevistados destacaram que está ocorrendo uma crise de modernização e de gestão profissionalizada, que cada cooperativa deve ter suas estratégias de venda, acompanhando a evolução do mercado. Quando um empreendimento depara-se com muitas situações em que se questiona a sustentabilidade socioeconômica, torna-se necessário reavaliar. Isso reforça a importância de o cooperativismo gaúcho repensar a gestão, bem como, o Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras utilizado pelas cooperativas do Paraná.

Quando questionados se os altos preços pagos aos grãos devido às oscilações de preço no mercado internacional seria o motivador do desequilíbrio financeiro das cooperativas agropecuárias, novamente os entrevistados discordam, pois, isso se refere aos problemas internos de gestão de cada cooperativa. Na teoria, a cooperativa deveria comercializar a produção depositada pelos seus

associados após a sua autorização de venda, ou seja, a partir do momento em que o cooperado vende o produto para a cooperativa. Esta prática realizada por algumas cooperativas tem ocasionado desequilíbrios financeiros pela oscilação de preços do mercado.

A última questão da figura 16 refere-se à má gestão das cooperativas ser a motivadora dos desequilíbrios financeiros de alguns empreendimentos cooperativos. Essa gestão inadequada foi lembrada pelos entrevistados em vários momentos das entrevistas. Na maioria das respostas que estavam relacionadas aos desequilíbrios financeiros, o respondente referia-se também à qualidade da gestão dos empreendimentos. Pela figura 16, pode-se observar o alto grau de concordância para a má gestão das cooperativas agropecuárias ser o principal motivador das crises ocorridas nesses empreendimentos. Nesse contexto, considera-se a gestão um fator de relevância para a continuidade do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul.

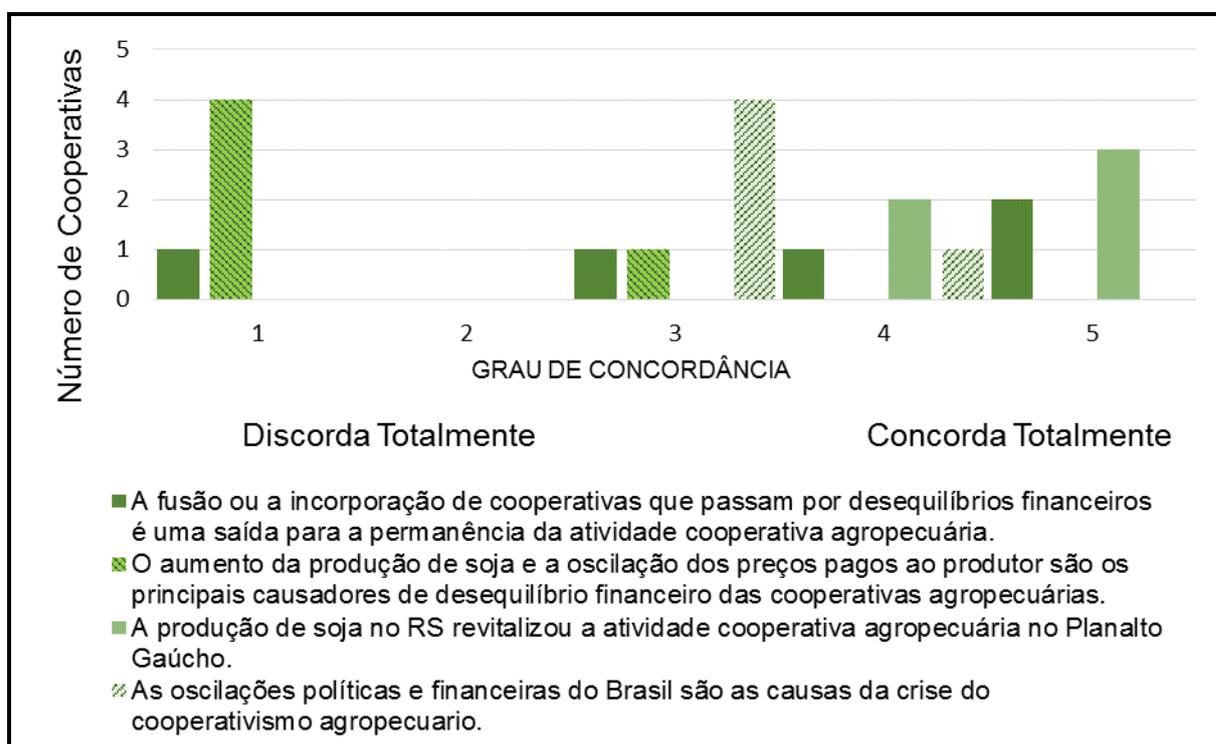
Quando interrogado sobre a fusão ou a incorporação dos empreendimentos cooperativos em dificuldades financeiras como possíveis alternativas para a retomada do crescimento, as respostas foram bastante diversificadas (Figura 17). O grau de concordância oscilou em discordar até concordar totalmente com esses procedimentos administrativos.

De acordo com o entrevistado A, para essa questão, ele avalia não de forma positiva esse procedimento, pois o:

Passivo da cooperativa “quebrada” levado para uma cooperativa saudável causa desequilíbrios. O mercado em alerta entende como risco, isso gera também desconfiança da sociedade. A saída seria a liquidação para as “quebradas”. Para as pequenas cooperativas, mas financeiramente saudável a situação é outra e, seria mais adequado a incorporação (TRABALHO DE CAMPO, 2014 – 2016).

Essa leitura de prudência para o fator fusão ou incorporação de cooperativas também é reforçada pelo entrevistado B: “é importante, mas com critério, dependendo da situação da cooperativa”. Já o entrevistado C, destaca que: “é uma saída só que não está acontecendo e não vai acontecer, porque existe um projeto de liderança de organização do Sistema Cooperativista pela OCERGS”. O entrevistado C refere-se ao Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras que tem por objetivo recuperar e fortalecer o cooperativismo brasileiro.

Figura 17 – Indicadores de avaliação da continuidade do cooperativismo agropecuário no RS.



Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.

Org.: CARGNIN, M.,2016.

O entrevistado D concorda em haver fusão ou incorporação para as cooperativas agropecuárias em dificuldade financeira, pois ele acredita que:

É melhor um sistema forte. Cooperativa tem que ser grande e eficiente. Tem que haver representatividade/interatividade competência de gestão para este crescimento. Cresce custos e a cooperativa tem que gerenciar ou pode entrar em falência. Como empresa capitalista racional com a singularidade de uma cooperativa tem que haver desenvolvimento não só econômico e sim social. (TRABALHO DE CAMPO, 2014 – 2016).

Nas empresas privadas, a fusão ou incorporação já é uma prática mais comum e também um processo mais rápido, pois a decisão para tal procedimento parte dos proprietários diferentemente das organizações cooperativas. Nas cooperativas, para ocorrer o agrupamento, além da análise dos gestores, os associados, em assembleia, deverão aprovar para prosseguir o processo.

Foram levantadas informações sobre a relação do aumento da produção de soja e a oscilação dos preços pagos ao produtor rural, com os desequilíbrios financeiros das cooperativas agropecuárias (Figura 17). A maioria dos entrevistados avaliou

com grau 3 de concordância, e a minoria com graus 4 e 5 de concordância. As respostas demonstram que há uma preocupação em manter equilibrados financeiramente os empreendimentos que gerenciam, mesmo com as grandes oscilações de preços e evitar práticas arriscadas que podem elevar o endividamento.

As respostas que se obteve apresentaram diferentes visões sobre a relação apresentada no parágrafo anterior, assim o entrevistado A ressaltou que “se a cooperativa não especular com o que não é dela, não ocorre isso”, já o entrevistado B constatou que “jamais isso interfere, cooperativa agente de mercado” (TRABALHO DE CAMPO, 2014 – 2016).

O entrevistado A ao mencionar “(...) não especular com o que não é dela (...)” está se referindo a uma prática que ocorre em alguns empreendimentos cooperativos, em que os mesmos negociam produtos agrícolas dos associados sem que estes tenham vendido para a cooperativa. A prática da especulação agrícola por parte dos empreendimentos é também um problema de gestão conforme abordado nesta tese, na seção “6 Atuação dos gestores nas cooperativas”.

Os outros entrevistados C e D colocaram respectivamente que “em algumas situações, no caso a cooperativa que pertença está melhor” e “tem sustentação (não especulação) para lidar com as oscilações, perdemos associados em 2004, 2005 e 2006, por causa do endividamento do produtor devido à seca, “soja vermelha” que foi para a China fez diminuir as exportações” (TRABALHO DE CAMPO, 2014 – 2016).

Percebe-se que além das especulações com grãos há outros fatores também de relevância, conforme mencionou o entrevistado D. O fator climático é um indicador que pode comprometer a situação financeira dos produtores rurais e conseqüentemente para os empreendimentos cooperativos. Da mesma forma, os empreendimentos que não tratam com seriedade a qualidade dos produtos que destinam as exportações podem prejudicar a procura pelos produtos brasileiros.

Quando o entrevistado D refere-se à “soja vermelha”, está relacionando ao que ocorreu em 2004 quando a China suspendeu as importações de soja brasileira pela fiscalização ter constatado a presença de fungicida em volumes de grãos de soja brasileiras exportadas para esse país. Isso aconteceu, embora não tenha sido comprovado se a presença de grãos de soja contaminada por fungicida foi de forma acidental ou uma prática ilegal para aumentar o volume do produto para exportação.

Essas práticas podem comprometer a credibilidade para com os países importadores de produtos agrícolas brasileiros e, por consequência, os negócios realizados pelas cooperativas com seus associados.

Buscou-se dados sobre o destino da produção agrícola recebida pelas cooperativas. Das cinco cooperativas com dados coletados, apenas uma afirmou não fazer negociações com países importadores de *comodities* brasileiras e que o produto agrícola de maior procura internacional é o soja, (Tabela 5).

Tabela 5 – Destino da produção agrícola recebida pela cooperativa agropecuária em 2013.

Cooperativa	Não exporta diretamente	% exportado
A	1	0
B	0	6
C	0	20
D	0	40
E	0	80

Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.
Org.: CARGNIN, M.,2016.

A parte da produção agrícola de soja para o consumo interno, destina-se à produção de ração, biodiesel, óleo de cozinha, entre outros derivados da transformação do grão que são responsáveis por gerar empregos e agregar renda à produção agrícola brasileira. Essa produção agrícola beneficiada no mercado interno passa a ter um importante papel social possibilitando maior crescimento socioeconômico, bem como a atribuição de auxiliar na permanência da população rural no campo.

Outra informação levantada foi em relação ao questionado se: “ a produção de soja revitalizou a atividade cooperativa agropecuária no planalto do Rio Grande do Sul”. As respostas foram positivas já que todos os respondentes concordaram com graus 4 e 5, demonstrando que a lavoura de soja tem proporcionado a consolidação da atividade cooperativa agropecuária pelo grande volume de produção se comparado com os outros produtos agrícolas.

As considerações efetuadas pelos entrevistados confirmam sobre a relação da produção de soja com o fortalecimento da atividade cooperativa no Rio Grande do Sul (Quadro 12).

Quadro 12 – Relação da produção de soja com a revitalização da atividade cooperativa agropecuária no Planalto gaúcho.

Entrevistado	A produção de soja revitalizou a atividade cooperativa agropecuária no Planalto gaúcho
A	Soja o grão de ouro.
B	O aumento da produtividade e o aumento da produção recebidos na cooperativa, depois dos transgênicos foi de 300%.
C	A cooperativa agropecuária está mais forte, com mais oportunidades.
D	1º lugar em produção e em exportação, e pela sua importância/importância da cultura num todo/ indústria de transformação (ociosa 50% no RS, impostos oneram a indústria)/a globalização aumenta a concorrência.

Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.

Org.: CARGNIN, M.,2016.

A lavoura de soja passou a expandir-se utilizando-se da estrutura já instalada para a cultura do trigo no período em que a lavoura desse produto passava por dificuldades, seja por fatores climáticos ou por imposições de mercado. Também, nesse período, o cooperativismo agropecuário precisava se reorganizar para se manter no mercado. E, mesmo com a lavoura de soja, no estágio inicial, até conquistar a credibilidade do produtor rural e mercado para essa produção, demorou um tempo para alavancar e chegar aos patamares de produção e produtividade atuais. As cooperativas agropecuárias apostaram na lavoura de soja, algumas até inicialmente no processo de industrialização do grão em óleo, e poucas obtiveram sucesso nesse aspecto, sendo mais viável o destino para a exportação ou outras formas de transformação como para ração animal.

Quando o entrevistado A, no quadro 12, evidencia que a “soja é o grão de ouro” ele está retomando uma análise em que a atividade cooperativa estaria comprometida ao declínio de suas atividades se não houvesse uma diversificação. A lavoura de soja, assim como outras culturas agrícolas, é influenciada pelos fatores climáticos e pela oscilação de preços. Entretanto, com a ampliação de áreas destinadas às lavouras de soja, o aumento da produtividade e o uso gradativo da

agricultura de precisão tornou-a o carro chefe para a agricultura gaúcha. Esses fatores transformaram a soja em uma das *comodities* brasileiras de grande importância para as exportações influenciando diretamente na economia dos empreendimentos ligados à produção, armazenamento e comercialização desse grão.

Deve-se levar em consideração que houve grande expansão horizontal das cooperativas agropecuárias a partir do final da década de 1960 quando a lavoura de soja passou a ganhar importância econômica tanto na comercialização do grão como na transformação para produção de óleo (BENETTI, 1992). Ao longo da evolução histórica da relação da lavoura de soja com as cooperativas, houve períodos de ampliação, em outros de diminuição de ambas as atividades de forma recíproca, estando relacionados aos fatores climáticos, econômicos e políticos.

Até a década de 1970, os governos militares tinham por objetivo transformar o Brasil em um grande produtor de trigo. No entanto, o país não conseguia competir em preço e qualidade do produto com outros países, pois as condições climáticas do Rio Grande do Sul não eram suficientes para uma produção de trigo de boa qualidade para farinha (BENETTI, 1992).

Nas décadas seguintes a 1970, algumas cooperativas mais capitalizadas expandiram rapidamente, instalando unidades de recebimento de grãos em vários municípios. Também, na lavoura de soja, houve períodos de expansão e outros de retração pelos mesmos motivos que ocorreram na lavoura de trigo e afetaram a atividade cooperativa no estado.

Na década de 90, conforme destacou o entrevistado B: “o aumento da produtividade e o aumento da produção recebidas na cooperativa, depois dos transgênicos foi de 300%” (Quadro 12). Com a introdução das sementes geneticamente modificadas de soja, aliada ao plantio direto, houve considerável aumento na produtividade das lavouras de soja no Rio Grande do Sul.

As cooperativas foram beneficiadas por esse aumento da produção, entretanto, os produtores rurais tornaram-se mais dependentes das cooperativas e multinacionais desenvolvedoras da tecnologia dos transgênicos para a aquisição das sementes para a implantação das lavouras. Somando-se a isso, o produtor rural passou a pagar os *royalties* pela utilização da tecnologia da transgenia em sementes. O pagamento dos *royalties* na semente certificada transgênica adquirida em estabelecimento comercial ocorre geralmente no momento da aquisição. Já para

a produção de soja resultante de sementes transgênicas produzidas pelo próprio produtor rural, o pagamento dos royalties ocorre no momento da comercialização desta produção nas cooperativas ou nas cerealistas. O produtor rural deve declarar se a soja depositada é transgênica ou não, caso isso não ocorra, o empreendimento que recebe essa produção, fica obrigado a realizar os testes em laboratório para comprovar a procedência.

Considerando-se que houve ampliação no volume da produção agrícola, com destaque para a soja, o cenário apresentado parece ser favorável para a reestruturação e o fortalecimento do sistema cooperativista agropecuário do estado gaúcho. A maior demanda por estruturas de armazenamento implica aumento de pessoas trabalhando nas cooperativas e nos transportes dessa produção agrícola. O aumento da produção agrícola também influencia positivamente na sequência da cadeia produtiva, pois incentiva o desenvolvimento social, econômico e cultural de todas as partes envolvidas.

Portanto, o empreendimento cooperativo agropecuário que seguir os fundamentos do cooperativismo e estar atento às demandas do mercado, aliados à gestão de qualidade e profissional, estará com condições de oferecer serviços de qualidade aos seus associados e manter-se atuante na região em que se localiza. Além disso, a cooperativa que conseguir conciliar essas demandas torna-se um potencial agente de desenvolvimento em diversas escalas, pois passa a gerar empregos, incentivar a permanência do produtor rural no campo, geradora de ICMS e, uma intermediadora para as exportações de *comodities* brasileiras.

5.2 Influências políticas no cooperativismo agropecuário

O cooperativismo agropecuário no Brasil surgiu para suprir a falta de estrutura para o desenvolvimento da atividade agrícola. No Rio Grande do Sul, onde a atividade cooperativa iniciou-se, ela visava atender a demanda de comercialização, armazenamento e de crédito. Posteriormente, foram surgindo os demais segmentos do cooperativismo, inspirados na estrutura de trabalho cooperativista europeu. Dessa forma, historicamente pela cultura paternalista presente entre uma parte dos gaúchos, tem-se a concepção de que a cooperativa agropecuária também tem a função de atender as necessidades de assistência creditícia aos seus cooperados.

Por conta disso e aliado às interferências políticas nacionais e internacionais, o cooperativismo agropecuário passou por distintas etapas ao longo da história.

Os entrevistados destacaram alguns marcos históricos significativos para a atividade cooperativa, sendo alguns deles considerados positivos e importantes na trajetória do cooperativismo gaúcho. Outros fatos exemplificados demonstram, parcialmente, a situação de dificuldade que algumas cooperativas agropecuárias gaúchas estão enfrentando (Quadro 13).

Para o entrevistado A, de um modo geral, as cooperativas agropecuárias no RS surgiram para resolver um problema de infraestrutura do governo e não por necessidade dos produtores (Quadro 13).

É bastante controverso quando se busca compreender a relação do cooperativismo com a política do governo brasileiro ao longo da história. Em determinado momento, por exemplo, no governo Juscelino Kubitschek, em fins da década de 1950/60, o governo necessitava aumentar as exportações de *comodities* brasileiras e, assim, incentivou através de subsídios para as cooperativas serem as disseminadoras da modernização na agricultura e para prestarem suporte com a assistência técnica aos estabelecimentos rurais. Nesse período, houve grande expansão na atuação das cooperativas agropecuárias.

Posteriormente, o governo modificou a sua relação com o cooperativismo cortando os subsídios oferecidos às cooperativas. No cenário internacional, a globalização passou também a influenciar na organização econômica das cooperativas pelas instabilidades no preço das *comodities* agrícolas e o estabelecimento da competitividade de forma mais intensa.

Além da falta de subsídios por parte do governo, algumas cooperativas passaram a fazer o papel dos bancos, concedendo créditos aos associados, iniciando-se o processo de endividamento. O fato das cooperativas assumirem papéis que não lhe eram de competência aliados ao período de inflação na década de 1980/90 configuram importantes argumentos para explicar o endividamento de cooperativas agropecuárias no RS, conforme ressalta o entrevistado B “(...) na era Sarney, as cooperativas ficaram responsáveis por oferecer créditos, por não haver créditos por parte do governo. Crédito e assistência técnica, foram a marcha pelo endividamento (...)” (Quadro 13).

Quadro 13 – Fatores históricos que interferiram na atividade cooperativa agropecuária de acordo com os entrevistados.

Entrevistado	Respostas dos entrevistados
A	<p>Década de 50 início das cooperativas – vício de origem as cooperativas não surgiram por demanda dos produtores e sim para suprir problema do governo. Fatores que influenciaram a abertura da fronteira agrícola, paternalismo do governo (subsídios), carência de subsídios posteriormente, exposição à globalização gerou problemas, problemas também nos transportes.</p>
B	<p>Década de 70 e 80 foram de grande desenvolvimento do cooperativismo (mecanização na agricultura). Década 89/90 (inflação) até a estabilização econômica do país foi quando se criou as maiores dívidas das cooperativas. Na era Sarney, as cooperativas ficaram responsáveis por oferecer créditos, por não haver créditos por parte do governo. Crédito e assistência técnica, foram a marcha pelo endividamento. Depois da estabilização, algumas venceram se recuperaram e, outras ainda instáveis economicamente.</p>
C	<p>Depois dos anos 2000 (exceto 2003 e 2007 que tiveram períodos de secas) todos foram positivos (boa produtividade e preço). As cooperativas devem fazer sua parte sem a interferência do governo. O governo não incomodando está bom. Alguns planos políticos que foram prejudiciais aos produtores e cooperativas, com as incertezas políticas se torna duvidoso para empreender.</p>
D	<p>Instabilidade política – diminuiu o empreendimento em área vulnerável com o mercado de soja, oscilação da Bolsa de Valores; Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) com juros altos, as dívidas aumentaram e os preços diminuíram, houve um descontrole financeiro; Plano real – melhorou para o cooperativismo, maior estabilidade econômica; Lei Kandir (1996) melhorou a exportação das cooperativas.</p>
E	<p>80/90 – Período ruim, plano de governo, fim da ditadura, Sarney – até Plano Real (inflação antes do real), após isso se consegue planejar a médio prazo. Estabilidade econômica e retomada do crescimento, mecanização ponto positivo aliado ao plantio direto, ocorreu na 2ª metade da década de 90 (nesta cooperativa e região).</p>

Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.

Org.: CARGNIN, M.,2016.

Concordando com o entrevistado B, o entrevistado E, destaca que a década de 1980/90 foi um período de crescimento lento do cooperativismo agropecuário e que com a entrada do Plano Real, tornou-se viável o planejamento a médio prazo das atividades tanto para os proprietários de estabelecimentos rurais quanto para os gestores de cooperativas. Isso tornou-se possível devido ao controle da inflação e diminuição das taxas de juros, aliado aos fatores econômicos citados anteriormente, a intensa mecanização juntamente com o plantio direto e, mais tarde, a utilização de sementes geneticamente modificadas, favoreceram à retomada do crescimento da atividade agrícola. Dessa forma, as cooperativas que não estavam endividadas, aproveitando o período de resultados positivos da agricultura, retomaram o seu crescimento e também buscaram reorganizar a forma de gerenciar suas atividades.

O entrevistado D, além de concordar com os demais entrevistados, menciona que a “[...] Lei Kandir melhorou as exportações das cooperativas”, isso ocorreu porque com a aprovação dessa lei, as *comodities* agrícolas *in natura* ou pouco transformadas passaram a não pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS. A Lei Kandir¹² de 13 de setembro de 1996, que trata da isenção do referido imposto, está regulamentada no “Art. 3º O imposto não incide sobre: [...]; II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados, ou serviços; [...]”.

A relação de estado com as cooperativas exportadoras de produtos agrícolas após a Lei Kandir adquiriu um caráter mais conflituoso, pois elas foram obrigadas a comprovar as operações de exportação de produtos agrícolas. Caso não façam a comprovação, devem pagar o ICMS para o estado. Tudo isso ocorre pois os estados brasileiros exportadores perderam arrecadação por ser esse um imposto estadual, ficando estes dependentes de negociações com a União para serem ressarcidos com os percentuais que corresponderam à parte das exportações realizadas.

A aprovação da Lei Kandir foi um estímulo às exportações de produtos primários que fez expandir o mercado internacional para a produção brasileira.

¹² Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, criada pelo ex-deputado federal Antônio Kandir que trata sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal sobre as operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Esta lei influenciou na arrecadação dos estados exportadores de produtos primários, mas por outro lado beneficiou as cooperativas e empresas exportadoras de produtos agrícolas, (www.jusbrasil.com.br/artigos, acesso em ago. 2016).

Entretanto, provocou a diminuição da arrecadação dos estados e isso repercutiu na diminuição dos créditos bancários para as cooperativas agropecuárias.

Além disso, a referida Lei não foi tão benéfica às cooperativas exportadoras, pois as cerealistas que não comercializavam insumos passaram a fazê-lo. Da mesma forma, algumas revendas privadas de insumos usufruindo do bom momento de exportações brasileiras, passaram a fazer o recebimento de grãos como as cerealistas e as cooperativas. O aumento das exportações de *comodities* agrícolas e o uso da Cédula de Produto Rural também beneficiaram as cooperativas agropecuárias, pois fez diminuir a inadimplência dos associados para com esses estabelecimentos. A CPR foi instituída pela lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994 que foi um incentivo à transformação de várias revendas para cerealistas com comercialização de grãos e insumos agrícolas.

Para as cooperativas agropecuárias, a situação destacada anteriormente gerou um certo desconforto, pois aumentou a concorrência com a ampliação dos estabelecimentos de cerealistas particulares. Essa situação de desconforto reverteu-se em mudanças na forma de gerenciar o negócio.

De modo geral, a legislação brasileira, através das diversas normas que incidem direta ou indiretamente na atividade agrícola apresentaram grandes consequências sobre o negócio das *commodities* do Brasil, impactando na cadeia produtiva dos produtos agrícolas.

5.3 Reprodução social de cooperados e cooperativas agropecuárias

As cooperativas agropecuárias têm como papel principal atender as principais demandas dos associados no que se refere ao recebimento, armazenamento, comercialização da produção rural e de insumos para o desenvolvimento das lavouras.

Nesse sentido, o empreendimento cooperativo é adequado e atende aos interesses do pequeno ao grande produtor rural. Para o produtor rural e associado, o cooperativismo tem como vantagens as possibilidades de aumentar o nível de renda. Esse processo ocorre pela relação de proximidade entre o produtor rural e a cooperativa. As cooperativas são capazes de atuar no mercado atendendo a todos

os associados e com a possibilidade de controlar melhor os preços da produção primária.

Acrescenta-se ainda que:

Na atualidade, o cooperativismo agropecuário, tem se transformado em uma forma de organização da produção e coordenação dos sistemas agroindustriais. Ou seja, os novos cenários provenientes da abertura de mercados, modernização da agricultura e dos demais processos relacionados, demandam dos agricultores uma organização na busca de melhor eficiência produtiva e inserção competitiva em um mercado globalizado. Para alcançar esta eficiência e inserção nos mercados, o cooperativismo apresenta-se como alternativa para pequenos, médio e grandes produtores (DAL MAGRO; SPANEVELLO, 2010, p.5).

Além disso, na forma como ocorre o cooperativismo agropecuário permite ser considerado um gerador de mecanismos que podem atuar na construção da identidade cultural dos produtores rurais, nas suas relações interpessoais, inserção social do homem do campo e na difusão de conhecimentos no espaço rural.

Entretanto, os desequilíbrios financeiros pelos quais algumas cooperativas passaram criaram uma imagem negativa para a parte da sociedade que desconhece as contribuições do cooperativismo agropecuário para a população urbana e rural.

Analisando o quadro 14, pode-se observar que a população rural é inferior à urbana em quase todos os municípios sede das cooperativas agropecuárias selecionadas considerando a proporção de população rural e urbana. As cooperativas conferem dinâmica nos locais onde estão instaladas. Analisando uma situação de liquidação das atividades de uma cooperativa, os impactos são percebidos com grande intensidade na sociedade em que a mesma está inserida.

A importância da dinâmica do empreendimento cooperativo nas transformações socioeconômicas que ocorrem no espaço rural reflete no espaço urbano. Isso é visível pelo Complexo Agroindustrial - CAI que se desenvolve nos municípios que apresentam cooperativas contribuindo com a manutenção do comércio local e no número de postos de trabalho. Ocorrem melhorias na infraestrutura como na malha viária e na oferta de unidades armazenadoras para dar suporte ao desenvolvimento do CAI, pois a maior parte da produção agrícola dos municípios gaúchos é realizada por transporte rodoviário.

Quadro 14 – Localização da sede de um grupo de cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul e distribuição da população urbana e rural residente no município.

Cooperativa Agropecuária	Município Sede	População Total	População Urbana	População Rural
AGROPAN	Tupanciretã	22.281	18.020	4.261
CAMNPAL	Nova Palma	6.342	3.083	3.259
COOPLANTIO ¹³	Eldorado do Sul	34.343	30.800	3.543
COTRIBÁ	Ibirubá	19.310	15.342	3.968
COTRIJUC	Júlio de Castilhos	19.579	16.106	3.473
COTRIPAL	Panambi	38.058	34.562	3.496
COTRISAL	Sarandi	21.285	17.940	3.345
COTRIJAL	Não-Me-Toque	15.936	13.966	1.970
COOPATRIGO	São Luiz Gonzaga	34.556	30.508	4.048
COOPERMIL	Santa Rosa	68.587	60.366	8.221
CAAL	Alegrete	77.653	69.594	8.059
COAGRISOL	Soledade	30.044	24.032	6.012
COTRIEL	Espumoso	15.240	11.131	4.109
COTRISOJA	Tapera	10.448	8.820	1.628

Fonte: OCERGS, 2001; IBGE, 2010.
Org.: CARGNIN, M., 2014

Como consequência do processo de reorganização espacial juntamente com a modernização na agropecuária, a exigência por mão de obra mais qualificada também foi necessária no espaço rural. A presença de profissionais qualificados está presente também nas cooperativas agropecuárias que são consideradas difusoras das novas técnicas e tecnologias para atender e ampliar a demanda por aperfeiçoamento técnico visado pelos agricultores.

¹³ A Cooperativa dos Agricultores de Plantio Direto – COOPLANTIO possuía 30 estabelecimentos espalhados pelo Rio Grande do Sul, de acordo com o site: www.sefaz.rs.gov.br, apresenta 3 estabelecimentos ativos no estado, até a presente data.

Dessa maneira, também o espaço urbano tem sua dinâmica alterada, pois ambos estão interligados. Ou seja, o aumento de renda gerado no setor rural implica, na sua maioria, investimentos no urbano e, conseqüentemente, ampliando o seu mercado de trabalho.

Nesse contexto, o espaço urbano compõe a base de vinculação da agropecuária da maioria dos municípios gaúchos ao Complexo Agroindustrial (CAI), pois é nesse espaço que ocorrem as negociações de aquisição de maquinários, de insumos agrícolas, e de crédito rural, também por outro lado, próximo ao urbano ocorre o armazenamento e venda da produção agrícola nas cooperativas e/ou empresas cerealistas para posterior encaminhamento dos grãos às indústrias de transformação ou para a exportação.

Pode-se considerar que o agronegócio dinamiza o espaço rural e urbano, pois interliga-os através das pontes criadas pelo Complexo Agroindustrial - CAI da soja. Fazem parte do CAI da soja, os produtores rurais, a indústria a montante e a jusante, o sistema financeiro, as cooperativas e empresas agropecuárias privadas, que através de suas interações para a produção de soja são responsáveis por significativas mudanças econômicas, sociais e espaciais no Rio Grande do Sul. Assim, desde a inserção da cultura da soja no estado gaúcho, ocorreram diversas reestruturações no espaço rural, as quais são perceptíveis, na atualidade, principalmente da ascensão da agricultura tecnificada através da lavoura empresarial.

A agricultura contemporânea passa a ser vista como uma “indústria” de produção rural pois, a terra, principal meio de produção, onde o agricultor coloca no solo os nutrientes e técnicas necessárias para a verticalização da produção agrícola. Essa é a tendência de tratar a terra como uma “indústria” de produzir no espaço rural, prezando pela produção em menor tempo possível, privilegia as culturas agrícolas que geram maior retorno financeiro. Neste contexto, a lavoura de soja tem sido considerada o “grão de ouro” tanto para os agricultores como para os empreendimentos cooperativos e cerealistas.

A produção da soja apresenta importante função no desenvolvimento socioeconômico diretamente ou indiretamente no Rio Grande do Sul. Além disso, é uma *commodity* de considerável influência no mercado mundial. Para uma grande parte dos municípios brasileiros a produção e, mesmo a industrialização parcial do grão, garantem a elevação do nível de renda da população do espaço rural e

urbano. Importante lembrar que a cultura da soja foi a principal responsável por introduzir o conceito de agronegócio, no contexto nacional.

Para a maioria das cooperativas agropecuárias do estado gaúcho o recebimento de soja constitui o principal grão dos produtos agrícolas que entram no estabelecimento. Para o grupo de cooperativas entrevistadas, o soja é o principal grão recebido, conforme pode ser observado no quadro 15.

Quadro 15 – Produtos agrícolas recebidos em 2013 para o grupo de cooperativas entrevistadas.

Classificação de recebimento dos produtos agrícolas	Produtos Agrícolas recebidos em 2013	Número de Cooperativas Agropecuárias	% de Cooperativas
1º Lugar	Soja	5	100
2º Lugar	Arroz	1	20
	Trigo	3	60
	Milho	1	20
3º Lugar	Trigo	2	40
	Milho	3	60
4º Lugar	Milho	1	20
	Feijão	1	20
	Cevada	2	40
5º Lugar	Feijão	1	20
	Aveia	1	20

Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.
Org.: CARGNIN, M.,2016.

O quadro 15 apresenta os produtos agrícolas mais recebidos pelas cooperativas e demonstra a importância da lavoura de soja para os empreendimentos cooperativos no segmento agropecuário. A produção agrícola que entra nos armazéns de uma cooperativa agropecuária é o que sustenta economicamente a maioria dos empreendimentos cooperativos do ramo, sem esses produtos não há razão para a existência dos mesmos.

A relação de cooperação entre cooperativa e cooperados é necessária para manter-se no mercado, assim como a intercooperação entre cooperativas, visando ao fortalecimento do sistema cooperativo.

Outro fator importante é a integração indústria-produtor de soja que está se fortalecendo beneficiada pelas descobertas da ciência relacionada aos produtos e subprodutos oriundos da soja para a elaboração de tecidos sintéticos, na alimentação humana e animal e nos biocombustíveis, entre outros destinos.

Os múltiplos usos do grão da soja em larga escala em nível nacional e internacional vieram fortalecer o mercado para o soja e estimular a sua produção e valorização entre as *commodities* brasileiras. O fator preço da saca de soja faz com que os produtores reorganizem seus espaços produtivos substituindo, em parte, outros cultivos agrícolas pela soja ou ampliando o plantio para novas áreas destinadas às outras atividades.

6 RELACIONAMENTO ENTRE COOPERATIVAS E SOCIEDADE

As cooperativas agropecuárias são organizações que proporcionam o vínculo das atividades desenvolvidas no espaço rural e no urbano, são geradoras de postos de trabalhos e desenvolvimento socioeconômico. Isso é sabido pelas pessoas conhecedoras das atividades, ou seja, sabem como as cooperativas agropecuárias desenvolvem-se, entretanto, uma parte da sociedade não as conhece.

O capítulo enfatiza os aspectos que envolvem o vínculo entre cooperado e cooperativa agropecuária, o qual não se resume apenas nas relações capitalistas. Também enfoca sobre o relacionamento das cooperativas agropecuárias com a sociedade, a forma como estas organizações realizam e divulgam suas ações nos locais onde atuam.

6.1 Relacionamento de cooperados com cooperativa

As organizações cooperativas, no contexto atual, têm como desafio manter seu papel produtivo principal centrado no associado e, ao mesmo tempo, ser um empreendimento competitivo no mercado, sem deixar de atender de forma equilibrada aos seus cooperados, no que se refere aos níveis econômico, social e político. Gerenciar com proporcionalidade os conflitos advindos desses três níveis de interesses dos associados não é tarefa fácil para as cooperativas.

As sociedades cooperativas diferenciam-se dos demais empreendimentos, pois não visam ao lucro enquanto instituição e sim ao desenvolvimento socioeconômico para seus associados, distribuindo ao final de cada ano, as sobras proporcionais ao valor das operações do associado com a cooperativa. Além disso, as cooperativas não apresentam limite no número de associados diferentemente das empresas particulares.

O cooperado é o elemento fundamental para a existência de uma cooperativa e sua participação é importante. Nesse sentido, buscou-se resgatar informações enunciadas pelos entrevistados sobre como ocorre a relação entre cooperado e cooperativa no que se refere à participação do cooperado na rotina da cooperativa.

Cada cooperativa agropecuária segue o seu estatuto de fundação que deixa explícitas as normas de funcionamento, tendo como base os princípios do cooperativismo. Um dos princípios do cooperativismo está relacionado à gestão

democrática pelos associados, conforme consta nos conceitos e princípios do cooperativismo da OCERGS: “as Cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos pelos sócios, são responsáveis para com os sócios”.

Dessa forma, elaborou-se o quadro 16, resultado dos questionamentos realizados nas entrevistas com representantes das cooperativas agropecuárias, os quais demonstraram a preocupação em relacionar a importância da participação de cada associado nas decisões sobre as atividades que a cooperativa desenvolve.

Os entrevistados relataram sobre a baixa participação dos associados nas reuniões e nas decisões em que a cooperativa precisa da opinião destes. Souza (2012) denomina de “evitação” a baixa adesão das pessoas nas reuniões em organizações.

A resistência das pessoas – ou evitação como denominei aqui – em relação à participação direta em instâncias decisórias nos mais diferentes tipos de organização talvez seja uma das características mais desconcertantes dos tempos modernos. A representação, que por meio de outras pessoas, que, por delegação de poderes e atribuição, tomam as decisões e assumem as responsabilidades por elas, tem sido muito mais comum que a participação direta nas organizações e o envolvimento nas tomadas de decisão (SOUZA, 2012, p.157).

Essa “evitação” que o autor se refere, deve-se ao fato de que a participação é um processo social que gera dúvidas, pois a participação pode resultar em benefícios e custos. Os benefícios podem ser identificados como a possibilidade de interferir nas decisões que envolvem cada participante. Já nos custos podem estar inclusos o tempo, os recursos destinados à participação e até a corresponsabilização pelas decisões tomadas (SOUZA, 2012).

Observou-se que cada cooperativa criou mecanismos próprios para estimular a participação dos associados, procurando evitar, dessa forma, a pouca participação em reuniões e a migração para outras empresas do mesmo ramo. De acordo com os entrevistados, os cooperados de um modo geral, atuam de forma mais próxima junto à cooperativa quando necessitam dos serviços que esta oferece, sendo pouco atuantes em outros momentos (Quadro 16).

Quadro 16 – Relacionamento entre cooperado e cooperativa de acordo com os representantes de cooperativas agropecuárias.

Cooperativa	Respostas dos representantes de cooperativas entrevistados.
A	Cooperativa está organizada em núcleos que representam as comunidades (55 núcleos) onde nas cooperativas têm líderes que fazem o elo de comunicação, com reuniões mensais. A cooperativa vai 2 vezes ao ano nos núcleos, cooperativa participa na forma de encontro de família (reuniões) ou sugestões através de líderes. O objetivo da cooperativa é o crescimento da própria cooperativa e, proporcionar o desenvolvimento e o bem-estar das famílias dos cooperados.
B	Apresenta relação comercial, na compra e na venda de insumos (grãos e defensivos agrícolas) com os associados. Existe os conselhos na gestão e políticas da cooperativa, e é através dos conselhos que os associados podem expor suas ideias e sugestões/reivindicações. Área técnica - em que está organizada pelos vendedores, funcionários da cooperativa e parceria terceirizada com grupo de assistência técnica.
C	A cooperativa está organizada pelo conselho de administração e conselho representante – com reuniões mensais (que demanda de maior participação do associado) e que por vezes estes buscam diretamente a administração para expor suas sugestões. O conselho de administração organiza um plano de trabalho em que coloca à apreciação da assembleia (cooperados) para aprovar ou não. Associado pouco participa e não se preocupa na atuação das decisões. Quando precisam buscam, mas pouco atuam. A gestão das cooperativas na Alemanha é mais rigorosa quanto a isso.
D	É comercial, social e democrática. Criou-se núcleos de representação (líderes participam de reuniões) para a cooperativa que é não estatutária, votação que não é estatutária, composição da chapa (criadas e negociadas pelos núcleos – criado nas 6 ou 7 unidades de negócios) dos conselhos é indicada pelos núcleos. Criação de núcleos – uma forma de democratizar as opiniões/críticas/motivações. Individualização – amadurecimento.
E	Associado participa nas decisões estratégicas não nas decisões de governança rotineiras, os representantes de cada local trazem as reivindicações do associado.

Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.

Org.: CARGNIN, M.,2016.

As cooperativas agropecuárias realizam anualmente pequenas reuniões nas áreas de atuação que possuem associados, em locais já determinados como forma

de se aproximar e ouvir cada associado. Uma parte dos associados apresenta pouca habilidade de oratória o que faz com que muitas vezes não apresentem suas ideias e sugestões, ficando algumas vezes tachados de não participativos. Por outro lado, há também os oportunistas que têm por objetivo beneficiarem-se apenas dos serviços prestados pela cooperativa quando necessitam, esquecendo-se que são também parcialmente proprietários.

Essas pequenas reuniões podem apresentar outras denominações de acordo com cada empreendimento e antecedem a assembleia geral em que todos os associados são convidados a participar. Na assembleia geral, são expostos os balanços financeiros, os planejamentos e projetos que poderão ser aprovados ou não pelos associados.

De modo geral, as cooperativas estão organizadas administrativamente em uma diretoria ou conselho de administração (formados pelo presidente e vice-presidente, diretores ou gerentes) assessorados pelos conselhos fiscais ou também denominados de conselhos representantes. Os conselhos são os responsáveis por realizarem a ponte entre os associados e a cooperativa, levando ao conhecimento do conselho de administração da cooperativa as sugestões ou reivindicações de seus cooperados.

As sugestões dos associados não interferem na rotina diária da cooperativa conforme destacado pelo entrevistado E, no quadro 16: “ o associado participa nas decisões estratégicas, não nas decisões de governança rotineiras, os representantes de cada local trazem as reivindicações do associado”.

A participação de cada associado acontece no sentido de contribuir com sugestões agrega e pode proporcionar melhorias. Entretanto, as relações comerciais entre cooperativa e cooperado são as mais intensas, pois agregam valor econômico para o crescimento socioeconômico de ambas as partes. O associado que deixa de depositar sua produção na sua cooperativa e faz a opção de estocar, por exemplo, em uma cerealista particular está trabalhando contra sua própria propriedade, a cooperativa em que é sócio.

As operações que o cooperado realiza ao longo do ano com a cooperativa podem gerar um retorno financeiro, proporcional às operações efetuadas, estabelecido pelo sistema de sobras conforme consta nos princípios gerais do cooperativismo.

As operações mencionadas anteriormente referem-se aos depósitos e vendas da produção agrícola, o consumo de serviços (supermercado, lojas de peças, insumos agrícolas, etc.) que o produtor rural realiza com a cooperativa em que é associado.

O vínculo do produtor rural cooperado ao empreendimento cooperativo fortalece o sistema cooperativo, proporciona-lhe ter a compra garantida de sua produção agrícola, criando condições para o desenvolvimento social, cultural e econômico de suas famílias e simultaneamente da população local.

Cada cooperativa estabeleceu em seu estatuto de funcionamento, normas para o produtor rural tornar-se sócio e criou mecanismos que incentivem a permanência dele e também para dificultar a manutenção do vínculo do associado não atuante na cooperativa (Quadro 16).

Uma das formas de manter o vínculo do associado à cooperativa, mencionado pela maioria dos entrevistados é a manutenção da cordialidade entre cooperativa e cooperado que pode ser estabelecida, por exemplo, pela “(...), organização de eventos que integram o quadro social, sistema orgânico de núcleos, pensando nesse contato pessoal, na busca do associado, (...)”, como destacou o entrevistado B (Quadro 17).

Outros entrevistados mencionaram um período de dois anos em que se o produtor rural não realizar nenhuma operação, seja de depósito de produção ou compra nas dependências da cooperativa, o mesmo é excluído do quadro de associados (Quadro 17).

O relacionamento entre associados e a cooperativa deveria ser de cooperação mútua, para ser coerente com os princípios do cooperativismo. Para uma cooperativa manter-se no mercado, tem que se submeter às regras dele, solicitando aos seus cooperados a participação no processo de desenvolvimento da cooperativa através de sugestões, reivindicações, bem como, cumprindo com suas obrigações de associado, conforme constam em cada estatuto de fundação da cooperativa.

Quadro 17 – Mecanismos adotados pelas cooperativas agropecuárias para captação e permanência dos sócios.

Cooperativa	Respostas dos entrevistados
A	Adota o sistema de limite de crédito, de acordo com a entrega da produção, não tem classificação de associado.
B	Comunicação (divulgação/diálogo) departamento de comunicação tem espaço nas rádios, organização de eventos que integram o quadro social, sistema orgânico de núcleos, pensando nesse contato pessoal, na busca do associado, preço de insumos mais baixo e preço de grão mais alto.
C	No estatuto, o associado que não entregar produção nos 2 últimos anos é excluído do quadro de associado. A cooperativa tem 5600 associados. Procura pagar o preço de mercado.
D	Um dos mecanismos (produtor trabalha 2 anos de estágio para tornar associado. Nesses dois anos a cooperativa avalia a intenção do produtor para com a cooperativa. Atuação de líderes, gerência local, que contribui para aprovar a entrada ou não do produtor rural para ser associado.
E	No estatuto o sócio com 2 anos sem atividade (Compra/venda) é excluído do quadro.

Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.

Org.: CARGNIN, M., 2016.

Por outro lado, a cooperativa tem o compromisso de proporcionar condições para o desenvolvimento da atividade rural de seus associados através dos serviços prestados com qualidade.

6.2 A relação do cooperativismo agropecuário com a sociedade

O sistema cooperativo, desde o seu surgimento está estruturado a proporcionar condições de participação coletiva e democrática de seus cooperados. Ao resgatar os princípios filosóficos do cooperativismo, percebe-se que este é considerado um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social (OCERGS, 2001). Entretanto, para que esses princípios sejam verdadeiros na prática, ou seja, que uma cooperativa agropecuária seja uma ponte para o desenvolvimento social, econômico e técnico da sociedade que a pertence, os seus sócios têm que se considerarem como membros efetivos desta organização e, também como agentes

transformadores. Esse é um dos fatores que diferencia um empreendimento cooperativo de uma empresa capitalista tradicional.

A construção da fidelização das relações entre cooperado e cooperativa poderia ser um dos pilares para ocorrer o crescimento social e econômico de ambas as partes. Essa prática já ocorre em algumas cooperativas agrícolas do estado do Paraná e essa relação de cooperativa e cooperados tem gerado bons resultados para ambas as partes fortalecendo o sistema cooperativo agropecuário.

Ao ser questionado que o cooperativismo poderia ocupar mais espaço na sociedade, o entrevistado A foi enfático ao afirmar que “o sistema cooperativo é uma das melhores opções de gerar crescimento, desenvolvimento econômico e bem-estar das pessoas”. Além disso, um empreendimento cooperativo abrange no seu quadro de associados desde os pequenos agricultores ao grande empresário rural (Figura 18).

Para aumentar a participação das cooperativas na sociedade, deve-se começar pelo processo de educação para o cooperativismo com o intuito de se conhecer os princípios do cooperativismo, saber como funciona na prática uma cooperativa e suas contribuições para o desenvolvimento da sociedade. Percebe-se que predomina na sociedade contemporânea o comportamento do individualismo, tanto das pessoas quanto dos empreendimentos comerciais, incluindo as cooperativas, pela dificuldade da prática da intercooperação. Sobre esse assunto, Adriano Lago, em sua tese, trata dos fatores condicionantes da intercooperação entre cooperativas, o qual destaca que há uma grande dificuldade em ocorrer por motivos como oportunismo, competição e vaidades das pessoas que conduzem esses empreendimentos (LAGO, 2009).

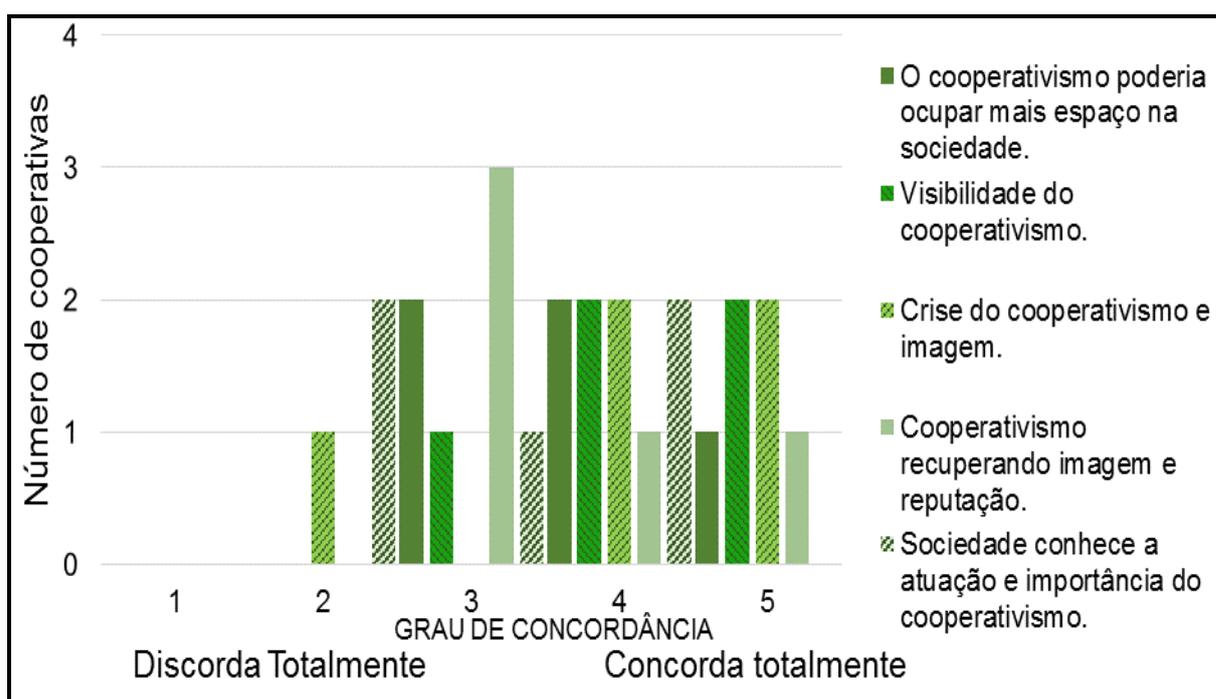
Pensar e agir enquanto grupo de pessoas de como funciona com o cooperativismo não é tarefa fácil, demanda saber conviver com ideias divergentes. A livre concorrência não é totalmente negativa, pois a mesma impulsiona o aperfeiçoamento técnico, de pessoas e de processos nos empreendimentos, melhorando a disponibilidade de serviços e de produtos no mercado. Por outro lado, a concorrência desleal fragiliza tanto cooperativas quanto empresas particulares.

Complementando sobre a participação das cooperativas agropecuárias na sociedade, de acordo com o entrevistado B: “as cooperativas agropecuárias já possuem um grande espaço na sociedade, presença forte, como cooperativa não

precisa assumir todo o desenvolvimento da sociedade, deve apresentar um desenvolvimento integral, mas não pode ser o único ator.”

No que se refere à visibilidade das cooperativas pela sociedade, a maioria dos entrevistados do grupo de cooperativas avaliou que poderia ser investido mais em divulgação das atividades de suas empresas. Dessa forma, a sociedade passaria a conhecer como está organizada uma sociedade de cooperados (Figura 18).

Figura 18 – Fatores que demonstram a visibilidade e importância do Cooperativismo na sociedade.



Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

O entrevistado A, para essa questão, enfatiza que seria de grande importância: “a construção da marca, o cooperativismo agropecuário não consegue criar uma marca única, como o Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI consegue, respeitando geograficamente a necessidade do cooperado, de compreensão à população do que significa”.

Conforme o entrevistado B, “uma parte da sociedade pouco conhece os fundamentos do cooperativismo, é mal falada por pensarem que a cooperativa é uma entidade pública”.

As crises pelas quais o cooperativismo passou, criou uma imagem de desconfiança da sociedade aos empreendimentos cooperativos. A maioria dos entrevistados concorda que ainda há uma desconfiança por parte da sociedade, como mencionou um dos entrevistados; “se quebrou uma, porque não pode quebrar outra” (Figura 18).

Em contrapartida, uma parte das cooperativas do Rio Grande do Sul está no período pós-crise, reestruturando-se, recuperando a confiança da sociedade e aumentando seu quadro de associados.

Quanto à recuperação da reputação e imagem das cooperativas agropecuárias, os entrevistados são cautelosos e, 60% avaliaram com grau de concordância 3. Isso significa que a atividade cooperativa agropecuária está se recuperando do período de crise, mas precisa evoluir em aspectos qualitativos de gestão para conquistar maior credibilidade na sociedade (Figura 19).

Para essa questão, o entrevistado A menciona que: “Uma parte das cooperativas estão profissionalizando a gestão, estão em bom momento de mercado (em alta a demanda por alimentação no mundo), conservam a filosofia do cooperativismo, evitam a especulação de produtos (cria uma imagem de confiança) e, a profissionalização da gestão é um processo difícil.”

Conforme o entrevistado da cooperativa B, o cooperativismo de, um modo geral, no Brasil, é visto pela sociedade com maior credibilidade: “No global o cooperativismo está recuperando sua imagem, no estado do RS não, muitas cooperativas estão em dificuldade econômica o que dificulta a recuperação da imagem com o equilíbrio financeiro, concorrência desleal (as cooperativas obrigatoriamente cumprem as leis no pagamento de impostos – nota fiscal eletrônica, etc. e, que nem todas as empresas o fazem) ”.

Quando questionado se a sociedade conhece a importância do cooperativismo agropecuário, todos os entrevistados concordam que a sociedade pouco conhece sobre o cooperativismo e, sobretudo sobre o cooperativismo agropecuário (Figura 19).

Nesse sentido, para essa questão, o entrevistado A declara que: “a sociedade não tem conhecimento da organização das cooperativas, sobre o crescimento da balança comercial a sociedade desconhece ou pouco conhece (80% da comunidade local é pequena e média propriedade)”.

Quando questionados se o cooperativismo agropecuário se relaciona corretamente com a sociedade, as respostas foram bastante cautelosas, conforme dados demonstram na figura 19.

Para essa questão, o entrevistado A destaca que a cooperativa se relaciona com a sociedade: “na forma de eventos, principalmente por meio de palestras, também pelo comércio, pela indústria; visando à integração da sociedade”.

Para o entrevistado B, o cooperativismo: “não comunica, não postula as interações com a sociedade”.

Pode-se observar que existem projetos integrando a comunidade na qual estão inseridas as cooperativas, no entanto, pouco se divulga sobre o que está sendo realizado.

Integrar comunidade e quadro de cooperados está citado nos princípios que regem o cooperativismo e que foi mencionado na seção 4 “Gestão: Aspecto Relevante do Cooperativismo”. No quadro 7, há os sete princípios que conduzem o cooperativismo, na qual consta o 7º (sétimo) princípio que se refere ao:

Compromisso com a comunidade - as Cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto a suas comunidades onde estão inseridas (www.ocergs.coop.br, 2016).

Esse compromisso com a comunidade se fortalece ainda mais com o avanço da globalização que impulsionou o surgimento de técnicas e produtos diferenciados no mercado mundial e facilitou a circulação dos mesmos. As cooperativas agropecuárias, nesse sentido, apresentam importante função social como promotoras do desenvolvimento socioeconômico e difusoras de técnicas adequadas e atualizadas para a agricultura do Rio Grande do Sul. Tendo em vista a importância do cooperativismo agropecuário gaúcho, este poderia ocupar mais espaço na sociedade através de mais ações diretamente aos associados e, conseqüentemente, para a sociedade em que está inserida, pois é uma das melhores opções de gerar crescimento e desenvolvimento para seus cooperados seja qual for sua condição social e aliar ao bem-estar de seus familiares.

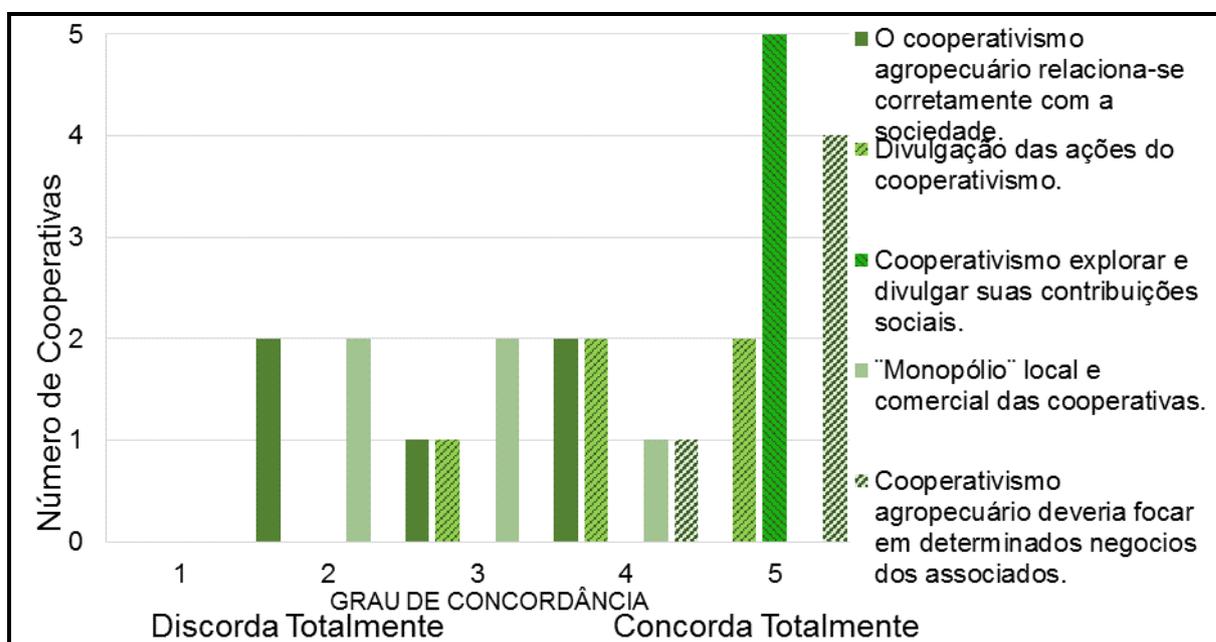
Quanto à divulgação das ações do cooperativismo, a maioria menciona que deveriam ser mais divulgados os projetos que as cooperativas desenvolvem junto da sociedade. E, quando questionados se o cooperativismo agropecuário deveria

explorar e divulgar mais suas contribuições sociais, todos os entrevistados concordam. Sobre isso, o entrevistado A destaca que: “o cooperativismo no Paraná faz melhor que no Rio Grande do Sul, relatórios com contribuição das cooperativas no estado, da geração de empregos, dos impostos gerados”.

Uma situação de fragilidade econômica para algumas cooperativas pode colocar em dúvida a credibilidade do sistema cooperativo, principalmente quando a sociedade em que as cooperativas estão inseridas não tem o conhecimento de como elas funcionam. O objetivo da cooperativa continua sendo o mesmo para o atual sistema cooperativo, desde seus primórdios com a ideia da associação do grupo de tecelões em Rochdale na Inglaterra buscando vencer as dificuldades dos membros desse grupo. A cooperativa é o local onde o cooperado faz a maior parte de suas negociações para conduzir os trabalhos na agricultura. Quando ocorre ruptura nessa forma de relação com a cooperativa, o cooperado busca comprar/vender em empresas privadas e, nesse caso, ele é apenas mais um cliente, diferente da relação que mantém com a cooperativa em que ele é sócio proprietário.

As relações na sociedade capitalista atuais são muito distintas da realidade do grupo de tecelões de Rochdale, por isso o sistema cooperativo procura adequar-se à realidade de cada região onde atua sem perder a essência do cooperativismo.

Figura 19 – Relacionamento das cooperativas agropecuárias com a sociedade.



Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

Quando questionados sobre o fato das cooperativas agropecuárias exercerem certo “monopólio” do comércio em muitas cidades, se existe repulsa por parte da comunidade local, os entrevistados concordam em parte (Figura 19).

O entrevistado A enfatizou: “o papel das cooperativas deve ser bem feito. Não pode haver falha na comunicação. A concorrência é salutar e, se a cooperativa traz tecnologia e investimento, geração de renda, além de levar soluções de tecnologia para o produtor. Não pode existir a ideia de produtor coitadinho, empresa coitadinha, e assim terá desenvolvimento coitadinho”.

Destaca-se que para muitos municípios de pequeno porte, a cooperativa e a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) são os principais canais de disseminação da evolução das técnicas e das tecnologias atualizadas pelos estabelecimentos rurais. Isso acontece, pois muitas cooperativas são difusoras da agricultura de precisão com testagem de produtos agrícolas e equipamentos antes de serem comercializados, evidenciando os mais adequados para as condições de tempo e de tipos de solos de cada região. Entretanto, por mais que uma cooperativa tenha grande importância na difusão de tecnologias, não lhe confere o direito de impossibilitar a oportunidade de outros empreendimentos coexistirem.

Para o entrevistado B, a cooperativa pode ter: “o Rádio como parceria, pois a cooperativa é feita de pessoas para pessoas; a cooperativa deve dimensionar se está sufocando ou preenchendo uma demanda - juntos somos mais - 10 anos trabalhando para diminuir a repulsa e não exercer o “monopólio”, campanhas para mostrar à sociedade o desenvolvimento socioeconômico do associado”.

Acrescendo às ideias dos entrevistados anteriores, o entrevistado C destaca que: “cooperativas com monopólio afetam outras áreas de comércio”.

A relação entre as cooperativas agropecuárias e a sociedade em que está inserida, vai além das relações comerciais. A distribuição das sobras entre seus associados, o desenvolvimento de projetos ambientais, a criação de postos de trabalhos, a geração de impostos e o auxílio na manutenção do produtor rural no campo, são alguns dos fatores que demonstram a valorização da relação social estabelecida pelas cooperativas agropecuárias. O crescimento social e econômico ocorre de forma equilibrada e satisfatória quando os agentes socioeconômicos coexistem, ou seja, quando as cooperativas e as empresas particulares estabelecem seus territórios no mesmo espaço.

7 ESPAÇO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NA CADEIA PRODUTIVA DA SOJA

As cooperativas agrícolas ao longo da trajetória da agricultura brasileira possuem significativa importância. Surgidas para dar suporte principalmente para a atividade tritícola, posteriormente, essas cooperativas consolidaram-se com o avanço da lavoura de soja.

Conforme foram se ampliando as áreas destinadas à produção de soja, a capacidade para armazenagem não acompanhou esse processo, apresentando déficit na capacidade de armazenagem no Rio Grande do Sul e nos outros estados brasileiros.

As cooperativas agropecuárias participam em todas as etapas da cadeia produtiva da soja, entretanto, em algumas etapas elas participam de forma parcial. A cadeia produtiva da soja é o carro chefe para a maioria das cooperativas agropecuárias. O produto em questão pode ter sido motivo de rápido crescimento econômico para umas cooperativas enquanto para outras foi de desestabilização e depois de retomada de atividade.

7.1 Cooperativas agropecuárias: Capacidade de armazenamento e expansão da produção de soja.

O tipo de organização cooperativa ligada à atividade rural no Brasil foi implantado primeiramente no estado do Rio Grande do Sul, baseado no modelo europeu. Esse assunto foi desenvolvido na parte “2.1 A atividade cooperativa no decorrer dos tempos”, desta tese.

Convém lembrar em que condições a lavoura de soja começa a conquistar espaço no Rio Grande do Sul e a sua relação com a atividade cooperativa. A lavoura de soja inicia a sua expansão no período em que a lavoura de trigo estava com problemas, na década de 1960. Foi também nesse período que as cooperativas tritícolas ganharam novo impulso a partir do momento em que o grão da soja adquire valorização no mercado externo. No que se refere às condições do desenvolvimento da lavoura de soja e a relação com as cooperativas, está mais aprofundado na parte “3.2 A lavoura de soja e a relação com a atividade cooperativa”.

Os primeiros grãos de soja foram trazidos dos Estados Unidos para o Brasil em 1882 pelo professor da Escola de Agronomia do estado da Bahia Gustavo Dutra e, plantados nesse mesmo estado, de forma experimental, sendo estudada por algum tempo como forrageira (EMBRAPA, 2016).

Os primeiros experimentos com a soja forrageira foram na Bahia, entretanto foi no Rio Grande do Sul, no município de Santa Rosa que em 1914 iniciou o cultivo das primeiras lavouras de soja com produção de grãos ainda sem valor econômico. Houve o primeiro registro estatístico de produção de soja em 1941, já com maior importância econômica e produção significativa (EMBRAPA, 2016).

A lavoura de soja expandiu-se pelo estado gaúcho beneficiada pelas condições climáticas favoráveis e semelhantes ao clima dos Estados Unidos e, gradativamente, foi propagando-se pelo Brasil. Além disso, encontrou suporte de estrutura para armazenamento e comercialização da produção nas cooperativas, infraestrutura desenvolvida, mesmo que em escala pequena, para comportar a produção de trigo (Quadro 18).

As sementes de soja para o cultivo nas lavouras brasileiras até a década de 70 eram importadas dos Estados Unidos e destinadas ao plantio na região sul do Brasil, pois apresentava condições de temperatura adequada para o seu desenvolvimento (EMBRAPA, 2016).

Quadro 18 – Fatores que contribuíram para a expansão da soja na região sul do Brasil.

Fatores que contribuíram para o rápido estabelecimento da soja na Região Sul	
1	Semelhança do ecossistema do sul do Brasil com aquele predominante no sul dos EUA, favorecendo o êxito na transferência e adoção de variedades e outras tecnologias de produção;
2	Estabelecimento da “Operação Tatu” no RS, em meados dos anos 60, cujo programa promoveu a calagem e a correção da fertilidade dos solos, favorecendo o cultivo da soja naquele estado, então o grande produtor nacional da oleaginosa;
3	Incentivos fiscais disponibilizados aos produtores de trigo nos anos 50, 60 e 70 beneficiaram igualmente a cultura da soja, que utiliza, no verão, a mesma área, mão de obra e maquinaria do trigo cultivado no inverno;

Continua...

Conclusão

4	Mercado internacional em alta, principalmente em meados dos anos 70, em resposta à frustração da safra de grãos na Rússia e China, assim como da pesca da anchova no Peru, cuja farinha era amplamente utilizada como componente proteico na fabricação de rações para animais, para o que os fabricantes do produto passaram a utilizar-se do farelo de soja;
5	Substituição das gorduras animais (banha e manteiga) por óleos vegetais, mais saudáveis ao consumo humano;
6	Estabelecimento de um importante parque industrial de processamento de soja, de máquinas e de insumos agrícolas, em contrapartida aos incentivos fiscais do governo, disponibilizados tanto para o incremento da produção, quanto para o estabelecimento de agroindústrias;
7	Facilidades de mecanização total da cultura;
8	Surgimento de um sistema cooperativista dinâmico e eficiente, que apoiou fortemente a produção, a industrialização e a comercialização das safras;
9	Estabelecimento de uma bem articulada rede de pesquisa de soja envolvendo os poderes públicos federal e estadual, apoiada financeiramente pela indústria privada (Swift, Anderson Clayton, Samrig, etc.); e
10	Melhorias nos sistemas viário, portuário e de comunicações, facilitando e agilizando o transporte e as exportações.

Fonte: <http://www.cnpso.embrapa.br>, acesso em mar., 2016.

Org.: CARGNIN, M., 2016.

Dentre os fatores levantados no quadro 18, a “Operação Tatu” na década de 60 favoreceu a ampliação das áreas cultivadas, pois com a correção do solo, a fertilidade foi melhorada havendo considerável aumento da produtividade das lavouras, sendo um motivador para os produtores de soja no estado.

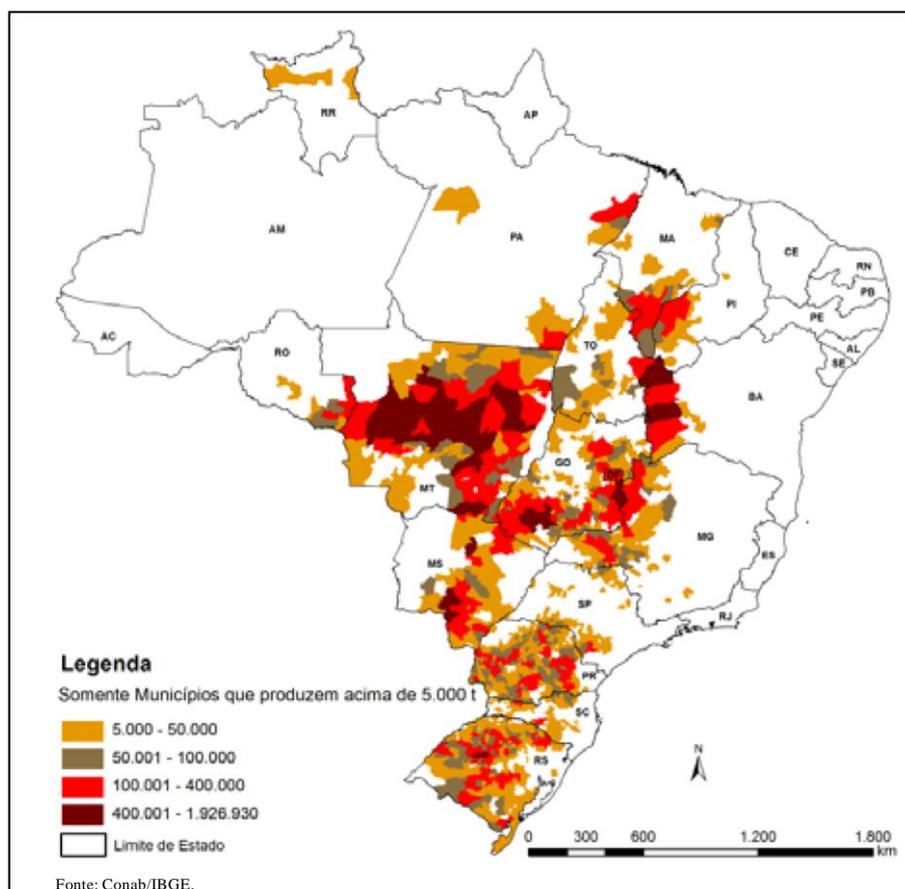
Outro fator também importante ao desenvolvimento da cadeia produtiva da soja foi o “Surgimento de um sistema cooperativista dinâmico e eficiente, que apoiou fortemente a produção, a industrialização e a comercialização das safras” (EMBRAPA, 2016).

O apoio das cooperativas aos produtores rurais começa já na etapa da escolha dos insumos agrícolas para a implantação da lavoura. As cooperativas agropecuárias atuam de forma parcial em todas as etapas da cadeia produtiva da soja. Entretanto, algumas realizam a comercialização de maquinário agrícola e todas industrializam pelo menos uma parte da produção agrícola recebida, por isso, a participação parcial das cooperativas agropecuárias na cadeia produtiva da soja.

Através do mapa que representa a distribuição e expansão da soja no Brasil, percebe-se que o estado gaúcho apresenta produção de soja na maior parte de seu território (Figura 20). A lavoura de soja no Rio Grande do Sul tem se expandido

também na parte sul do estado conhecida como campanha gaúcha, que possui em determinadas áreas, restrições de condições climáticas e de tipos de solos que podem causar frustrações de safras, por exemplo, quando ocorrem os períodos de estiagens.

Figura 20 – Mapa da distribuição da produção de soja no Brasil no mês de maio de 2016.



Fonte: CONAB/IBGE, acesso em 2016.

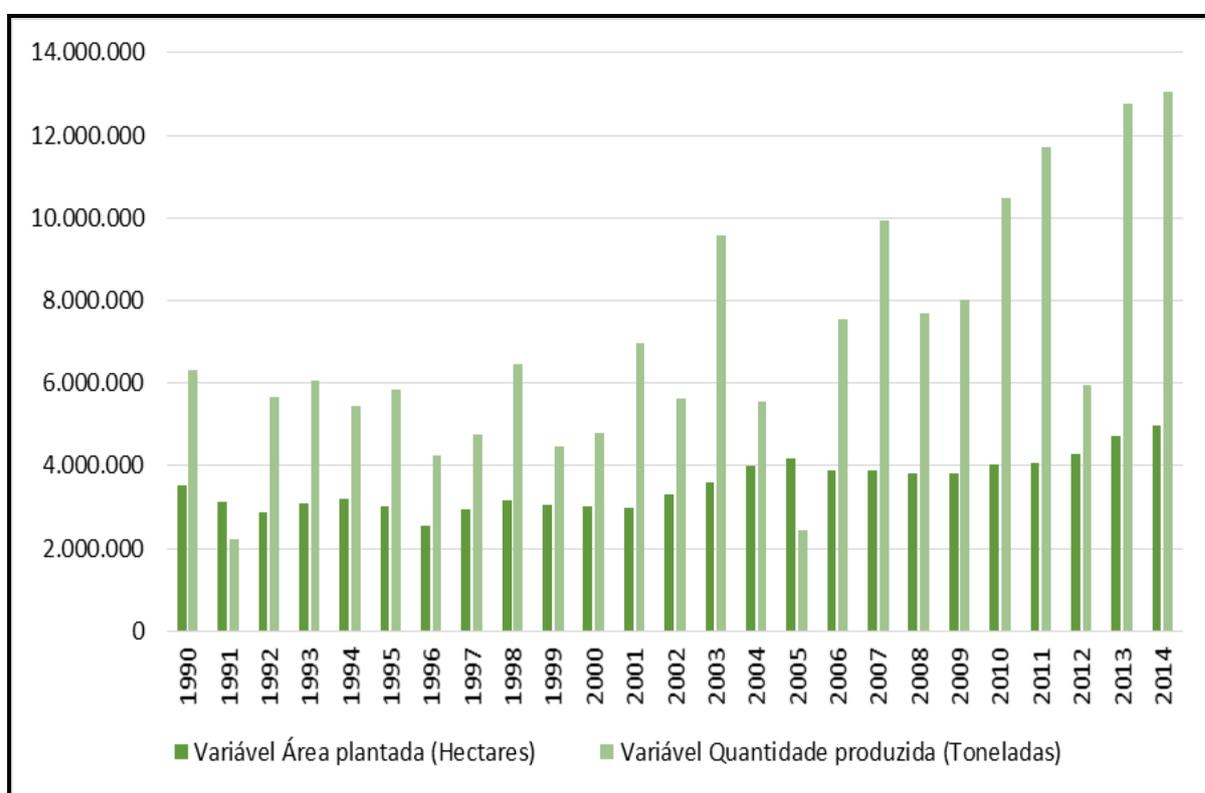
As melhorias no sistema viário e portuário de comunicações favoreceram o escoamento da produção. Atualmente, a CCGL Log coordena em dois terminais portuários, no porto de Rio Grande, o escoamento da produção agrícola, principalmente, das cooperativas do RS. A logística proporcionada pela CCGL após a implantação do Sistema Pampa tornou menor o tempo de espera para a descarga de grãos. Sobre a atuação da CCGL e sua relação com as cooperativas agropecuárias, foi abordado no item 2.3 Cooperativismo e a CCGL.

A lavoura de soja vem expandindo-se no Brasil beneficiada por muitos fatores: climáticos, qualidade e extensão de áreas agricultáveis, tecnologia e

técnicas aprimoradas, como por exemplo, a agricultura de precisão. Todo esse aparato para desenvolver a cadeia produtiva da soja teve como incentivador principal a importância econômica que o grão adquiriu no grupo das *commodities* para exportação

O aumento de área plantada e produção de soja no Rio Grande do Sul de 1990 a 2014 pode ser verificado na figura 21. O mapa mostra que a produção foi muito superior ao aumento das áreas destinadas ao plantio da soja. Isso deve-se ao investimento das cooperativas e também, para o produtor rural utilizar o que tem de melhor em tecnologias, orientação técnica e insumos para que sua lavoura tenha um retorno econômico satisfatório.

Figura 21 – Evolução da área plantada e produção da lavoura de soja no Rio Grande do Sul, no período de 1990 a 2014.



Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE, acesso em maio, 2016.

Houve aumento da área plantada e produção de soja no estado como observado na figura 21 e espacializado no conjunto de mapas da figura 22. Essa expansão de área de soja foi devido a um conjunto de fatores, como a inserção da técnica do plantio direto, do avanço da biotecnologia com melhoria nas sementes, dos insumos agrícolas adequados e do incentivo do uso da agricultura de precisão.

Todos esses fatos demonstram que a agricultura brasileira tem avançado consideravelmente no sentido de acompanhar o desenvolvimento de tecnologias de ponta, e isso pode ser observado no aumento da produção.

Na figura 22, o conjunto de mapas nos anos de 1990, 2000 e 2013 demonstra a expansão da lavoura de soja no Rio Grande do Sul, que teve ampliação em sua área plantada com grande incentivo proveniente da maior valorização do produto no mercado internacional. De acordo com o mapa, houve expansão das lavouras de soja nas regiões sudeste e sudoeste do estado, em áreas como, por exemplo, na Campanha Gaúcha, destinadas em grandes proporções para a pecuária. E, na região norte do RS além da ampliação das lavouras houve crescimento na produtividade das áreas destinadas à soja.

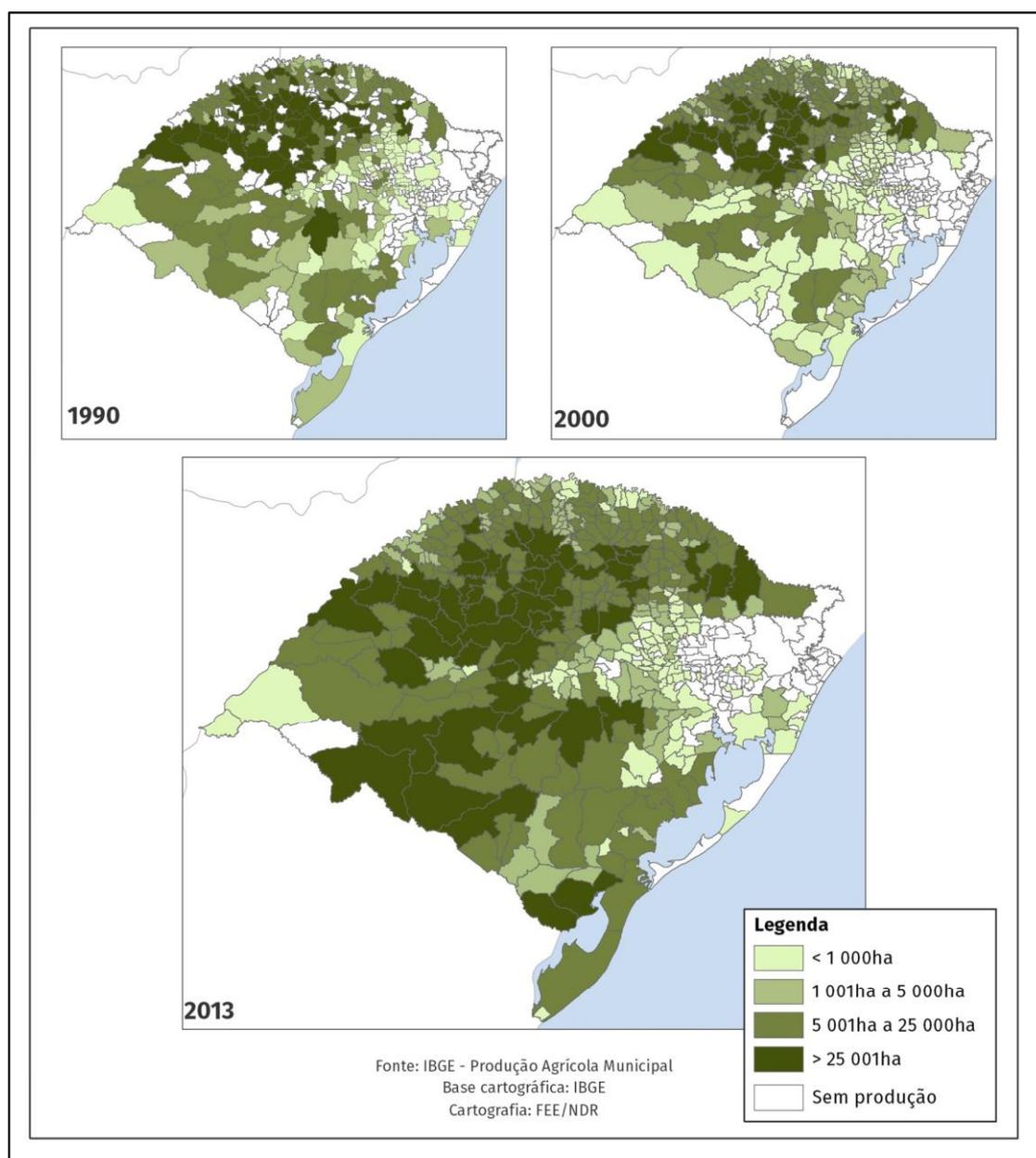
Onde e quem faz o armazenamento dessa produção agrícola é um fator importante para dar sequência no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja. É de interesse dos produtores rurais ter uma definição de como e onde será armazenada a produção e com garantias de credibilidade do empreendimento. No Rio Grande do Sul, três segmentos fazem o armazenamento da produção agrícola: 1) as cooperativas agropecuárias, 2) o estado através dos silos da Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA e, 3) as empresas cerealistas privadas.

A capacidade de armazenamento para a produção agrícola no Rio Grande do Sul era insuficiente para a safra 2013/14, pois de acordo com a CONAB, apresentava um déficit de 7,14% (CONAB, 2016). A produção agrícola aumentou significativamente e a estrutura de armazenamento tanto pública quanto particular e das cooperativas não acompanharam o aumento da produtividade das lavouras.

O armazenamento para a produção agrícola no Rio Grande do Sul começou a ficar insuficiente a partir da segunda metade da década de 60, quando a lavoura de soja passou a expandir gradativamente as áreas plantadas e a produção (BENETTI, 1992).

Alguns produtores rurais, para suprir a deficiência na capacidade de estocagem dos empreendimentos, via financiamentos, estão instalando na propriedade estruturas de depósitos de grãos, na forma de silos, dessa forma, armazenando parte de sua produção, e isso serve também para barganhar melhores preços dos seus produtos.

Figura 22 – Área plantada de soja nos municípios do Rio Grande do Sul nos anos de 1990, 2000 e 2013.



Fonte: FEIX, R.; LEUSIN JÚNIOR, S. – FEE, 2015.

Nesse contexto de melhorias dos índices de produtividade agrícola, abre-se para as cooperativas agropecuárias a oportunidade de ampliar a capacidade estática de armazenamento para atender as necessidades de seus cooperados. Além de suprir a falta de estrutura de armazenamento no Rio Grande do Sul, abre-se a possibilidade também de ampliar o quantitativo de produtores rurais associados fortalecendo o sistema cooperativo no estado.

7.2 Formas de armazenagem para grãos

A capacidade de estocagem no Brasil é insuficiente para o volume de produção de grãos de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Na safra 2013/14, a produção de grãos no RS foi de 29,52 milhões de toneladas e a capacidade estática de estocagem era de 27,41 milhões de toneladas (CONAB, 2016).

O armazenamento da produção agrícola em grãos a granel no Rio Grande do Sul é realizado em sua maior parte em silos. Para a estocagem de grãos a granel, destacou-se algumas formas de guardar grãos, as quais são definidas como silos elevados de concreto, os silos metálicos, os armazéns graneleiros e, temporariamente, também em silos bolsa.

Os silos são construções destinadas ao armazenamento e conservação de grãos secos destinados posteriormente à industrialização como para a produção de óleos, de ração, de farinhas e, aos produtores rurais para o plantio nas lavouras. A maior parte da produção de grãos brasileiros é destinada à exportação, a soja é responsável por 45,7 milhões de toneladas exportadas, totalizando U\$ 23,3 bilhões, sendo que o consumo interno de grãos é de 39,936 milhões de toneladas (EMBRAPA, 2016).

Ao abordar os diferentes sistemas de armazenamentos de produtos agrícolas, não se tem o objetivo de elencar quais os mais adequados, apenas destacar os principais tipos de armazenagem utilizados no estado gaúcho.

A figura 23 mostra a estrutura de armazenamento utilizada pela maioria das cooperativas do RS. A produção agrícola normalmente é estocada nas cooperativas até o período que antecede a próxima safra de cada cultura agrícola, que normalmente se caracteriza no momento de liberar espaço e ser transportada para a indústria ou para o porto para exportação.

Figura 23 – Silos de uma unidade de recebimento de grãos da Cotripal Cooperativa agropecuária no Rio Grande do Sul.



Fonte: www.cotripal.com.br, acesso em jul., 2016.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

Em alguns estabelecimentos rurais com grandes produções de grãos e capitalizados, está sendo investido em armazenamento próprio através da construção de silos metálicos, (Figura 24).

Figura 24 – Silo metálico para armazenamento da produção agrícola em estabelecimento agropecuário no município Júlio de Castilhos/RS.



Fonte: Trabalho de campo, 2008¹⁴.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

¹⁴ Trabalho de campo realizado em 2008, utilizado como base para elaboração da dissertação intitulada: A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS: Uma nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja.

Quando a produção agrícola de grãos supera a previsão estimada, cooperativas, cerealistas e até produtores rurais utilizam os silos bolsa para armazenar temporariamente parte da produção. Os silos bolsa podem estocar grãos por tempo menor que os convencionais, (Figura 25).

Figura 25 – Armazenamento temporário em Silo Bolsa para grãos.



Fonte: <http://www.ipesadobrasil.com.br>, acesso em Jul., 2016.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

A deficiência de armazéns para a estocagem de grãos no Brasil repercute na economia, pois podem ocorrer perdas principalmente no período das safras por não haver espaço suficiente, por exemplo, para guardar grãos com grande umidade antes do processo de secagem. O período pós colheita é tão importante para o produtor quanto para os empreendimentos que armazenam a produção agrícola. A falta de local adequado para a estocagem implica em perda da qualidade dos grãos e destinos menos nobres para essa produção, agregando menor valor econômico para ambas as partes.

7.3 Participação das cooperativas na cadeia produtiva da soja.

As cooperativas agropecuárias do RS, em sua maioria, participam parcialmente na cadeia produtiva da soja, pois nem todos esses empreendimentos transformam parte significativa da produção agrícola que recebem. A maior participação na transformação da soja está na produção e comercialização de ração.

Para compreender melhor a participação das cooperativas na cadeia produtiva da soja, foi questionado ao grupo de entrevistados se houve perda no recebimento de grãos pelas cooperativas nos últimos anos. Procurou-se investigar a participação das cooperativas na cadeia produtiva da soja em relação ao recebimento e armazenamento da produção de soja. As respostas foram bastante diversificadas, pois alguns entrevistados procuraram fazer uma análise da participação da sua cooperativa e, também de um modo geral sobre as cooperativas do Rio Grande do Sul.

Para o entrevistado A, ocorreu um decréscimo na participação da cooperativa na cadeia produtiva da soja. A área e produção de soja no estado aumentaram e, ao mesmo tempo, também aumentou a participação das cerealistas particulares, pois o Rio Grande do Sul é deficiente em estrutura de armazenamento. A capacidade de armazenamento público, das cooperativas e das cerealistas não comporta o volume da produção agrícola de grãos do estado gaúcho. O mesmo entrevistado enfatiza que mesmo diminuindo a atuação das cooperativas, elas têm participação de 45% na cadeia produtiva da soja (Quadro 19).

As cooperativas ligadas ao segmento agropecuário em períodos anteriores à década de 1990 tinham maior participação e domínio de mercado na cadeia produtiva da soja, pois havia pouca atuação das cerealistas particulares. Depois da década de 90, com a expansão do sistema do plantio direto e a inserção de sementes geneticamente modificadas, foram fatores que impulsionaram a ampliação das lavouras de soja e também o incremento da produtividade. A agricultura tornou-se atrativa pela valorização da soja no mercado internacional, estimulando a fundação de várias cerealistas particulares e a se inserirem nesse nicho de mercado passando a concorrer também com as cooperativas.

Nesse sentido, o entrevistado B menciona também sobre o aumento da participação das cerealistas na cadeia produtiva da soja e acrescenta que a sua cooperativa, para se manter atuante no mercado, busca referenciar-se nas cooperativas do Paraná que já adotam o Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras. Sobre o Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras, foi melhor detalhado na parte desta tese: "Perspectivas do cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul". Além dessa medida, a cooperativa busca maior aproximação com o produtor rural inserindo-o em programas desenvolvidos pela cooperativa no

sentido de auxiliar na organização e gestão das atividades no estabelecimento agropecuário bem como no uso adequado das tecnologias (Quadro 19).

As cerealistas particulares entraram no mercado com estruturas de recebimento e armazenamento mais atualizadas e, muitas vezes, com tecnologias que facilitavam o processo de descarregamento tornando-se uma facilidade para o produtor rural. Além disso, ofereciam preços dos grãos mais atrativos que nas cooperativas, tornando um negócio interessante para muitos produtores rurais que com isso migraram com parte de suas produções para esses estabelecimentos.

Os preços praticados muitas vezes acima ou abaixo do mercado e os desvios de grãos por quadrilhas organizadas contribuíram para a falência de algumas cerealistas, comprometendo a credibilidade desse tipo de empreendimento, impulsionando os produtores a retornarem a depositar suas produções nas cooperativas.

O fato das empresas cerealistas tornarem o mercado mais competitivo, pela concorrência que se estabelece diversificando o setor, motivou os empreendimentos cooperativos a modernizarem e ampliarem suas estruturas de estocagem oferecendo melhores serviços para seus associados.

Nas percepções dos entrevistados C, D e E, as cooperativas que representam estão retomando o crescimento pelo fato de estarem aperfeiçoando a gestão e a forma de relacionamento com seus associados. Da mesma forma, também estão recuperando a participação na cadeia produtiva da soja à medida que algumas cerealistas privadas decretam falência, conferindo maior credibilidade às cooperativas (Quadro 19).

Oferecer serviços diferenciados aos associados, além de tornar atrativas as organizações cooperativas, estimulam o desenvolvimento socioeconômico e cultural da população rural que usufrui desses serviços.

As cooperativas como forma de aproximar produtor rural associado e família, criaram projetos de integração desde “Dia de Campo”, palestras informativas, até atividades recreativas, cursos de reaproveitamento de alimentos, entre outros. Essas formas de aproximação dos associados estreita vínculos que favorecem o fortalecimento das relações comerciais e sociais, criando um canal para consolidar a atuação desse segmento cooperativo.

Quadro 19 – Espaço das cooperativas agropecuárias na cadeia produtiva da soja de acordo com os entrevistados.

Cooperativa	Respostas dos entrevistados
A	Houve perda, mas como houve aumento de produção na cadeia produtiva, não foi tão significativo e, também houve o aumento da participação das empresas privadas. Participação de 45% das cooperativas na cadeia produtiva da soja.
B	No estado as cooperativas foram mais fortes, mais atuantes na cadeia produtiva de soja, hoje a concorrência é mais acirrada pelos grandes grupos. A cooperativa cresceu espelhando-se nas cooperativas do Paraná, atuando mais próximo dos agricultores e aproximaram os produtores do conhecimento da cadeia produtiva da soja – organização, gestão e tecnologia.
C	Houve ganho pela melhoria da gestão das cooperativas do estado. Houve uma maior credibilidade, maior nas cooperativas em função de algumas cerealistas particulares que “quebraram” e os produtores olham a credibilidade. De 2014 a 2015, aumentou em 24% em recebimento de soja.
D	A cooperativa investe no potencial produtivo (aumento da produtividade, pesquisa sendo referência internacional – terra = indústria) em campo experimental da cooperativa. Produção – agrega valor, participação de parte da cadeia produtiva. Setor primário – agrega valor por ser tratado como indústria (tecnologias de produção, metas, investimento de pesquisa, menor risco que indústria de beneficiamento). Mesmo participando de parte da cadeia produtiva a participação da cooperativa aumentou. Agricultura de precisão – meta de produtividade (sementes e técnicas adequadas para a região).
E	Houve ganho de um modo geral, recuperou espaços de cerealistas que “quebraram” e, abriu espaço para as cooperativas.

Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

Por outro lado, os empreendimentos para manterem-se no nicho de mercado que estão inseridos e serem atuantes na sociedade, buscam renovar constantemente seus projetos estratégicos. Foi levantado informações com os entrevistados sobre os projetos estratégicos dentro da cooperativa com o seguinte questionamento: “quais as estratégias da cooperativa na escolha dos projetos e investimentos a serem realizados pela organização (relação risco/retorno,

diversificação/nova área de atuação ou nova unidade de interesse dos cooperados? Como ocorre na rotina da cooperativa?”

Com as respostas, elaborou-se o quadro 20, que demonstra a preocupação dos gestores das cooperativas em ampliar seus negócios de forma viável e atender as necessidades da maioria dos associados.

Quadro 20 – Estratégias adotadas pelas cooperativas para manter-se no mercado.

Cooperativa	Respostas dos entrevistados
A	Ver se tem viabilidade econômica, por exemplo uma unidade nova, analisar se é viável de acordo com alguns fatores: Recebimento da produção, produção adequada e se é de interesse dos associados.
B	Manter objetivo em foco, posicionamento de mercado como estratégia e identificação da demanda.
C	Gestão democrática (nas decisões) – criou-se conselho de negócio (6 pessoas) que analisa o Todo e propõe para um conselho geral (12 pessoas) que leva as sugestões ao conselho administrativo, que por sua vez analisa. Esses conselhos têm a oportunidade de participar em treinamentos, MBA, e também pelo SESCOOP para buscar se profissionalizar.
D	1º - Esse negócio realmente contribuiria para os produtores e para a cooperativa; 2º - Planejar e ver a disponibilidade (nº de beneficiados, um projeto técnico e recursos)
E	1º - Foco: (a cooperativa não pode escolher negócio para atender apenas a um associado); - Na atividade do produto da região; - Investimentos no que está em crescimento. 2º - Tecnologia/ transgênicos – apoio ao produtor, estar sempre à frente nas inovações tecnológicas.

Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.

Org.: CARGNIN, M.,2016.

A prioridade de ampliação dos serviços das cooperativas agropecuárias no planalto do Rio Grande do Sul deve-se principalmente ao produto agrícola de maior volume de produção, que nessa parte do estado é a soja. O Rio Grande do Sul foi o maior produtor de soja do Brasil, atualmente é o terceiro maior em produção de soja no Brasil após o Mato Grosso e Paraná. Com o avanço das técnicas e a inserção gradativa do produtor rural na agricultura de precisão, tem aumentado a produtividade das lavouras, principalmente da soja. Com isso, as cooperativas agropecuárias que souberem conduzir seus negócios, poderão oferecer além de

serviços para seus associados, também desenvolvimento social, econômico e cultural, retomar seu crescimento e manterem-se atuantes no mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou investigar o desenvolvimento da atividade cooperativa agropecuária e o seu papel na organização da cadeia produtiva da soja no planalto do Rio Grande do Sul. Há uma sólida relação entre a história das cooperativas e o desenvolvimento do agronegócio da soja.

As cooperativas surgiram na Inglaterra para resolver questões de conflito referentes à exploração da mão de obra nas indústrias. No Brasil, os propósitos que originaram as cooperativas agropecuárias estavam relacionados à necessidade de organizar o mercado e diminuir a especulação agrícola, além de fornecer suporte à produção agrícola, seja do ponto de vista do armazenamento, da comercialização dos grãos, ou para a aquisição dos insumos para a lavoura.

As cooperativas do tipo agrícola surgiram no Rio Grande do Sul, assim como as cooperativas de crédito, para atender as demandas agrícolas e de serviços bancários.

A organização pelo trabalho cooperativo começou com os padres jesuítas pelo noroeste do Rio Grande do Sul em 1610. Já em 1892, estabeleceu-se a primeira sociedade cooperativa, a *Società Cooperativa Delle Convenzioni Agricoli Industriali*, uma cooperativa organizada por produtores rurais descendentes de italianos.

Após a criação dessa cooperativa, as organizações cooperativas que foram sendo criadas passaram por distintos períodos evolutivos. São destaque quatro períodos importantes que nos auxiliaram a compreender a trajetória do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul. O primeiro período data a década de 1930, em que o governo de Getúlio Vargas incentiva o desenvolvimento das cooperativas, utilizando-as como forma de amenizar os problemas sociais causados pela crise do café.

O segundo período iniciou-se nas décadas de 1950 e 60 em que no governo de Juscelino Kubitschek, as cooperativas foram estimuladas a serem disseminadoras da modernização na agricultura. Dessa forma, o governo JK promoveu a modernização da agropecuária e serviu-se das cooperativas para a operacionalização da modernização na atividade rural.

A abertura de novas fronteiras agrícolas, aumento da produção das lavouras de soja e expansão das exportações das *comodities* agrícolas são alguns dos

resultados do estímulo às cooperativas no governo JK. A década de 50 foi importante para o avanço do cooperativismo, embora tenha se expandido para suprir uma demanda do governo objetivando o aumento das exportações por meio da modernização dos processos agrícolas.

Prosseguindo, nas décadas de 1970 e 1980, configurando o terceiro período, significativo para o cooperativismo agropecuário, período de inflação alta no Brasil forçou o governo a diminuir os incentivos públicos como subsídios nos financiamentos às cooperativas e produtores rurais. Embora o governo tenha cortado subsídios, a atividade agrícola estava em ascensão de produção. Foi um período de crescimento da indústria e da agricultura, através do uso intensivo de insumos agrícolas e mecanização nos processos agrícolas. Podemos destacar nesse período a introdução do plantio direto no Brasil, em que nessa etapa, essa técnica obteve pouco sucesso e que, atualmente, é imprescindível na implantação das lavouras, além de ser uma técnica de conservação do solo. Paralelamente, as leis trabalhistas foram modificadas e tornaram-se mais rígidas, no sentido de proteger o trabalhador.

Ao final da década de 1970, a substituição das importações acelerou a inflação repercutindo no aumento da dívida externa. O Brasil entrou em recessão e o governo diminuiu novamente os incentivos às cooperativas e aos proprietários de estabelecimentos rurais.

Na década de 1980, houve o afastamento do setor público do mercado agropecuário e dos financiamentos agrícolas. Para suprir essa lacuna deixada pelo setor público, as cooperativas passaram a exercer também a função dos bancos em fornecer empréstimos subsidiados aos seus associados. Com a liberalização econômica estabelecida pelo plano Collor, os produtos agrícolas brasileiros e estrangeiros passaram a ser concorrentes. Entretanto, o custo da produção agrícola brasileira aumentou que aliado à oscilação de preços no mercado internacional, aos cortes dos financiamentos, as restrições financeiras e as dificuldades das cooperativas em administrar essas novas situações, causaram grandes desequilíbrios nestes empreendimentos. Esses foram os principais fatores responsáveis pela situação de endividamento das cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul. As décadas de 1970 e 1980 foram períodos de expansão territorial das cooperativas agropecuárias, assim como um marco da desestabilização econômica e endividamento das mesmas.

O quarto período que iniciou na década de 1990 e estende-se até o momento atual. A década de 1990 foi uma etapa dinâmica para a atividade rural. Também foi uma nova época para as organizações cooperativas em que a abertura nacional ao capital externo, as privatizações e o estímulo à livre concorrência pressionaram as cooperativas a reorganizarem a forma de conduzir suas atividades. As cooperativas que conseguiram se atualizar e se adaptar à nova situação de mercado e de novas demandas internacionais passaram a se reorganizar num processo de reafirmar, manter e ampliar seus territórios de ação.

A atividade rural foi beneficiada pelo aprimoramento e consolidação da técnica do plantio direto mecanizado e pela aprovação da Lei Kandir que proporcionou o aumento das exportações brasileiras de *comodities* agrícolas realizadas pelas cooperativas. Essa lei deu maior impulso nas exportações brasileiras pelas cooperativas, entretanto desencadeou uma sequência de insatisfação pelos estados exportadores de *comodities* agrícolas, pois implicou na queda de arrecadação de ICMS.

O Plano Real possibilitou o controle da inflação e, nesse mesmo período ocorreu a consolidação do Sistema Plantio Direto, a criação do Pronaf que foram incentivadores na valorização também dos pequenos estabelecimentos rurais. O quadro de associados das cooperativas atende a associados com pequena produção rural até os grandes produtores rurais. Dessa forma, as cooperativas que possuem um grande número de associados com pequena produção agrícola foram também beneficiadas, pois aumenta a possibilidade de também esses associados quitarem suas dívidas com a cooperativa.

Por outro lado, a década de 1990 foi um período em que ocorreu liquidação de grandes cooperativas, a exemplo disso cita-se a Coopasso e, mais recentemente, o caso da Cotrijuí em processo de liquidação. Essas cooperativas estão situadas numa porção do planalto do estado Gaúcho privilegiada por apresentar solos férteis e apropriados para a lavoura de soja. Tendo em vista a situação de endividamento das cooperativas no Rio Grande do Sul, o governo estabeleceu o RECOOP em 1998. Com o RECOOP, foi possível a renegociação das dívidas das cooperativas e a reorganização na forma de administrar de acordo com o contexto mundial. Uma das exigências do RECOOP foi a modernização da gestão dessas empresas. O RECOOP foi de certa forma um reconhecimento da importância econômica e social das cooperativas agropecuárias para a sociedade onde são atuantes.

Nesse sentido, nas décadas de 80 e 90, as cooperativas agropecuárias passaram por um período de endividamento e precisavam reorganizar-se. Em 2001, o governo criou uma medida provisória que estabeleceu o RECOOP e o SESCOOP. O RECOOP possibilitou renegociar as dívidas das cooperativas. Em situação de crise, surgem novas ideias e oportunidades para reorganizar e manter-se atuantes no mercado. As dificuldades econômicas proporcionaram momento de reorganização para retomar a atividade cooperativa. O RECOOP objetivou oferecer condições de modernizar a forma de gerenciar essa atividade. Já o SESCOOP serviu para oportunizar a formação profissional para o trabalho cooperativo e disseminar as ideias do cooperativismo na sociedade, principalmente, aos gestores e colaboradores das cooperativas, se estendendo aos cooperados e familiares.

Da década de 1990 à década de 2000, com o maior controle da inflação, foi o início para o período da estabilização e reorganização das cooperativas agropecuárias do planalto Gaúcho.

Como já mencionado anteriormente, a primeira cooperativa agrícola no Brasil, a *Società Cooperativa Delle Convenzioni Agricoli Industriali* foi fundada por imigrantes em 1892. Os imigrantes instalados no Rio Grande do Sul tinham por objetivo desenvolver a agricultura. Com o progresso dessa atividade e as novas demandas, foram sendo criadas as cooperativas agrícolas. A entrada da imigração, alemã e da italiana, principalmente, nos estados do sul do Brasil implantaram o cooperativismo voltado ao setor rural.

No Rio Grande do Sul, o cooperativismo agrícola inicialmente se estabeleceu na parte noroeste, onde passaram a demarcar território com a criação da primeira cooperativa. Os imigrantes passaram a territorializar os conhecimentos prévios sobre o cooperativismo e a colocar em prática essa atividade, pois a vinda destes para o Brasil tinha por objetivo povoar e desenvolver a agricultura. Dessa forma, havia a necessidade de comercializar a produção agrícola de forma organizada que lhes proporcionassem retornos econômicos para reprodução socioeconômica de suas famílias. E as cooperativas seriam as mais adequadas para suprir essa demanda.

As cooperativas agrícolas do Rio Grande do Sul passaram a influenciar os outros estados da região sul do Brasil. Assim, passaram a desterritorializar e reterritorializar os ideais cooperativistas e não se desvincularam totalmente do modelo de cooperativismo europeu, pois várias cooperativas enviam seus gestores

para conhecer e buscar novas ideias sobre o atual funcionamento das cooperativas agrícolas nesse continente.

Algumas cooperativas Gaúchas foram além da região sul, estabelecendo territórios em outros estados como Goiás e Mato Grosso e não foram bem-sucedidas nessa ampliação territorial. Além das condições econômicas da cooperativa, para uma nova territorialização, é necessário também averiguar o vínculo cultural da composição social nos locais em que atuam. A história e a cultura de um povo são fatores importantes e demonstram como esse povo vai promover as formas de relacionamento de uma organização. O aspecto cultural é gerador de identidade e também está presente nas relações de poder entre organizações.

Dessa forma, o território das cooperativas passou a ter caráter mais fluido dependendo das relações de poder que se estabelecem em determinado espaço, por exemplo, no conjunto de atuação territorial de cerealistas particulares e cooperativas locais e de outras regiões do Brasil.

Nesse contexto de fluidez das atividades organizacionais, a CCGL foi criada em 1976 para atender a demanda na produção de leite e, mais recentemente por demanda no escoamento da produção de soja através dos terminais portuários, passando a atender as novas exigências do mercado. Um grupo de cooperativas agrícolas criou essa Central para melhor organizar esse nicho de mercado, assessorando as cooperativas. A CCGL foi reorganizada e passou a atuar como facilitadora e organizadora, prestando serviços às cooperativas associadas nas áreas de desenvolvimento de técnicas (CCGL Tec), Logística (CCGL Log) e no recolhimento e na industrialização do leite (CCGL Lac). A CCGL continua a oferecer suporte para os grupos de cooperativas no que se refere ao escoamento da produção de grãos e de leite. Além disso, modernizou os descarregamentos nos terminais portuários, em que atua, por meio do Sistema Pampa com o agendamento de cargas.

A construção territorial das cooperativas passou, após a globalização, a ter um caráter mais fluido, como já mencionado anteriormente, pois tornou-se a ampliar a atuação de outros empreendimentos nesse nicho de mercado. A relação entre cooperativa e cooperado passa a ter menor estabilidade pela relação de poder que se estabelece entre organizações voltadas para a atividade agrícola. Ocorre maior oferta de serviços e facilidades aos proprietários de estabelecimentos rurais.

O território se estabelece em dois aspectos, um relacionado à parte fixa evidenciada pela estrutura física da cooperativa e o outro ao caráter fluido estabelecido pela competitividade, disputa de fornecedores, associados, tecnologias que desenvolve e dissemina e poder de influência aos consumidores.

Dessa forma, um território mantém-se pela relação de poder que um grupo ou organização mantém com uma determinada sociedade e porção do espaço. A territorialidade é uma relação entre atores, sendo um somatório de relações mantidas por uma organização ou sujeito com o seu meio, é dinâmica e está sujeita a variações no tempo. É uma tentativa de um grupo ou organização de influenciar ou controlar pessoas, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. A permanência do território de ação está basicamente relacionada às relações de poder que as cooperativas agropecuárias exercem nas suas áreas de atuação.

Nesse contexto, à medida que uma organização estabelece um território passa a existir uma nova territorialidade, que é o somatório das relações que um sujeito estabelece com o meio. Nesse conjunto de relações, estão a cultura, as experiências vivenciadas que conferem importância na relação do sujeito com o espaço. A cultura faz a vinculação do espaço físico ao território, que é geradora de identidade. A criação do vínculo que gera a identidade está relacionada também à história da cooperativa que tem relação direta com o poder simbólico que esta imprime no espaço. Os antecedentes históricos são fontes que auxiliam na compreensão da construção da identidade. O território de influência de uma cooperativa vai além do espaço físico que ela ocupa, isso demonstra a influência da identidade social com o empreendimento.

O território é um sistema de ação entre atores, esta é a leitura realizada por Di Méo (2006), este agente territorial, o ator, representado por uma entidade, uma organização com capacidade de agir em escala maior que um ator materializado em um indivíduo. Para a pesquisa, uma cooperativa agropecuária apresenta essas características de ação territorial de ampla abrangência. O território de uma cooperativa representa esse sistema de ação e simultaneamente de poder, pois ela é um ator que disputa espaço e manutenção de seu território ou ampliação do mesmo.

O território é o resultado da força simbólica da cultura em que o empreendimento cooperativo está inserido e que é reforçado pelo vínculo da

identidade que o associado e sua família estabelecem com essa organização. Então, pode-se afirmar que a continuidade da atividade cooperativa não depende somente dos aspectos econômicos em que a cooperativa se encontra, mas também da identidade que cada cooperado desenvolve com a empresa.

Esse processo ocorre quando as equipes de gestores das organizações compreendem que gerenciar não significa organizar quadro de funcionários qualificados e serem bons conhecedores do funcionamento do mercado. Além disso, é importante conhecer e valorizar a cultura nos locais onde atuam, para que ela seja um fator de crescimento para cooperativa e cooperado, atingindo com êxito os princípios do fazer cooperativo.

Cabe ressaltar que as organizações cooperativadas foram criadas no Brasil principalmente por descendentes de imigrantes europeus. A imigração europeia representada principalmente pelos italianos e alemães reterritorializaram as experiências do cooperativismo que trouxeram da Europa. Nesse processo de construção do território das cooperativas, deixaram impressos os aspectos culturais que suas experiências de vida de seus locais de origem. Por isso, a construção da identidade cooperativista de cada organização cooperativa é diferente e com intensidades distintas para cada parte do Rio Grande do Sul. A composição do quadro de cooperados com predominância de população, por exemplo, alemã tem uma forma de organização diferente da cooperativa que prevalece os sócios descendentes de italianos.

A identidade cooperativista passa a ser fortalecida pelo grau de confiança que esse associado mantém com a cooperativa que acaba por estabelecer maior laço cultural e econômico.

Para conciliar essas diferenças culturais e de interesses, o gestor precisa ter a sensibilidade de juntamente com a adoção de metodologias, melhor conduzir um empreendimento e reconhecer quem são os cooperados que compõem a cooperativa, ou seja, os aspectos socioculturais da população no seu território de ação.

No contexto atual, a gestão das cooperativas deve estar atenta às transformações que ocorrem na sociedade. A gestão de pessoas, a profissionalização dos gestores, o conhecimento sociocultural da comunidade local, são pontos importantes para manter-se atuante no mercado.

Gerenciar uma organização é tarefa desafiadora, pois não há fórmula que esteja adequada para todos os empreendimentos. Cada empreendimento busca métodos mais adequados às condições socioculturais e econômicas locais e internacionais. O mercado funciona em rede e tornou-se mais exigente pelas mudanças que ocorreram após a globalização.

Os empreendimentos cooperativos atentos a essas mudanças buscaram aperfeiçoar seus processos administrativos e seus colaboradores no sentido de realizar a profissionalização gradativa para atender às novas demandas da sociedade capitalista.

As cooperativas, principalmente as que têm mais de 50 anos de atuação, já possuem amplo conhecimento sobre os processos da atividade cooperativa. A modernização na forma de gerenciar esse tipo de empreendimento não significa excluir as pessoas inseridas nesse processo por mais tempo. Ao contrário, somar às experiências que geram resultados positivos, profissionais capacitados para conduzirem em conjunto a atividade cooperativa buscando adaptar-se ao contexto cada vez mais fluido do mercado. Essa união de experiência com a renovação profissional não é tarefa fácil, pois a administração é composta de pessoas e, por vezes, demonstram resistência às novas situações. Outra situação que pode gerar resistência configura-se na possibilidade de fusões ou incorporações de empreendimentos cooperativos em dificuldade econômica.

A fusão, a incorporação e a liquidação da atividade de cooperativas é uma demonstração de que a atividade cooperativa agropecuária demanda de renovação. É visível a redução do quantitativo de cooperativas agropecuárias registradas na OCERGS, de 2001 até 2016, em 15 anos deixaram de existir 94 cooperativas no ramo agropecuário.

A gestão das cooperativas está organizada tendo por base os sete princípios que regem o cooperativismo: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos associados; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; compromisso com a comunidade. Esses princípios são os responsáveis por diferenciar um empreendimento mercantil de uma cooperativa. O gestor atento de uma cooperativa leva em consideração no momento do planejamento os princípios do cooperativismo juntamente com as características do espaço onde está inserido o empreendimento, dentre elas a cultura da população.

Nesse contexto, no Rio Grande do Sul, as cooperativas foram, desde a sua implantação, responsáveis por realizar a ponte entre as atividades rurais e a cidade. As cooperativas agrícolas foram e continuam sendo as principais disseminadoras de tecnologia. O processo de modernização agrícola iniciou-se com o uso massivo de insumos agrícolas, a mecanização do trabalho agrícola e novas técnicas como o SPD foram formas de acelerar o tempo de produção agrícola no espaço rural.

As demandas do espaço urbano também foram responsáveis por essas mudanças impostas ao rural. Assim que o processo de industrialização avançava, também atingia as atividades rurais no sentido de aperfeiçoar os processos de produção. As relações de trabalho também foram modificadas e pontuam mudanças importantes nas relações socioeconômicas e tecnológicas entre o meio rural e o urbano. Ocorreu melhoria na qualidade de vida das populações no campo, assim como nas condições de trabalho, em contrapartida reduziu o quantitativo de pessoas residindo no espaço rural.

No planalto do Rio Grande do Sul, a agricultura tem ocupado ao longo do tempo uma posição de relevância. Paralelamente, as cooperativas passaram a ter grande importância no suporte à atividade agrícola, ao mesmo tempo que foram geradoras de postos de trabalho e coadjuvantes para outras atividades no espaço urbano. Para muitas cidades gaúchas, principalmente as de pequeno porte, a atividade agrícola e simultaneamente a atividade cooperativa são indicadores de desenvolvimento socioeconômico desses locais.

A estrutura nas lavouras, de equipamentos e de tecnologias fornecidas pelas lavouras de arroz e trigo foram importantes para a rápida expansão da lavoura de soja no planalto do Rio Grande do Sul. A maior parte das cooperativas agropecuárias assim nomeadas atualmente possuía na descrição nominal “triticola”, pela vinculação a atender a demanda comercial da lavoura de trigo.

A lavoura de soja foi determinante para dar novo impulso à atividade cooperativa, pois a de trigo passava por crise. Foi nesse período também que ocorreu a expansão territorial das cooperativas agrícolas mais capitalizadas. As cooperativas da era sojicultora passaram a disseminar em larga escala tecnologias e técnicas para a agricultura, além de serem fornecedoras de insumos, armazenadoras e responsáveis parcialmente pela industrialização e pela comercialização da produção de seus cooperados. Dessa forma, a cooperativa

agropecuária é participante parcialmente em todos os processos da cadeia produtiva da soja.

A industrialização da soja foi um serviço prestado pelas cooperativas que não teve muito sucesso, pelo contrário, foi responsável por desequilibrar financeiramente algumas cooperativas na década de 1970. Acrescenta-se também que a produção resultante da lavoura de soja foi contraditoriamente responsável parcialmente pela crise nas cooperativas na década de 70 e por revitalizar as cooperativas agropecuárias a partir da década de 1990.

As cooperativas fazem a intermediação entre a indústria e a agricultura prestando serviços essenciais ao desenvolvimento da atividade, desde o planejamento e a implantação da lavoura até a comercialização da produção agrícola depositada na cooperativa.

A lavoura de soja passou por períodos de expansão e em outros de retração de áreas. A isso se atribui fatores internos e externos à lavoura, como clima exigências de mercado, preço do dólar. A atividade cooperativa também acompanha as oscilações da atividade agrícola e também é afetada pelas regulamentações do governo que interferem nos subsídios ou na falta desse amparo governamental.

Entretanto, a gestão inadequada, a grande crise das cooperativas ocorrida na década de 1980, a especulação de produtos agropecuários, inflação sem controle e o corte de subsídios estatais são os principais fatores que auxiliaram para compreender a situação de endividamento de cooperativas agropecuárias no planalto Gaúcho.

O decréscimo do quantitativo de cooperativas agropecuárias demonstra a falta de adequação desse tipo de empreendimento às mudanças na sociedade. Ao longo dos mais de 50 anos de fundação das cooperativas tritícolas, ocorreram significativas mudanças políticas, econômicas, tecnológicas e nas relações internacionais. As cooperativas agropecuárias, alvo da pesquisa, estão gradativamente se adequando à forma de administrar esse tipo de empreendimento, inserindo profissionais qualificados não cooperados e valorizando os gestores que já atuam nesse campo, visando à continuidade no mercado.

De modo geral, constatou-se que há uma certa resistência à profissionalização da gestão das cooperativas, bem como, a resistência na mudança dos atuais gestores que atuam nessa função, em alguns casos há mais de 20 anos. Essa resistência ocorre em todas as esferas das cooperativas, partindo dos

associados aos funcionários, que está relacionada a dois fatores: períodos de crise sofridos pelas cooperativas e a dificuldade de sair da zona de conforto pessoal.

A gestão inadequada ao contexto socioeconômico local, nacional e internacional foi o principal motivo mencionado, responsável pelo insucesso e pelas dificuldades financeiras das cooperativas agropecuárias no planalto do Rio Grande do Sul. Essa inadequação refere-se principalmente à deficiência no modelo de gestão, falta de controle de custos, especulação de produtos agrícolas e o desvio de função das cooperativas servindo de financeiras aos seus associados. A concessão de crédito e regalias concedidas pelas cooperativas aos associados foi um risco assumido por esses empreendimentos, que não eram de sua atribuição.

A consolidação e a permanência do território de uma cooperativa estão relacionadas a dois importantes fatores: a qualidade da gestão e à vinculação da cooperativa no espaço onde está inserida geradora de identidade ao seu quadro de cooperados. A melhoria na prestação de serviços pelas cooperativas, eventos socioculturais envolvendo a família do sócio foram formas encontradas pelas cooperativas para fortalecer o vínculo de seus associados.

As instabilidades financeiras, a liquidação e incorporação de algumas cooperativas agropecuárias do planalto do Rio Grande do Sul, a expansão de cerealistas e a valorização dos produtos agrícolas oportunizaram a redefinição dos territórios das cooperativas desse ramo. Essa redefinição de territórios implicou a sobreposição de territórios de atuação das cooperativas no planalto do Rio Grande do Sul.

As cooperativas agropecuárias são adequadas e atuam nas diversas etapas do agronegócio colaborando nos processos antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira nos estabelecimentos agropecuários. As cooperativas agropecuárias atuam mais intensivamente na etapa depois da porteira que compreende o recebimento, armazenamento e a comercialização da produção agrícola de seus associados.

O redesenho na construção territorial dos empreendimentos cooperativos na sociedade está associado ao ramo de atividade econômica que a empresa desenvolve. No Rio Grande do Sul, o planalto é a área de maior concentração de cooperativas ligadas à atividade agrícola. E, também à região do estado em que apresenta um conjunto de fatores favoráveis ao desenvolvimento pleno da lavoura de soja, como: as condições climáticas e edáficas aliados às novas técnicas e

tecnologias. Nesse contexto, as cooperativas agropecuárias conquistaram seu espaço e reconhecimento de seu importante papel na participação parcial em todas as etapas da cadeia produtiva da soja.

Constatou-se que o período atual do cooperativismo agropecuário no planalto do Rio Grande do Sul é de redefinições após ter superado o período de maior instabilidade e endividamento nas décadas de 80 e 90, para permanecer atendendo às demandas de seus sócios sem perder a identidade cooperativa.

Embora o ramo de cooperativas agropecuárias tenha surgido no Rio Grande do Sul, foi o estado do Paraná que tomou posição no sentido de buscar soluções para superar as crises vivenciadas pelas cooperativas, através da criação do Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras, adotado posteriormente pela OCEPAR e estendendo-se gradativamente aos demais estados brasileiros.

As cooperativas agropecuárias do planalto do estado Rio Grande do Sul são responsáveis por uma parcela das exportações realizadas diretamente com os países importadores. Nesse estado, ocorre nos terminais portuários organizados pela CCGL. As exportações realizadas pelas cooperativas contribuem para aumentar o PIB brasileiro, bem como para o desenvolvimento socioeconômico que esses empreendimentos proporcionam ao transformar parte da produção agrícola, agregando valor e a geração de trabalho à sociedade brasileira. Isso contribui também para a permanência da população na atividade rural.

Verificou-se que a existência de uma cooperativa e cooperados apresenta uma relação recíproca e simultânea, pois a razão da criação desse tipo de organização está no auxílio que elas oferecem para a reprodução socioeconômica de seus associados e familiares e por proporcionar crescimento econômico para a sociedade através da geração de trabalho. Por isso, o relacionamento comercial e não comercial entre cooperativa e cooperado devem ser valorizados como recursos básicos para a reprodução social de cooperados e a continuidade das cooperativas no mercado. A relação de proximidade entre cooperativa e cooperado permite aos cooperados serem construtores de sua própria história à medida que eles mantêm uma vinculação identitária, pois os mesmos também são corresponsáveis pelas decisões nos rumos da cooperativa. Ao mesmo tempo que a cooperativa proporciona estreitar laços que vão além do comercial, também possibilita o desenvolvimento socioeconômico.

Dessa forma, a relação da cooperativa com os cooperados está associada a atender de forma equilibrada no âmbito econômico, social e político. O desafio para elas é conseguir atender aos interesses coletivos dos associados e manter-se atuante no mercado.

O sistema cooperativo foi pensado para ser capaz de gerar desenvolvimento econômico e bem-estar social para seus associados, familiares e à comunidade em que está inserida. Constatou-se que boa parte da sociedade desconhece o papel que as cooperativas desempenham no desenvolvimento socioeconômico. A imagem que permanece, em muitos casos, é a das cooperativas que liquidaram suas atividades. A crise pelo qual o cooperativismo agropecuário passou criou uma imagem de desconfiança na sociedade. Para mudar essa imagem deixada na sociedade, as cooperativas podem investir mais na divulgação de suas contribuições no âmbito social, ambiental, cultural e econômico à população e o significado de cooperar na sociedade.

Além dessas ações das organizações cooperativas, é importante o trabalho em conjunto com as escolas no sentido de conscientizar sobre a importância da cooperação e das cooperativas, pois todos nós consumimos direta ou indiretamente algum produto ou serviço fornecido por elas.

Ao concluir esta pesquisa, esperamos ter contribuído para uma leitura dos aspectos que envolvem a compreensão da geografia agrária, contextualizando-a no papel das cooperativas na construção e organização espacial da lavoura de soja no planalto do Rio Grande do Sul e suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico nesse estado gaúcho.

Por fim, considerando que a pesquisa desenvolvida para esta tese foi realizada no Rio Grande do Sul, estende-se a possibilidade de realizar pesquisa semelhante sobre o cooperativismo agropecuário em outros estados do Brasil.

BIBLIOGRAFIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **Agricultura & capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

ARAÚJO, P. F. C. de; SCHUH, G. E. (Org.). **Desenvolvimento da agricultura: Análise de política econômica**. São Paulo: Pioneira. 1975.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE - histórico, situação atual e perspectivas**. Disponível em: <http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/as%20cooperativas%20agropecuarias%20e%20o%20brde.pdf> Acesso em: set. 2016.

BELLINASSO, Luciana. **Análise de mercado Complexo da soja**. (Monografia de Especialização em Gestão Estratégica Empresarial) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002, 43f.

BENETTI, Maria D. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: Concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: Secretaria da Coordenação e do Planejamento. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

_____. **A origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980**. (Tese de Doutorado) 3. ed. Porto Alegre: FEE, 1992. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/teses>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: Um ensaio analítico**. In: Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV. Viçosa, 2002.

BERGOLI, Bernardo Delfino. **Os condicionantes da (In) sustentabilidade do sistema de produção de soja no Planalto gaúcho – um estudo exploratório**. (Dissertação de Mestrado em Extensão rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002, 125f.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. Os fundamentos da significância da vida humana. In: BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido. A orientação do homem moderno**. Tradução: Edgar Orth. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, p. 13 - 24

_____. Significância nas relações sociais, coincidência de sentido e as condições gerais para o surgimento da crise de sentido. In: BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido. A orientação do homem moderno**. Tradução: Edgar Orth. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, p. 25 – 36.

BEZZI, Meri Lourdes. **São Borja, transformações no espaço agropecuário: O processo de despecuarização**. (Dissertação de Mestrado em Organização do Espaço). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, SP. 1985, 222f.

BEZZI, Meri Lourdes; CARGNIN, Monica; et al. **RS: Uma Proposta de Regionalização considerando os Aspectos Geoeconômicos**. Relatório Técnico: Proade 2. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

BOMBARDIERI, Gilberto. **A Nova “Revolução Verde” da agricultura** – implicações político-sociais e ambientais no cultivo de plantas geneticamente modificadas. (Dissertação de Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2000. 108p.

BRUM, Jacob Argemiro. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Vozes, 1988.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Florianópolis: Estudos Feministas, 12(1): 360, janeiro-abril/2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>>. Acesso em jan., 2016.

CALLAI, Jaeme Luiz. **FECOTRIGO: Um trabalho de união (50 anos)**. Porto Alegre, Fecotrigo: 2008.

CNTP – EMBRAPA, FUNDACEP – FECOTRIGO FUNDAÇÃO ABC. **Plantio Direto no Brasil**. Passo Fundo: editora Aldeia Norte, 1993, p.166.

CARGNIN, Monica. **A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS: Uma nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja**. 2009. (Dissertação de Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2009. 164f.

CARRION JÚNIOR, Francisco M. **RS: Política econômica e alternativas**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1981.

CASTRO, Antônio Maria Gomes. **Análise da competitividade de cadeias produtivas**. Manaus: EMBRAPA, Ago., 2000, Disponível em: <<http://www.temasemdebate.cnpm.embrapa.br/textos>>. Acesso em: 29 jan. 2008.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul (1950 – 75)**. Porto Alegre: FEE. 1984.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira. Grãos: Safra 2010/2011**. Décimo primeiro levantamento. Agosto 2011. Brasília: CONAB, 2011. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>> Acesso em: mar. 2016.

_____. **Levantamento de safra**. Safra 2016/2017. Oitavo levantamento. Maio de 2017. Brasília: CONAB, 2017. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>> Acesso em: maio. 2017.

_____. **Armazenagem Brasil Cenário Atual março/2014**. Brasília: CONAB. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>> Acesso em: mar. 2016.

DAL MAGRO, Glenio Piran; SPANEVELLO, Rosani Marisa. Panorama da diversificação dos negócios nas cooperativas agropecuárias do norte gaúcho. **48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e sociologia Rural –SOBER.** 25 a 28 de julho, 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/528.pdf>> Acesso em: mar. 2016.

CORREA, Roberto L. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.** Campinas/São Paulo: Ed. Da UNICAMP, 1985, 240 p.

DI MÉO, Guy. Les territoires de l'action. In: **Bulletin de la Société Géographique de Liège**, 2006. p. 7 – 15.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo.** Cadernos de Pesquisa. nº 115, p.139 – 154, mar. 2002. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: dez. 2014.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. **Tecnologia de produção de soja na Região Central do Brasil 2004.** Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br>> Acesso em: mar. 2016.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Soja. **Soja em números (safra 2014/2015).** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>> Acesso em: ago. 2016.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. **Agricultura de precisão.** Disponível em: <<https://www.macroprograma1.cnptia.embrapa.br/redeap2>> Acesso em: ago. 2016.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. de. et al (Org.). **Geografia: Conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 207 - 238.

FARIAS, Fernando Rodrigo. **O cooperativismo agropecuário no sul do Brasil.** XI Encontro Nacional da ANPEGE, 9 a 12 de Out., de 2015.

FEIX, Rodrigo Daniel; LEUSIN JÚNIOR, Sérgio. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2015.** Porto Alegre: FEE, 2015.

FERNANDES, António Teixeira. **Espaço social e suas representações.** Comunicação apresentada ao IV Colóquio de Geografia. Porto, 1992.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A desigualdade regional no Brasil Meridional. **Revista Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF**, v.12, nº 24, p. 123 – 149, 2010. Disponível em <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/386/0>>.

_____. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luiz Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Org.). **Rio Grande do Sul paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

_____. **A pecuária empresarial como agente modernizador na região da campanha**. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h11-01.pdf> Acesso em: jan. 2014.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do RS – 2001**. FEE: 2001, CD ROOM.

_____. **25 anos de economia gaúcha**. A agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da FEE, v. 3, 1978.

FURTUOSO, M. C. O; GUILHOTO, J. J. M. Estimativa e mensuração do produto interno bruto do agronegócio da economia brasileira, 1994 a 2000. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, v. 41, n. 4, p. 803 – 827, 2003.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A Questão agrária e ecologia**: Crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense. 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M.E. **A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro**. Seminário Internacional Campo-Cidade. PARANÁ/PNUD. Curitiba- PR. 1998. (versão ampliada não publicado).

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Agronegócio cooperativo: A transição e os desafios da competitividade. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v.7, n. 1, jan./jun.,2006.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de administração de empresas. v.35, n.2, p. 57 - 63, 1995. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: dez. 2014.

GONÇALVES, Jackson Eduardo. **Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação**: Um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra> Acesso em: set. 2013.

GOTTEMS, Leonardo. **Plantio direto já chega a 78,5% da superfície Argentina**. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/noticias/plantio-direto-ja-chega-a-78-5-da-superficie-argentina-_197737.html> Acesso em: jun. 2016.

GÜNTER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa**: Esta é a questão? Maio-ago. 2006. Vol. 22, n. 2; p. – 201 - 210 Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: out. 2015

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: Ed. UFF; São Paulo: Contexto, 2002, p. 117 – 141.

_____. Identidades territoriais: Entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: Do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: Org.: ARAÚJO,

Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33 – 56.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: Geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

HERÉDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona n. 94 (10), ago. 2001.

Histórico de Guarantã do Norte/MT. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=510410>> Acesso em: out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidades @> Acesso em: set. 2006.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: nov. 2013.

KRAUSE, Luiz Elimar; KONZEN, Otto Guilherme. Autonomía financiera, liquidez y capitalización interna como factores de desarrollo global en cooperativas agropecuarias de Río Grande del Sur Brasil. CIRIEC-España, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 43, nov., 2002. Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative Valencia, Organismo Internacional. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/174/17404305.pdf>> Acesso em: ago. 2016.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KRUG, Ernesto Enio Budke. **Projeto de Cooperação Técnica “Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável”**, IICA / NEAD – MDA, 33p., 2008.

LAGO, Adriano. **Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário**. (Tese de Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 178f.

LAGO, Adriano; Silva, Tania Nunes da. **Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário**. Porto Alegre: Sescop/RS, 2011. 206 p.

LAJARGE, Romain. Pas de territorialisation sans action (et vice versa?). In VANIER, Martin. **Territoires, territorialité, territorialisation**. Controverses et perspectives. Grenoble. 2009. p. 193 – 204.

LEFEBVRE, Henri. Da cidade à sociedade urbana. In: LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte. Ed. da UFMG, 1999, p. 15 – 32.

Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 – **Lei Kandir**. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/artigos> Acesso em: ago. 2016.

MARAFON, Gláucio José. **A dimensão espacial do complexo agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul**. (Tese de Doutorado em Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. 225f.

MARCONI, M. de A.; LACATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens técnicas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1986.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e pesquisa. V. 30, nº 2, p. 289 – 230, 2004. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: dez. 2014.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: Do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000. (Coleção Prismas/PROPP).

MEGIDO, José Luiz Tejon; XAVIER, Coriolano. **Marketing & Agribusiness**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIRANDA, José Roberto de. **História da soja**: A trajetória da cultura da soja na história da humanidade. Campinas: Komedi, 2010. 107p.

MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990, p. 9 – 23. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense**. São Paulo: Ática. 2003.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: Ensaio de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, Vilmar Rodrigues; SILVA, Christian Luiz da; MORAES, Edmilson Alves de; PROTIL, Roberto Max. O cooperativismo e a gestão dos riscos de mercado: análise da fronteira de eficiência do agronegócio paranaense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.50, n.1, Brasília. Jan./Mar. 2012.

NASSIF, Maria Inês. O avanço das commodities. **Revista desafios de desenvolvimento - IPEA**. Brasília, n. 66, 2011.

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br>> Acesso em: abr. 2016.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira. **Manual de gestão das cooperativas**: Uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001.

ORGANIZAÇÃO das cooperativas do Rio Grande do Sul/OCERGS. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo>> Acesso em: jan. 2014.

_____. **Conceitos e princípios do cooperativismo**. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ocergs.com.br>> Acesso em: fev. 2013.

_____. **Cooperativismo: Orientações básicas**. Porto Alegre: Ocergs, 2001.

PAIVA, Ruy Miller. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: Uma reformulação. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.5, n.1, jun., 1975. Rio de Janeiro, p. 117 – 161.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Redes de poder & territórios produtivos**. São Carlos: Rima Ed. da UFSCar, 2000.

PEDROZO, E. de A. Análise de cooperativas agrícolas através da utilização de estratégias industriais. In: **ENAPAD**, 17. Anais... 27 a 29 de setembro de 1993, Salvador/BA, v.5, Administração Rural, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. Manual de cooperativismo. São Paulo: CNPQ, v.1, 1982.

QUEIROZ, Maria Izaura P. Do rural e do urbano. In: QUEIROZ, Maria Izaura P. **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro. Livros técnicos e científicos/USP. 1978, p. 46 – 67.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 143 – 163.

RATZEL, F. O povo e seu território. Tradução de Fátima Murad e Denise Bottman. In: MORAES, A. C. R. (Org). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990, p. 73 – 82. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

RODRIGUES, R. Novos tempos para o cooperativismo. **Revista de política agrícola**. Brasília, n.33, jul./ago./set. 1999.

RODRIGUES, Aline de Lima. **O processo de reorganização do espaço agrário no município de Rosário do Sul**. (Monografia de Graduação - Geografia Licenciatura). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2004. 61f.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches. Relevo brasileiro: Uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia**. V. 4, 1985. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47094/50815>> Acesso em: jan. 2017.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos).

RIVAS, Juan José Natera; ZAMORA, Ana Ester Batista. La evolución del sector agrícola en Tucumán (Argentina) desde finales del XIX una aproximación a través de la dinámica de los grupos de cultivos. **Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, vol. IX, n. 197, septiembre, 2005.

SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra; SAMPAIO, Yoni; COSTA, Ecio de Farias. Mudanças políticas recentes e competitividade no mercado internacional de soja. **Revista de economia e sociologia rural**. Brasília, v. 44, n.3, jul./set. 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. 3 de. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2012.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Geographia**, Niterói, ano I, n.1, p. 7 -13, Jun. 1999.

SACK, Robert David. O significado da territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 63 – 89.

SALTON, Júlio César (org.). **Sistema Plantio Direto**. O produtor pergunta a EMBRAPA responde. Brasília: EMBRAPA – SPI; EMBRAPA: Dourados – CPAO, 1998.

SCHNEIDER, José Odelso; VILLWOCK, Luís Humberto de Mello; KOTZ, Evandro; et al. A evolução do cooperativismo agropecuário brasileiro. In: **Cooperativas e integração regional. La trayectoria de las cooperativas agropecuarias y de ahorro y crédito en el MERCOSUR**. Disponível em: <http://www.econo.unlp.edu.ar/uploads/docs/cooperativas_cooperativas_e_integracion_regional_.pdf> Acesso em: ago. 2016.

SARTORI, Armando, et al. **Agricultura e modernidade: A crise brasileira vista do campo**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro. 1998.

SENNETT, Richard. O fim da cultura pública. In: SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 317 – 328.

SECRETARIA do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Ocupação do território gaúcho**. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=791&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1334> Acesso em: set., 2016.

SERVIÇO Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do estado do Rio Grande do Sul - SESCOOP/RS. **Expressão do cooperativismo gaúcho**. Porto Alegre: Ocergs/Sescoop. 2012.

_____. **Conhecendo o SESCOOP/RS**. Porto Alegre: Ocergs/Sescoop/RS, 2006.

SILVA, T. N. A participação de cooperados na gestão de cooperativas de produção: Uma análise da separação entre propriedade e controle. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: Unisinos, v. 29, n. 86, jul./set., 1994.

SILVA, Ariana Cericatto da; LIMA, Érica Priscilla Carvalho de; BATISTA, Henrique Rogê. **A importância da soja para o agronegócio brasileiro**: uma análise sob o enfoque da produção, emprego e exportação. Disponível em <www.apec.unesc.net>. Acesso em: agosto de 2013, p. 1 – 21.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território do outro, problemática do mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético versus relativismo cultural. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato. **Religião Identidade e Território**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ. 2001, p. 145 – 176.

SPÓSITO, E. S. Conceitos. In: SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. Da UNESP. 2004, p. 86 – 170.

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Rumos 2015**: Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul (Documento Síntese: SCP). Porto Alegre: SCP. 2006.

SERRA, Elpídio. **Algumas contradições entre a teoria e a prática cooperativista**. Boletim de Geografia – UEM, Ano 5 – n. 1, mar.1987, p. 53 – 69.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 1999.

SILVA, José Luiz César da. **Cadeia produtiva de produtos agrícolas**. Boletim Técnico: Universidade Federal do Espírito Santo, 2005. Disponível em: <<http://www.agais.com/ms0105.pdf>> Acesso em: jan., 2008.

SILVA, Adriana Ferreira. **Transferência interna e externa de renda do agronegócio brasileiro**. (Tese de Doutorado em Ciências) – Escola Superior de agricultura “Luiz de Queiroz”/Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2010. 140f.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Iná Elias de Castro et al (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77 – 115.

SOUZA, Renato de. **A condição organizacional: O sentido da organizações no desenvolvimento rural.** Santa Maria: Ed. da UFSM , 2012.

TEDESCO, João Carlos; BEUX, Paulo Ivan Schutz; SOUZA, Sirlei de Fátima de; CECHET, Renan. **Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo.** Porto Alegre: ed. EST, 2005.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Miopia das políticas públicas no agronegócio. **Revista desafios de desenvolvimento - IPEA.** Brasília, ano 8, n 66, 2011.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, T. T. **Identidade e Diferença.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7 – 113.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de questões para entrevista - cooperativas

Roteiro de questões para entrevista - cooperativas

Data: ____/____/2014.

Cooperativa: _____

1. Informações do entrevistado

Cargo na cooperativa: _____

Escolaridade: () Ensino fundamental incompleto; () Ensino fundamental completo; ()

Ensino médio completo; () Graduação; () Pós-graduação

2. Tempo que está na cooperativa como cooperado:

1. () não é cooperado 2. () entre 5 e 10 anos 3. () 11 a 15 anos 4. () 21 a 25 anos
5. () de 26 a 30 anos 6. () mais de 30 anos

3. Caracterização da cooperativa:

Ano de constituição da cooperativa: _____

4. Quanto ao relacionamento do cooperativismo agropecuário com a sociedade.

(Responda as afirmações que seguem de acordo com o seu grau de concordância.)

Variáveis	Discorda \longleftrightarrow Concorda				
	Totalmente				Totalmente
1. O cooperativismo agropecuário poderia ocupar maior espaço na sociedade. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
2. O cooperativismo agropecuário precisa ter mais visibilidade. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
3. As crises do cooperativismo criaram uma má imagem do sistema. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
4. O cooperativismo agropecuário está superando sua imagem e reputação.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()

Considerações:					
5. A sociedade conhece a forma de atuação e a importância do cooperativismo agropecuário. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
6. O cooperativismo agropecuário se relaciona corretamente com a sociedade. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
7. O cooperativismo agropecuário deveria divulgar mais suas ações. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
8. O cooperativismo agropecuário deveria explorar e divulgar mais suas contribuições sociais. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
9. O fato das cooperativas agropecuárias exercerem certo “monopólio” do comércio em muitas cidades, existe uma relativa repulsa por parte da comunidade local. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
10. O cooperativismo agropecuário deveria estar focado em determinados negócios de interesse dos associados. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
11. Não devemos nos preocupar com o relacionamento com a sociedade, pois sabemos do importante papel que exercemos e isso nos basta. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()

--	--	--	--	--	--	--	--

5. Informações do histórico da cooperativa:

Ano	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2013
Número do cooperados								
Número de unidades								
Produtos agrícolas recebidos								

Município sede da cooperativa:

6. A cooperativa possui cooperados em:

1. () apenas 1 município (sede)
2. () sede + alguns município (até 5).
3. () sede+ muitos municípios (mais de 5).
4. () além da sede e vizinhança, outras regiões do estado.
5. () todo o estado.

7. Principais produtos agrícolas recebidos pela cooperativa, em ordem decrescente no ano de 2013.

- 1°) _____
- 2°) _____
- 3°) _____
- 4°) _____
- 5°) _____

6.1. Agroindustrializa? () Sim () Não

8. Quais produtos são agroindustrializados e, (%) que representa do faturamento da cooperativa em 2013?

- 1°) _____ (_____%)
- 2°) _____ (_____%)
- 3°) _____ (_____%)
- 4°) _____ (_____%)
- 5°) _____ (_____%)

9. Principais atividades de negócios (insumos, supermercado, grãos, agroindústria, posto de combustível) e % que representa do faturamento?

- 1°) _____ (_____%)
- 2°) _____ (_____%)

- 3° _____ (_____ %)
4° _____ (_____ %)
5° _____ (_____ %)

10. Qual foi o destino da produção recebida pela cooperativa em 2013?

% mercado externo (2013):

% mercado interno (2013):

11. De que forma ocorre a relação entre cooperado e cooperativa no que se refere a participação do cooperado, ela é somente comercial (entrega produção para venda e compra de insumos); atuando nas decisões da cooperativa (tomando conhecimento da situação e sugerindo melhorias)?

12. Que estratégias a cooperativa adota para reduzir o número dos membros (sócios) que apenas utilizam os benefícios da cooperativa, sem participar, investir e arcar com os riscos do empreendimento cooperativo?

13. Quanto ao espaço das cooperativas agropecuárias na cadeia produtiva da soja, houve perda de participação nas últimas décadas?

14. Quais as estratégias da cooperativa na escolha dos projetos e investimentos a serem realizados pela organização (relação risco/retorno, diversificação/nova área de atuação/nova unidade de interesse dos cooperados? Como ocorre na rotina da cooperativa?

15. Quanto a permanência do cooperativismo agropecuário no planalto do Rio Grande do Sul.

(Responda as afirmações que seguem de acordo com o seu grau de concordância.)

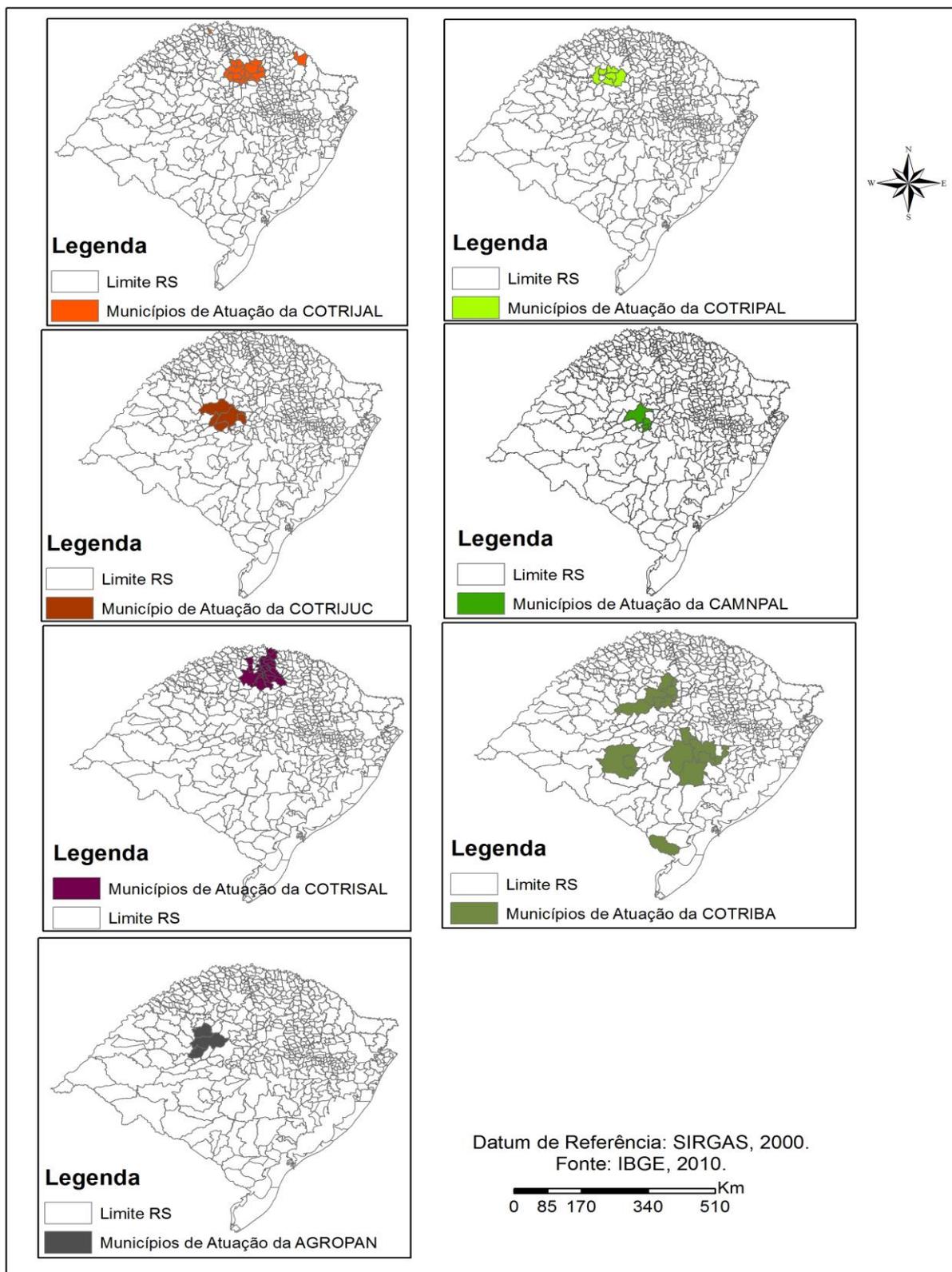
Variáveis	Discorda ⇔ Concorda				
	Totalmente				Totalmente
1. O cooperativismo agropecuário no RS está passando por um período de crise. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
2. As cooperativas oferecem preços mais acessíveis ao associado por isso esse tipo de empreendimento está em crise. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
3. Os altos preços pagos aos principais grãos devido à oferta/procura no mercado internacional, isso ocasionou desequilíbrio financeiro às cooperativas Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
4. A má gestão das cooperativas é uma das causas da crise no sistema cooperativo agropecuário do RS. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
5. A fusão ou a incorporação de cooperativas que passam por desequilíbrios financeiros é uma saída para a permanência da atividade cooperativa agropecuária. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()

6. O aumento da produção de soja e a oscilação dos preços pagos ao produtor são os principais causadores do desequilíbrio financeiro das cooperativas agropecuárias. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
7. A produção de soja no RS revitalizou a atividade cooperativa agropecuária no Planalto gaúcho. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
8. As oscilações políticas e financeiras do Brasil são as causas da crise do cooperativismo agropecuário. Considerações:	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()

16. Que período(s) na história política, econômica e social, foi positivo ou negativo para o bom andamento do cooperativismo agropecuário no Planalto do RS? Até que ponto esses fatos são responsáveis pela atual situação da cooperativa?

17. Que problemas de gestão e financeiros a cooperativa enfrenta?

APÊNDICE B - Área de atuação com unidades de recebimento e armazenamento de grãos de algumas cooperativas do RS.



Fonte: www.cotrijal.com.br; www.cotripal.com.br; www.cotrijuc.com.br; www.camnpal.com.br; www.cotrisal.com.br; www.cotriba.com.br; www.agropan.coop.br.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

APÊNDICE C - Distribuição de unidades de armazenamento de algumas cooperativas agropecuárias do RS, demonstrando áreas de sobreposição.

Cooperativa	Municípios com sobreposição de atuação	Cooperativas que atuam em áreas de outras cooperativas	Área de atuação da cooperativa de município sede
COTRIPAL	Santa Bárbara do Sul (COTRIBÁ) Ajuricaba (COTRIJUI) Ijuí (COTRIJUI)	COTRIBÁ COTRIJUÍ	Panambi (sede) Condor Pejuçara
COTRIJAL	Victor Graeff (COTRISOJA) Tio Hugo (COAGRISUL) Lagoa dos Três Cantos Almirante Tamandaré do Sul (COTRISAL) Nicolau Vergueiro (COAGRISOL) Marau (COAGRISOL)	COTRISOJA COAGRISOL COTRISAL	Não-Me-Toque (sede) Colorado Vista Alegre Carazinho Santo Antônio do Planalto Coqueiros do Sul Saldanha Marinho Passo Fundo Mato Castelhano Ernestina Esmeralda Coxilha
COTRIJUC	Tupanciretã Júlio de Castilhos (CAMNPAL)	CAMNPAL	Júlio de Castilhos (sede) Pinhal Grande Quevedos São Martinho da Serra
CAMNPAL	Júlio de Castilhos	COTRIJUC	Nova Palma (sede) Dona Francisca São João do Polêsine Faxinal do Soturno
AGROPAN	Tupanciretã (AGROPAN, COTRIJUC, COTRIBÁ) Jóia (COTRISOJA) Jari (COAGRIJAL)	AGROPAN COTRIJUC COTRISOJA COTRIBÁ	Tupanciretã (sede)
COTRISAL	Almirante Tamandaré do Sul Chapada (COAGRIL) Novo Barreiro (COAGRIL)	COAGRIL	Sarandi (sede) Barra Funda Boa Vista Das Missões Cerro Grande Constantina Engenho Velho Gramado dos Loureiros Liberato Salzano Nonoai Nova Boa Vista Novo Xingu Palmeira das Missões Pontão Rio dos Índios Ronda Alta Rondinha Sagrada Família São José das Missões São Pedro das Missões Seberi Três Palmeiras Trindade do Sul
COTRIBÁ	Santa Bárbara do Sul	COTRIEL	Ibirubá (sede)

	Tupanciretã Rio Pardo (COTRIEL) Candelária (COAGRISOL) Butiá (COTRIEL) São Gabriel (COTRISEL) Quinze de Novembro (COTRISOJA) Ibirubá (COTRISOJA) Cruz Alta (COOPERMIL)	COTRISEL COTRISOJA COOPERMIL	Fortaleza dos Valos Saldanha Marinho Boa Vista do Ingra Pantano Grande Encruzilhada do Sul Santa Margarida do Sul Cachoeira do Sul Jaguarão
COAGRISOL	Tio Hugo Nicolau Vergueiro Marau Candelária Água Santa Gentil	COASA	Soledade (sede) Arvorezinha Barros Cassal Camargo Fontoura Xavier Ibirapuitã Jacuizinho Lagoa Vermelha Mormaço Nova Alvorada Santo Antônio do Palma Tunas Vera Cruz Capão Bonito do Sul Casca Lagoão
COTRIEL	Rio Pardo Butiá	COTRIBÁ COTRIBÁ	Espumoso (sede) Salto do Jacuí Alto Alegre Pântano Grande Campos Borges Estrela Velha Arroio do Tigre Sobradinho
COTRISEL	São Gabriel São Pedro do Sul	COTRIBÁ COOPERAGRO	São Sepé (sede) Vila Nova do Sul Formigueiro Restinga Seca
COAGRIL	Chapada Novo Barreiro	COTRISAL	Chapada (sede)
COASA	Água Santa Gentil		Água Santa (sede) Santa Cecília do Sul Ciríaco Caseiros
COOPERAGUDO			Agudo (sede)
COOPERAGRO	São Pedro do Sul (COTRISEL, COOMAT)	COTRISEL COOMAT	São Pedro do Sul (sede)
COAVISUL	São Vicente do Sul (COTRIJUI)		São Vicente do Sul (sede)
CANSUL			Santa Maria
COOMAT	São Pedro do Sul	COTRISEL COOPERAGRO	Toropi (sede)
COTRISOJA	Victor Graeff Lagoa dos Três Cantos (COTRIJAL) Quinze de Novembro Ibirubá Jóia	COTRIJAL COTRIBÁ AGROPAN	Tapera (sede) Selbach
COAGRIJAL	Nova Esperança do Sul	COTRIJUI	Jaguari (sede)

	São Francisco de Assis Jari Santiago		Cacequi Mata
COTRIJUI	Ajuricaba Ijuí São Vicente do Sul Nova Esperança do Sul São Francisco de Assis Santiago	COAVISUL COAGRIJAL	Ijuí (sede) Derrubadas Tenente Portela Miraguaí Braga Redentora São Martinho São Valério do Sul Inhacorá Chiapeta Catuípe Coronel Barros São Luiz Gonzaga Unistalda Capão do Cipó Itaqui Manoel Viana Rosário do Sul Santana do Livramento Dom Pedrito Bagé Lavras do Sul Hulha Negra Aceguá Herval Barra da Guarita Vista Gaúcha Palmitinho Eral Seco Dois Irmãos das Missões Coronel Bicaco Santo Augusto Nova Ramada Bozano Boa Vista do Cadeado Augusto Pestana
COTRIROSA	Tuparendi Novo Machado Giruá Santo Cristo Santa Rosa (COOPERMIL)	COOPERMIL	Santa Rosa (sede) Tucunduva Porto Mauá Porto Lucena Campina das Missões Cândido Godói Ubiretama Alecrim Porto Vera Cruz Senador Salgado Filho
COOPERMIL	Tuparendi Novo Machado Giruá Santo Cristo Cruz Alta Santa Rosa (COTRIROSA)	COTRIROSA COTRIBÁ	Santa Rosa (sede) Cândido Godoi Três de Maio Doutor Maurício Cardoso

Fonte: www.cotripal.com.br; www.cotrijal.com.br; www.cotrijuc.com.br; www.camnpal.com.br; www.agropan.coop.br; www.cotrisal.com.br; www.cotriba.com.br; www.coagrisol.com.br; www.cotriel.com.br; www.cotrisel.com; www.coagrils.com.br; www.coasars.com.br; www.cooperagudo.com.br; www.cotrisoja.com.br; www.coagrijal.com.br; www.cotrijui.coop.br; www.cotrirosa.com; www.coopermil.com.
Org.: CARGNIN, M., 2016.

APÊNDICE D – Principais atividades de negócios desenvolvidas pelas cooperativas do grupo de entrevistas.

Cooperativa	Principais atividades de negócio	% de faturamento
A	Grãos (considerando desde insumos à comercialização dos grãos)	80
	Produção Animal	10
	Lojas (agropecuária e mercado)	10
B	Recebimento de grãos, beneficiamento e comercialização	75
	Insumos	16
	Agroindústria	5
	Área consumo (loja agropecuária, supermercado, posto de combustível)	4
C	Soja	50
	Insumos	20
	Agroindústria	15
	Leite	7,5
	Outros	7,5
D	Produção agrícola (grãos e insumos)	47
	Varejo (supermercado, lojas – materiais de construção, peças agrícolas, veterinária, padaria, restaurante, autocentro, loja de carnes, farmácia, posto de combustível)	42
	Indústria de carne	11
E	Soja	66
	Outros produtos agrícolas	7
	Loja (peças, Insumos, veterinária, fábrica de rações, transportadora, serviços de manutenção e outros serviços)	25
	Mercados, materiais de construção, eletrodomésticos, outros serviços	2

Fonte: Trabalho de campo, 2014 - 2016.

Autor: CARGNIN, M., 2016.

ANEXOS

ANEXO A - Dificuldades financeiras de cooperativas e cerealistas deixam produtor receoso.

[Menu](#)

[Capa ZH](#)



[Campo e Lavoura](#)

Às vésperas da colheita

Dificuldades financeiras de cooperativas e cerealistas deixam produtor receoso

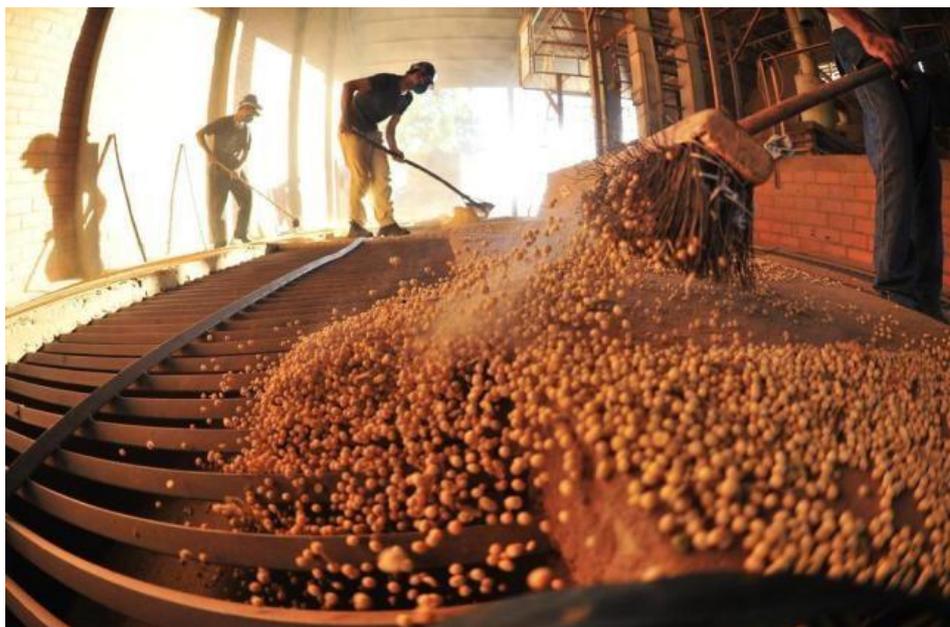
Agricultores estão apreensivos sobre onde entregar a safra de grãos que promete ser recorde

Por: Joana Colussi

Compartilhar

24/01/2014 - 06h22min

Às vésperas da colheita de nova safra que promete ser recorde, dificuldades financeiras enfrentadas por algumas cooperativas e cerealistas gaúchas deixam produtores apreensivos sobre onde armazenar o volume histórico esperado nas lavouras. Passivos acumulados nos últimos anos, em períodos de seca ou em contratos futuros frustrados, afetaram os balanços de empresas que recebem os grãos e os negociam para exportação ou beneficiamento.



O agricultor está com medo de entregar o produto e não receber, pois ficou com pagamentos em aberto ainda referentes a safras passadas – aponta o Dilermando

–

Estudo sobre a situação do setor servirá como base para um plano que ofereça segurança ao produtor Foto: Tadeu Vilani / Agencia RBS

Rostirolla, presidente da Associação das Empresas Cerealistas do Estado (Acergs).

Conforme Rostirolla, a seca de dois anos atrás fez com que empresas se endividassem para cumprir contratos futuros, especialmente de soja, fechados com tradings (exportadoras).

– As safras foram vendidas antecipadamente, e o produtor não entregou por causa da estiagem. Além de honrar os contratos, porque os exportadores não querem saber disso, as empresas tiveram de pagar um preço bem maior pelo grão devido à alta na cotação da commodity – explica o presidente da Acergs.

Como consequência de uma conta que não fechou, muitos produtores não viram a cor do dinheiro de safras vendidas. É o caso de agricultores de municípios do noroeste gaúcho, como Santo Ângelo, Três de Maio e Santo Augusto, que esperam para receber pagamentos de parte dos grãos entregues à Cotrijui e à Camera. Receosos, esses produtores não sabem onde irão

entregar a soja e o milho que serão colhidos a partir de agora. Mesmo quem não têm valores a receber prefere evitar correr riscos:

– Vou entregar a safra a no mínimo quatro cerealistas para diluir o risco – afirma Jaime Luiz

Rosso, 50 anos, produtor com 110 hectares plantados em Horizontina.

Na mesma região, produtores reclamam de passivos envolvendo a Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai (Cotrimaio), que há um ano entrou em liquidação extrajudicial, com continuidade dos negócios. Na região Central, a preocupação está concentrada na Multi Rural, com sede em Tupanciretã. Procurada, a empresa não retornou os contatos.

Para ter a exata dimensão dos passivos, a Federação das Cooperativas Agropecuárias (Fecoagro) está fazendo um levantamento.

– Em fevereiro, teremos esses dados em mãos para tentar alongar financiamentos ou buscar outras medidas – aponta o presidente da entidade, Rui Polidoro Pinto.

Apesar disso, Polidoro acredita que o Estado não sofrerá maiores problemas de armazenagem porque as cooperativas aumentaram em 7% a capacidade de estoques em relação a 2013.

Coooperativas afirmam não haver riscos

Apesar de reconhecer os passivos com produtores rurais acumulados em anos anteriores, Cotrijui e Cotrimaio garantem que não há risco em depositar a safra de grãos em seus armazéns. Em processo de liquidação extrajudicial com continuidade dos negócios há um ano, a Cotrimaio adotou a política intitulada Grão Paga Grão.

– O produtor deposita a safra, fixa o preço quando quiser e recebe no momento em que os grãos são vendidos – garante o presidente da cooperativa, Silceu Dalberto, acrescentando que a safra de milho está sendo entregue nesta modalidade de negócio.

Com débitos de cerca de R\$ 200 milhões, e faturamento anual de R\$ 280 milhões, a cooperativa está buscando um modelo de sociedade anônima para firmar parcerias com investidores e sanar as dívidas.

– Queremos dar segurança aos produtores – completa Dalberto.

Na Cotrijui, a intenção é saldar débitos com produtores por meio de um fundo reserva instituído neste ano. Pelo acordo, 30% do lucro líquido anual das unidades que trabalham com grãos serão destinados para quitar passivos represados desde 2012. Mesmo após ter amortizado R\$ 30 milhões, a cooperativa ainda acumula dívida de R\$ 170 milhões com produtores, conforme o presidente Vanderlei Fragoso.

Outra garantia oferecida é o modelo de armazéns gerais, que garante a propriedade dos grãos aos agricultores. Segundo a Cotrijui, na safra de trigo do ano passado os pagamentos foram antecipados.

Camera diz ter operação normal

Uma das principais cerealistas do Estado, com 40 unidades de recebimento e capacidade para armazenar 1,1 milhão de toneladas, a Camera atribui o receio de produtores a uma onda de boatos surgida no mercado ainda em setembro do ano passado.

– Esse boato nos prejudicou muito na época. Houve uma corrida em busca da liquidação dos grãos armazenados em nossas unidades. Tínhamos um fluxo de caixa programado, que

acabou sendo alterado por isso – argumenta Junior de Almeida, gerente comercial da área de grãos da Camera.

Conforme o gerente comercial, a movimentação dos produtores fez com que a Camera tivesse de parcelar o pagamento da venda dos grãos. – Nossa operação está normalizada e pronta para receber uma das maiores safras da história – garante Almeida, acrescentando que a situação da empresa não se assemelha à de cerealistas e cooperativas em dificuldades financeiras.

Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2014/01/dificuldades-financeiras-de-cooperativas-e-cerealistas-deixam-produtor-receoso-4398121.html>

Acesso em: fev., 2014.

ANEXO B - SESCOOP: Sistema utilizado no Paraná será estendido para outros estados.

SESCOOP: Sistema utilizado no Paraná será estendido para outros estados

28/02/2014



Profissionais do Sescoop, sete da Unidade Nacional e três de São Paulo, realizaram esta semana, de 24 a 28 de fevereiro, em Curitiba, uma capacitação sobre o Sistema Autogestão de Desenvolvimento Humano (DH). Trata-se de uma ferramenta desenvolvida no Paraná a pedido do Sescoop Nacional, com recursos do Fundcoop, que possibilita fazer o gerenciamento dos eventos de formação profissional e de promoção social.

“O objetivo foi conhecer a metodologia do sistema que utilizamos no estado, visando a adequação e aplicação em âmbito nacional”, explica o analista de Desenvolvimento Humano do Sescoop/PR, Marcelo Martins. Segundo ele, o sistema, que está em uso há cerca de dois anos, é totalmente on line, o que proporciona maior agilidade, flexibilidade e facilidade de acesso às informações pelas unidades nacional e estaduais. “Isso possibilita a padronização da operacionalização das atividades de treinamento do cooperativismo brasileiro, com um cadastro e um banco de informações únicos”, ressalta

“A menina dos olhos” – Na avaliação da gerente de Desenvolvimento Social do Sescoop Nacional, Maria Eugênia Ruiz Borba, o sistema é uma ferramenta rica, considerada a “menina dos olhos de muitos estados”, porque gera relatórios e dados que são importantes para registrar o que será feito. No entanto, completa Maria Eugênia, o mais importante no momento é conhecer o que “se pretende fazer com esta ferramenta em âmbito nacional, e qual é o resultado mais positivo que pode ser levado para a cooperativa, que é o nosso cliente”. “A finalidade é que a cooperativa possa usufruir, da

melhor forma, os recursos que ela repassa para o sistema, na forma de capacitação”, frisou.

Construção - Maria Eugênia lembra que os trabalhos estão em fase final de construção no Paraná, e que a próxima fase é passar o sistema para o nacional para que sejam feitos os testes e a parametrização. “Obviamente, a adequação será feita em alinhamento com as unidades, já que as realidades são diferentes entre os estados da federação. Sabemos que os ajustes serão necessários para adequar às realidades, mas temos que começar. Não podemos mais esperar. Depois disso, a própria unidade vai sentir qual a sua principal necessidade e dificuldade. E aí ela vai correr atrás, seja de recursos humanos ou de infraestrutura”, disse.

Demanda – A ideia, completa Maria Eugênia, é iniciar a implantação do sistema em outros estados ainda este ano. “Temos 15 unidades estaduais interessadas, mas há alguns critérios que precisam ser obedecidos para que a implantação ocorra. Vamos iniciar com as unidades que estejam com o cadastro regularizado. Sem os dados dos cadastros, não conseguimos puxar as informações da cooperativa e do cooperativismo. E isto é fundamental”, ressalta.

Paraná Cooperativo

Fonte: <http://www.cooperativismo.org.br/noticias/View.aspx?id=24648>

Acesso em: mar., 2014.

ANEXO C – Joana Colussi: crise faz Cooplantio reestruturar negócio.

Capa ZH

Zero Hora **Campo e Lavoura**

Campo Aberto

Joana Colussi: crise faz Cooplantio reestruturar negócio

Cooperativa deverá terceirizar unidade de recebimento de grãos em Palmeira das Missões e concentrar atividades graneleiras em Rio Grande

16/10/2014 - 21h55min

Criada por produtores gaúchos pioneiros no plantio direto, e uma das cooperativas com maior expansão de negócios na última década, a Cooplantio está reestruturando seu modelo de atuação para driblar dificuldades financeiras. Depois de fechar a indústria de beneficiamento de arroz em Pelotas, em março deste ano, deverá terceirizar também a unidade de recebimento de grãos em Palmeira das Missões. O objetivo é concentrar as atividades graneleiras em Rio Grande. As três unidades têm capacidade para armazenar 200 mil toneladas de grãos.

– Em 2012, tivemos prejuízo com a seca e, desde lá, viemos remando com um remo mais curto – relata Daltro Benvenuti, presidente da Cooplantio, que reúne 30 mil associados nos três Estados da Região Sul.

A reestruturação resultou, mais recentemente, na desativação de unidades menores no Interior e no fim da parceria com a Case IH em revendas de máquinas agrícolas na Metade Sul.

– Decidimos abrir mão de unidades que não eram rentáveis a curto prazo e voltar o foco à comercialização de insumos e grãos – explica Benvenuti.

A redução dos negócios resultou no desligamento de 110 trabalhadores desde o começo do ano, quase a metade dos 250 funcionários até então.

O faturamento, que em 2013 chegou a R\$ 700 milhões, não deverá passar de R\$ 250 milhões neste ano. Apesar das dificuldades, Benvenuti afirma que a opção de liquidação extrajudicial não será necessária.

– O pior já passou. Estamos renegociando dívidas com fornecedores e reduzindo custos para ficar dentro do orçamento realizável – conta Benvenuti, acrescentando que a ideia é manter o patrimônio da cooperativa, fundada em 1990 com sede em Eldorado do Sul.

Grande parte das dificuldades enfrentadas por cooperativas agrícolas decorrem da incapacidade de conseguir novos empréstimos em razão de endividamento, explica o presidente do sistema Ocergs/Sescoop, Vergílio Perius.

– Iremos buscar no BNDES uma linha de incentivo às cooperativas. Não queremos dinheiro de graça, pagaremos juros – afirma Perius.

Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia>
Acesso em: dez., 2014.

ANEXO D – Presidente da Cotrijuí fala da atual Situação da Cooperativa.**Presidente da Cotrijuí fala da atual Situação da Cooperativa**

Em entrevista coletiva na manhã de ontem sexta-feira(15/03) na sede da Cotrijuí em Ijuí com a presença do Jornal a Verdade e Novo Jornal a Terra o Presidente da Cooperativa Vanderlei Fragoso colocou a real situação que se encontra a cooperativa. Em entrevista coletiva na manhã de ontem sexta-feira(15/03) na sede da Cotrijuí em Ijuí com a presença do Jornal a Verdade e Novo Jornal a Terra o Presidente da Cooperativa Vanderlei Fragoso colocou a real situação que se encontra a cooperativa. Segundo Fragoso a dívida da Cotrijuí é elevada, mas, porém, pagável, mas para que isto aconteça a Cotrijuí precisa de tempo. Providências estão sendo tomadas no sentido de uma renegociação com os credores, sendo assim a cooperativa possa sanar as dívidas da conta corrente e produtos com seus associados.

Para o Presidente o recebimento da safra que hora se inicia está sendo complicado pois ainda não temos uma garantia de poder receber os produtos e fazer o pagamento, destacou que somente vai pedir para o associado entregar seus produtos quando tiver garantias reais para o pagamento dos mesmos. Salientou que a diretoria está tomando todas as providências necessárias para que isto aconteça com a maior rapidez possível. Colocou ainda que no momento está sendo realizado um diagnóstico em todos os setores que compõem a cooperativa(Postos de combustível, supermercados, frigorífico e demais) para ver a real situação em que os mesmos se encontram “o que não se admite é que se tire recursos de um setor para sanar outro” salientou Fragoso. Que em sua opinião todos os segmentos devem ser autossustentáveis. Quando indagado sobre possível venda de algum patrimônio, Fragoso descartou esta possibilidade e salientou que Empresas estrangeiras estão interessadas e já procuraram a direção para a compra de todo o patrimônio isso demonstra que se existe comprador é porque o negócio é viável e autossustentável. Enfatizou que a cooperativa tem que sobreviver com o que é dela. Pediu ajuda a todos os segmentos da sociedade dizendo que esta estrutura é muito grande e reforçou para que a sociedade adquira os produtos e serviços da marca Cotrijuí no sentido de fortalecer a cooperativa. Na ânsia de buscar alternativas está agendado para a próxima quinta-feira(21) audiência com o Governador do Estado onde será

pedido apoio com objetivo de pelo menos sanar parte dos problemas. Quando perguntado pela reportagem do Jornal a Verdade qual mensagem que deixa para os associados da Cotrijui dos Municípios da grande Portela Fragoso pediu a compreensão dos associados pois na medida em que a cooperativa tiver condições de honrar os pagamentos só ai a direção irá solicitar a seus associados para que os mesmos voltem a confiar e entregar seus produtos para ser comercializados, disse que o momento é difícil mas temos convicção que alternativas serão conseguidas. Estiveram acompanhado o jornal a Verdade e o Novo Jornal a Terra, o Secretário Municipal da Indústria e Comércio Jalmir Steffenon e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Jucelar Berté, sendo que na oportunidade agendaram uma audiência juntamente com o prefeito Locatelli com a Direção da Cotrijui para o dia 15 de abril de 2013. Na oportunidade Fragoso solicitou apoio do Prefeito Locatelli juntamente com a Amuceleiro e pela grande liderança que exerce na região em busca de alternativas junto as esferas Estadual e Federal



Fonte: <http://www.clicaverdade.com.br/>
Acesso em: dez., 2014.

ANEXO E – Após tumulto, associados da Cotrijuí aprovam moratória da cooperativa.

27/09/2014 20h06 - Atualizado em 27/09/2014 20h06

Após tumulto, associados da Cotrijuí aprovam moratória da cooperativa

Reunião foi marcada por discussões em Chiapetta, no Noroeste gaúcho. Dívidas de uma das maiores cooperativas do RS passam de R\$ 1,2 bilhão.

Do G1 RS

Tumulto e discussões marcaram a assembleia de uma das maiores cooperativas de agronegócio do Rio Grande do Sul. Associados da Cotrijuí decidiram neste sábado (27) abrir uma moratória, adiando o pagamento das dívidas que passam de R\$ 1,2 bilhão, como mostra a reportagem do RBS Notícias (veja o vídeo).

A assembleia ocorreu em **Chiapeta**, no Noroeste do estado, onde fica uma unidade da cooperativa que foi colocada a leilão pela Justiça Federal. Um grupo contrário à atual administração tentou impedir que a reunião continuasse. Depois do tumulto, a maioria votou a favor da moratória.

A partir de agora, a Cotrijuí tem até quarta-feira (1) para tentar impedir a venda pública. "Vamos impedir, sim, este leilão. Para mantermos a Cotrijuí intacta, manter os armazéns da Cotrijuí, porque estes armazéns da cooperativa são como o galpão de propriedade do associado", afirmou o presidente da cooperativa, Vanderlei Fragoso.

O resultado da assembleia desagradou alguns cooperados, que prometem ingressar na Justiça para anular a decisão. "Ninguém da oposição pode se manifestar. Nem um conjunto de associados deixaram chegar no microfone. Então não precisa assembleia. Que democracia do cooperativismo é esta?", questionou Rui Polidora Pinto, líder do grupo de oposição.

Na mesma assembleia, os associados confirmaram o nome de Vanderlei Ribeiro Fragoso na condição de liquidante da cooperativa. Agora, a cooperativa terá o prazo de um ano, podendo prorrogar por mais um ano, para negociar as dívidas com os credores.

Fonte: <http://g1.globo.com/>

Acesso em: dez., 2014

ANEXO F – Cotrijuí quer prazo de 20 anos para pagar credores.

Cotrijuí quer prazo de 20 anos para pagar credores.

Publicado em: 08 abr 2015 | 11h 27m 33s **Categorias:** Valor

A Cotrijuí, que entrou em liquidação extrajudicial com continuidade dos negócios em setembro de 2014, pretende iniciar o pagamento dos credores só em setembro do ano que vem, com deságio de 50% e prazo de 20 anos. A data corresponde ao limite do período de um ano, prorrogável por mais um, de proteção contra ações de execução dos débitos garantido pelo regime que corresponde à recuperação judicial no setor cooperativo.

Segundo o diretor-superintendente Gilson Fragoso, a dívida da cooperativa soma R\$ 1,3 bilhão, mas 35,5% correspondem aos passivos tributários e trabalhistas, que não são protegidos pela liquidação e precisam ser negociados à parte. O restante divide-se entre bancos, fornecedores e associados.

O plano prevê a apuração de ativos e passivos até o fim deste mês, a publicação de um edital para concurso de credores em 30 de maio, o enquadramento dos débitos por ordem de preferência até setembro deste ano e negociação sobre os termos do eventual acordo nos 12 meses seguintes. Em 2014, a Cotrijuí teve receita bruta de cerca de R\$ 500 milhões, mas prejuízo de R\$ 103 milhões por conta dos encargos financeiros, afirmo Fragoso.

O problema será convencer os credores a confiar na recuperação da cooperativa e aceitar a oferta. A própria assembleia de associados que aprovou a liquidação é questionada na Justiça pela trading chinesa Chinatex, que cobra uma dívida de US\$ 10 milhões da Cotrijuí.

Diferentemente da recuperação judicial das empresas, a liquidação das cooperativas não prevê habilitação nem assembleia de credores e mesmo que a maioria concorde com o plano de pagamento, um deles pode, sozinho, pedir a falência da instituição "Se equacionarmos a dívida a cooperativa é plenamente viável e sustentável", sustenta o superintendente, que é irmão do presidente e também liquidante da Cotrijuí, Vanderlei Fragoso.

Segundo ele, em 2014 a instituição teve resultado operacional positivo de R\$ 6 milhões, mas ele foi corroído pelo custo do passivo, que já havia sido responsável pelos prejuízos de R\$ 116 milhões em 2013 e de R\$ 100 milhões em 2012.

Ele disse que em 2012 a cooperativa chegou a faturar R\$ 973 milhões, mas naquele ano a crise da dívida "estourou" e comprometeu as operações da instituição, que desde então viu o número de associados ativos recuar de 7,3 mil para 4 mil. Segundo ele, o passivo que era de R\$ 197,8 milhões em 1994 foi a R\$ 1,1 bilhão no fim de 2012, conforme auditoria feita pela direção atual, que assumiu em fevereiro de 2013.

Se os credores aceitarem a proposta da Cotrijuí, ela pode vender ativos para levantar recursos, embora seja "difícil" encontrar algum bem que já não esteja dado em garantia de algum débito, diz o superintendente. A cooperativa tem capacidade de armazenamento de 1 milhão de toneladas de grãos, dois frigoríficos (um deles arrendado para terceiros), duas fábricas de ração, duas unidades de beneficiamento de cereais e um moinho de trigo desativado. Também busca na Justiça a retomada da posse de fazendas no Mato Grosso e Goiás com 4 mil hectares.

Conforme Fragoso, desde 2012 a cooperativa reduziu as despesas operacionais de R\$ 49 milhões para R\$ 28 milhões por ano e, com pessoal, de R\$ 42 milhões para R\$ 31 milhões, com corte do quadro de 2,6 mil para 1,7 mil funcionários. Em 2013, passou a operar no regime de armazém geral, que garante imunidade aos estoques de grãos dos associados contra ações de cobrança dos credores, e agora negocia a venda antecipada de parte da produção dos próximos dez anos para o fundo americano Northstar Capital Partners.

Valor | Por Sérgio Ruck Bueno | Porto Alegre

Fonte: <http://alfonsin.com.br/>

Acesso em: jun., 2015.

ANEXO G – Sistema Ocergs-Sescoop/RS inicia Programa de Autogestão das Cooperativas Agropecuárias.

26/08/2015

Sistema Ocergs-Sescoop/RS inicia Programa de Autogestão das Cooperativas Agropecuárias

O Sistema Ocergs-Sescoop/RS realizou nessa segunda (24/8) e terça-feira (25/8), no Centro de Formação Profissional Cooperativista, em Porto Alegre, o Curso de Formação de Agente de Desenvolvimento Cooperativo – ADC, que integra o Programa de Autogestão das Cooperativas Agropecuárias.

“O projeto visa melhorar a vida das cooperativas, a gestão para que possam ser mais eficientes, mais democráticas, mais preparadas para agirem no mercado nos produtos que elas atendem e melhorarem suas escalas em nível operacional”, destaca o presidente do Sistema Ocergs-Sescoop/RS, Vergílio Perius, que conversou com o grupo durante a manhã dessa terça-feira.

O presidente da FecoAgro/RS e diretor-secretário da Ocergs, Paulo Pires, também esteve presente no segundo dia do curso e destacou a importância da sistematização do ramo Agropecuário e da implantação do Programa no Estado

O Programa de Autogestão das Cooperativas Agropecuárias visa ser um instrumento de melhoria empresarial e agregação dos associados na cooperativa, além de tornar transparente a administração da cooperativa aos associados, fazendo com que estes, além dos líderes e dirigentes assumam a responsabilidade plena da gestão cooperativa.

O projeto piloto conta com a participação de 11 cooperativas do ramo Agropecuário do Estado: Coagrisol, Cotriel, Cotrisoja, Cotrijal, Coagril, Cotrisal, Cotripal, Cotrirosa, Coopermil, Camnpal e Cotrisel. A ação segue o planejamento estratégico da entidade, que contou com visita técnica em todas as cooperativas envolvidas.

Nesse processo, o Agente de Desenvolvimento Cooperativo – ADC é responsável, principalmente, por alimentar o sistema GDA com informações contábeis, econômicas e sociais. Além disso, o ADC tem a responsabilidade de estabelecer a comunicação dessas informações entre a cooperativa e o Sescoop.

Com as informações e os indicadores gerados pelas cooperativas, elas possuem subsídios para análise de desempenho e cenários por ramo, por região e por grupos específicos de cooperativas, com ampla gama de informações para tomada de decisões internas e para negociação com parceiros.

Origem do Programa

Desenvolvido e utilizado desde 1991 no Paraná, onde 100% das cooperativas são autogeridas com informações que permitem análise de desempenho e cenários, o Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras foi aprovado na Assembleia Geral da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), no dia 28 de abril do ano 2000.

O projeto segue a Diretriz Nacional de Monitoramento e Desenvolvimento de Cooperativas, que envolve programas que apresentam resultados relevantes, na forma de indicadores que permitem avaliar, no conjunto, a melhoria de resultados e possibilitam traçar perspectivas futuras para a melhoria da gestão e governança das cooperativas, propiciando o desenvolvimento da sua autogestão.



Fonte: <http://www.sescoopr.rs.coop.br/>

Acesso em: out., 2015.

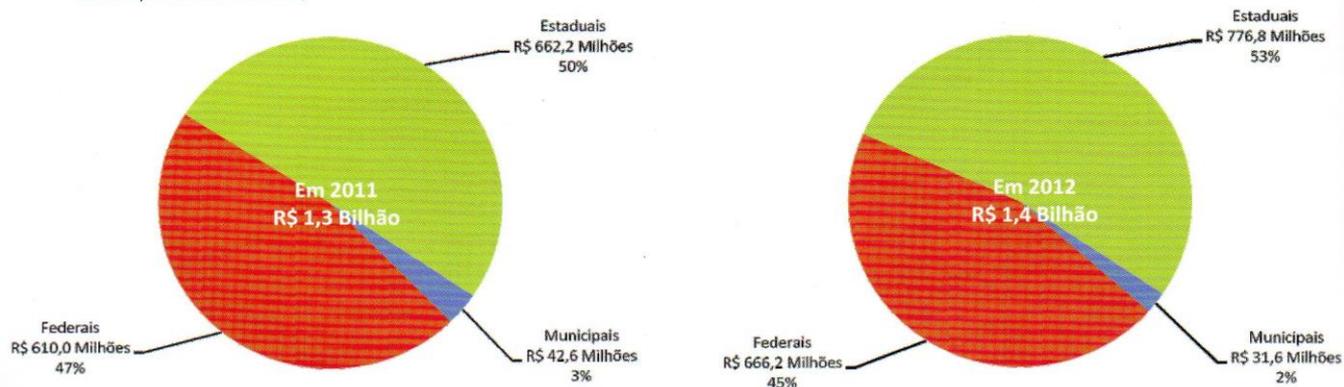
ANEXO H – Contribuições do Cooperativismo para a sociedade.

Contribuições para a Sociedade

As cooperativas exercem um importante papel econômico e social em suas comunidades e respectivas regiões com expressiva geração de tributos, que no ano de 2012 representou R\$ 1,4 bilhão.

Tributos Gerados

Valores expressos em milhões de R\$



Fonte: SESCOOP/RS

Fonte: SESCOOP/RS, 2012.

ANEXO I – Empregos nas cooperativas gaúchas.

Empregos nas Cooperativas Gaúchas

Ramos	Empregados
Agropecuário	29.004
Saúde	8.742
Crédito	7.999
Infraestrutura	3.188
Produção	3.078
Transporte	228
Consumo	156
Habitacional	110
Trabalho	88
Educacional	80
Turismo e Lazer	54
Mineral	10
Especial	-
Total	52.737

Fonte: OCERGS - Data Base 31/05/2013

*** Salário médio de empregados nas Cooperativas Gaúchas em 2012**
R\$ 1.902,73

* Fonte: SESCOOP/RS

*** Salário médio de empregados no setor privado em 2012**
R\$ 1.477,00

* Fonte: FEE - Rendimento Médio Real, na RMPA, Dezembro/2012



O salário médio pago pelas cooperativas gaúchas é 28,8% superior ao praticado pelo setor privado.

Contribuições ao Sistema Cooperativo Gaúcho

A contribuição é de natureza parafiscal. Origina-se das cooperativas que contribuem com 2,5% sobre o valor de suas folhas de pagamento.

A posição alcançada no ranking reforça a importância do quadro de empregados vinculados às cooperativas, pois contribuem no processo de desenvolvimento das comunidades onde operam e, por conseguinte, para o Estado do Rio Grande do Sul.

Ranking Nacional de Arrecadação Contribuição ao SESCOOP Janeiro a Maio/2013

Em milhões de R\$



Fonte: SESCOOP NACIONAL

A contribuição é resultante da aplicação de 0,2% sobre o Capital Social, Fundos e Reservas classificados no Patrimônio Líquido das cooperativas.

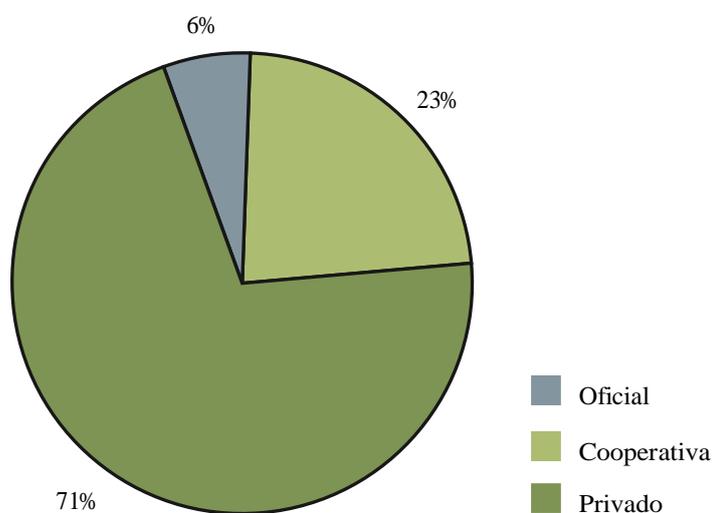
A colocação no ranking confirma o elevado valor patrimonial das cooperativas na comparação com os demais estados.

Ranking Nacional de Arrecadação Contribuição Cooperativista - OCB Janeiro a Maio/2013

Em milhões de R\$



Fonte: OCB

ANEXO J – Distribuição da Capacidade por Entidade no Brasil.

Fonte: Conab



Fonte: CONAB, 2005, acesso em out. 2016.